

Montepio Geral - Associação Mutualista

A large, stylized white dove is depicted in profile, facing right. The dove's body and wings are filled with a solid orange color, matching the background. The outline of the dove is a thick white stroke. The dove's head is turned slightly towards the viewer, and its beak is pointed forward. The wings are spread, with the upper wing showing a distinct feather pattern. The tail feathers are also visible, pointing downwards and to the right.

Montepio

Montepio Geral – Associação Mutualista
RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS
2012



Montepio

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, no dia 26 de março de 2013.

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS	5
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
3. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES	11
4. INDICADORES GLOBAIS	18
5. MISSÃO, POLÍTICA DE GOVERNO E ESTRATÉGIA	19
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE	23
7. VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E DIFUSÃO DO MUTUALISMO	27
8. ATIVIDADE ASSOCIATIVA	31
8.1. Base de Associados	33
8.2. Desenvolvimento da Oferta Mutualista	35
9. EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS	39
9.1. Política de Investimentos e Gestão dos Riscos	39
9.2. Evolução e Rendibilidade dos Ativos	39
9.3. Passivo e Capital Próprio	45
9.4. Receitas Associativas	47
9.5. Benefícios Vencidos e Reembolsos	48
9.6. Resultados	49
10. PROPOSTAS	51
11. RECONHECIMENTO	57
12. ENTIDADES DO UNIVERSO MONTEPIO	58

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	61
14. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	119
15. ANEXOS	123
15.1. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2013	123
15.2. Relatório Atuarial das Modalidades Associativas	124
15.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas	138
15.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	140
15.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios	146
15.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista	156
15.7. Contas das Fundações	162

1. Órgãos Associativos

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2013-2015 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Jurista</i>
<i>1.º Secretário</i>	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
<i>2.º Secretário</i>	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
	Associado n.º 620 100-5	ANTÓNIO MIGUEL LINO PEREIRA GAIO <i>Advogado</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO <i>Advogado</i>
	Associado n.º 44 857-6	CARLOS VICENTE MORAIS BEATO <i>Gestor</i>

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 344 438-6	ÁLVARO JOÃO DUARTE PINTO CORREIA <i>Engenheiro Civil</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 41 769-1	LUÍSA MARIA XAVIER MACHADO <i>Gestora</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 623 886-1	DANIEL ANTÓNIO GALVÃO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>

CONSELHO GERAL

<i>Efectivos</i>	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES <i>Economista</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 30 988-0	ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO <i>General</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE <i>Engenheiro Civil</i>
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS <i>Diretor do Montepio em situação de reforma</i>
	Associado n.º 191 752-7	FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 50 328-8	MARIA DO CARMO DE CARVALHO TAVARES RAMOS <i>Analista Química</i>



Conselho de Administração

Carlos Vicente Morais Beato, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Eduardo José da Silva Farinha,
José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente)

2. Mensagem do Presidente



O ano 2012 foi pontuado pelo agudizar da crise, pela asfixia do País, pela forte contenção e contração económica e por um estrangulamento que afeta empresas, negócios e famílias, pressionando todas as dimensões da vida.

O quadro de crise, marcado pelo desemprego e por um desalento individual e coletivo, que nos esforçamos por combater, confronta-nos com duas das suas piores consequências: as dificuldades sentidas pelas pessoas e pelas famílias e a tendência para o empobrecimento da sociedade e do País.

Apesar de tudo, o ano 2012 também foi pontuado de realizações e acontecimentos que marcam de forma indelével o percurso do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM), seja pelo trabalho desenvolvido a nível associativo e de intervenção social e solidária, seja pelos resultados alcançados em prol do mutualismo e da sustentabilidade.

Os progressos alcançados no estreitamento da relação com os associados, na adaptação do sistema de governo da Caixa Económica ou na participação da comunidade associativa nos momentos de renovação e decisão, de que constitui exemplo a eleição dos órgãos associativos para o triénio 2013-2015, inscrevem-se, sem dúvida, na história desta Instituição centenária.

As iniciativas orientadas para o crescimento do associativismo – o Montepio congrega mais de 534 mil membros –, para o crescimento financeiro, traduzido num ativo de 3,3 mil milhões de euros, e para o crescimento da Instituição no seu todo ficam registadas para memória futura.

O Montepio, que se prepara para completar 173 anos de atividade e se afirma, em Portugal e na Europa, como referência no setor mutualista e da economia social, modernizou-se, consolidou-se e garantiu respostas ajustadas às necessidades financeiras e de proteção social dos seus associados. Para tal, fortaleceu um grupo de empresas cujas organizações lhe permitem estruturar a oferta e a resposta exigíveis à maior associação e maior mutualidade portuguesa.

O presente relatório e contas, exclusivamente dedicado ao Montepio Geral – Associação Mutualista, é resultado da reforma do sistema de governação da Caixa Económica, que garante a segregação de funções entre os órgãos de gestão executiva e os de controlo das respetivas funções e instrumentos de prestação de contas e de gestão; responde às recomendações de bom governo emanadas das autoridades e entidades de supervisão; e respeita a separação de funções exigida às instituições de maiores capacidades especializadas de gestão e controlo.

Estas reestruturações e demais processos de modernização ocorrem a despeito do País enfrentar, como acima referi, uma das mais severas crises da sua história recente, com impactos nas estruturas produtivas, e pretendem criar condições para que o Montepio possa encontrar-se melhor preparado para responder à fragilidade social que advém da debilidade económica de muitas famílias, das restrições financeiras e das dificuldades sentidas pelo setor público em assegurar as funções de proteção social e saúde.

Confirma-se a adequação das respostas sociais do Montepio na crescente adesão dos portugueses e na postura de parceria assumida face ao Estado, orientada para a construção de soluções que possam amenizar as dificuldades dos sistemas públicos de previdência social e saúde, mas também na forma como vai ao encontro de necessidades dos cidadãos, no alargamento da oferta mutualista, no fomento da participação associativa e no contributo para a mitigação dos desequilíbrios sociais e a promoção da coesão social.

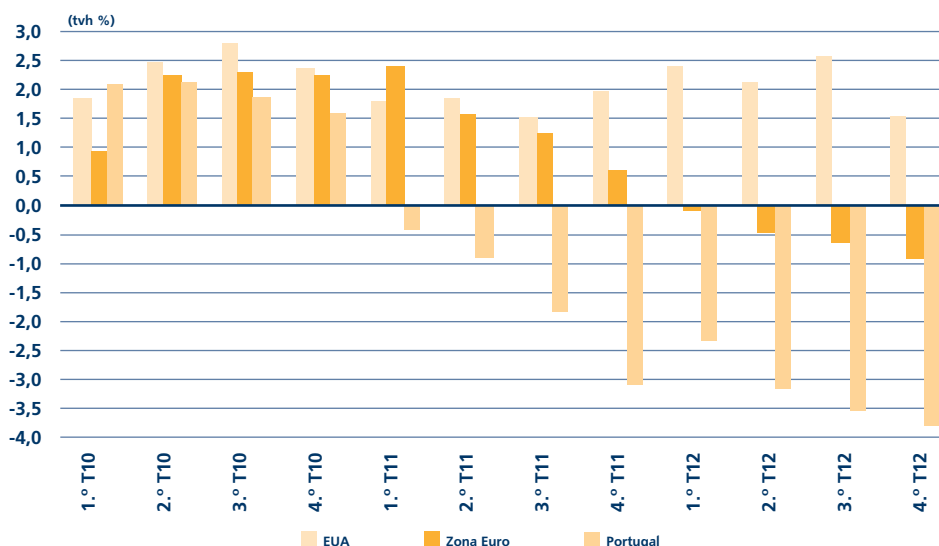
Estamos cientes que a situação presente e a perspetiva de futuro colocam desafios e enormes responsabilidades no exercício de uma cidadania empresarial responsável, apelando a competências de modernização, gestão estratégica, inovação e antecipação. É nossa missão atuar sobre os meios de geração de valor e de sustentabilidade económica e financeira e cumprir o caminho de gestão cuidadosa que porventura constitui um dos maiores traços distintivos do Montepio.

3. Enquadramento das Atividades

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A conjuntura macroeconómica em 2012 caracterizou-se por um novo abrandamento da atividade, com o FMI a estimar uma expansão do PIB mundial de, apenas, 3,2% (contra 3,9% em 2011 e 5,1% em 2010). Esta evolução deveu-se à desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, às políticas orçamentais restritivas e ao impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, que conduziu a região para a recessão, afetando as economias em desenvolvimento, quer por via dos efeitos comerciais, quer por via da incerteza nos mercados financeiros. O abrandamento global só não foi mais intenso porque os principais bancos centrais continuaram a aliviar a política monetária, visando reduzir as taxas de juro de longo-prazo, suportando o investimento em ativos com risco. Destaque para a mudança de postura por parte do BCE, na 2.ª metade do ano, ao lançar um programa *Outright Monetary Transactions (OMT)* para intervir no mercado secundário de dívida pública, no sentido de auxiliar os países sob pressão dos mercados. Nos EUA, salientam-se as medidas de estímulo económico anunciadas pela Reserva Federal (*Fed*), aumentando o seu balanço através de compras de ativos colateralizados por créditos à habitação e de dívida pública. Na China, surgiram diversas iniciativas ao nível das políticas monetária e orçamental, permitindo um menor abrandamento económico. Mas o principal tema de 2012 foi inequivocamente o euro, cujos desenvolvimentos, ainda que insuficientes, levaram a um ligeiro aumento da confiança dos investidores, traduzindo-se na valorização do mercado acionista, na descida dos spreads dos títulos de dívida pública dos países periféricos e na ligeira apreciação do euro face ao dólar.

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Thomson Reuters

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em 2012, o PIB dos EUA registou um crescimento de 2,2%, face a 1,8% observado em 2011. No 1.º semestre o ritmo de crescimento foi brando, situando-se em 1,5%, numa 1.ª fase, associado a algum recrudescimento das pressões inflacionistas resultantes das subidas dos preços das matérias-primas (sobretudo da energia, devido a razões geopolíticas no

Médio-Oriente), e, numa 2.ª fase, ressentindo-se do abrandamento internacional (em grande medida resultante da intensificação da crise europeia e dos seus impactos na confiança). Na 2.ª metade do ano era esperada uma aceleração, mas o crescimento manteve-se fraco, por via da intensificação da recessão na Zona Euro e de eventos quer de origem natural (furacão *Sandy*), quer de origem política (impasse relativamente às medidas de consolidação orçamental nos EUA).

As perspetivas menos favoráveis levaram o investimento empresarial em equipamentos a crescer em 2012 ao ritmo mais baixo dos últimos três anos. Já o maior ímpeto de recuperação da construção acabou por permitir a resiliência da economia no contexto de uma situação internacional adversa, com o investimento em construção residencial a crescer pela 1.ª vez desde 2005 e com a construção não residencial a triplicar o crescimento. O consumo privado abrandou de 2,5% para 1,9%, crescendo menos do que o PIB – algo que desde 1990 apenas ocorreu por 7 vezes e 3 delas nos últimos 5 anos –, observando-se dessa forma, uma desalavancagem dos consumidores.

Apesar de a taxa de desemprego ter descido de 8,5%, no final de 2011, para 7,8% em dezembro de 2012, permaneceu bem acima dos 4,7% registados em novembro de 2007, o último mês do anterior período de expansão da economia. Foi com o objetivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a *Fed* implementou uma política monetária ainda mais expansionista em 2012, decidindo na reunião de setembro comprar ativos colateralizados por créditos à habitação a um ritmo mensal de 40 mil milhões de dólares (mM\$) e na reunião de dezembro fazer o mesmo com obrigações de dívida pública, neste caso a um ritmo de 45 mM\$/mês. Medidas cuja implementação foi tornada possível pela ausência de pressões inflacionistas, já que a inflação homóloga, medida pelo deflator do consumo privado, desacelerou de 2,4%, em dezembro de 2011, para 1,3%, um ano depois, refletindo sobretudo o abrandamento dos preços da energia e da generalidade das matérias-primas. A inflação core ou subjacente (i.e., excluindo a alimentação e a energia) caiu, no mesmo período, de 1,9% para 1,4%, sendo que desde novembro de 2008 não ultrapassa a marca dos 2%, o atual objetivo da *Fed* para o deflator do consumo.

ZONA EURO

O último trimestre de 2011 ficou marcado pelo regresso da economia às contrações, ressentindo-se dos efeitos recessivos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, com destaque para Itália e Espanha. Em 2012 o PIB registou uma queda anual de 0,5%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, face às medidas de austeridade e aos efeitos no mercado de trabalho. A contração da economia em 2012 traduziu-se numa contínua subida da taxa de desemprego, que passou de 10,7%, no final de 2011, para 11,7% em dezembro último, representando o nível mais elevado desde o início da série, em julho de 1990. O mercado de trabalho continua marcado por consideráveis divergências geográficas, designadamente entre as maiores economias da região, com a Alemanha a atingir uma taxa de desemprego de 5,3%, em dezembro, e a Espanha em máximos históricos de 26,1%.

A taxa de inflação homóloga registou uma descida ao longo do ano, passando de 2,7% no final de 2011, para 2,2% no final de 2012 (um mínimo desde dezembro de 2010), tendo iniciado já o ano de 2013 com uma nova descida, para 2,0%. Note-se que, apesar de a inflação na Zona Euro se encontrar desde dezembro de 2010 acima da meta de 2% considerada pelo BCE como sendo consistente com a estabilidade de preços na região, já há alguns meses que a componente core se encontrava em níveis abaixo daquela meta (passou de 1,6% no final de 2011 para 1,5% no final de 2012), pelo que a inflação já não constituía uma preocupação do BCE, cujas atenções se concentraram no crescimento económico, na estabilidade financeira e na própria existência da moeda única. Em julho de 2012 o BCE efetuou uma descida (e a única em 2012) de 25 pontos base na *refi rate*, colocando-a no nível mínimo histórico de 0,75%. Paralelamente, foi avançando com outras medidas de caráter não-convencional, tendo em vista suportar o setor financeiro e a sua capacidade de conceder crédito à economia, nomeadamente, a 2.ª operação de cedência extraordinária de liquidez (*LTRO*) a 3 anos, a flexibilização das exigências em relação aos colaterais das operações de cedência de liquidez, bem como o anúncio da sua disponibilidade para intervir no mercado secundário de dívida pública, no sentido de auxiliar os países sob pressão dos mercados, embora com a execução do programa (*OMT*) a ficar condicional a um pedido de resgate por parte destes países aos fundos europeus (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira / Mecanismo Europeu de Estabilidade), bem como à execução das medidas acordadas com esses fundos.

PORTUGAL

A implementação do Programa de Assistência Financeira (PAF) acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia (comumente referida como '*troika*') implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas destinadas a equilibrar as contas públicas. Assim, o PIB registou em 2012 uma queda de 3,2%, o dobro da observada em 2011 (-1,6%), condicionada pelos efeitos das fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2012 (v.g., corte de subsídios nas administrações públicas e aumento de impostos). A Procura Interna observou uma queda expressiva e generalizada, com o Consumo Privado a descer em resultado da redução do rendimento disponível, quer resultante das medidas de consolidação das finanças públicas, quer do aumento do desemprego. As difíceis condições de financiamento do mercado de cré-

dito terão conduzido também a um aumento da poupança forçada das famílias, ainda que a poupança por motivos de precaução tenha continuado a ser preponderante. As fracas perspetivas de negócios e a dificuldade no acesso ao crédito provocaram mais uma intensa redução do investimento privado, enquanto as reduções no investimento e consumo público se enquadram no esforço de consolidação orçamental do setor público. A diminuição da procura interna, sobretudo por bens duradouros e máquinas e equipamentos produzidos no exterior, refletiu-se em mais uma queda anual das importações. Já as exportações têm constituído uma das principais surpresas positivas do processo de ajustamento português, sendo de realçar o facto da balança de bens e serviços ter-se equilibrado em 2012, algo ímpar desde 1943. Por outro lado, a redução das necessidades de financiamento do setor público e o aumento da poupança do setor privado resultaram numa significativa redução do défice externo, que praticamente se reduziu a zero no final do ano.

PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

	2012						2013				2014			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	BdP	Efe.	CE	BCE	Efe.	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	-3,0	-3,2	-3,0	-0,5	-0,5	-0,4	-1,9	-1,0	-0,3	0,1	1,3	0,8	1,2	1,4
Consumo Privado	-5,5	—	-5,7	-1,1	—	-1,0	-3,6	-2,2	-0,6	-0,4	0,1	0,4	0,5	1,0
Consumo Público	-4,5	—	-3,5	-0,2	—	-0,2	-2,4	-3,2	-0,6	-0,4	1,5	-2,0	0,4	0,6
Investimento (FBCF)	-14,4	—	-13,7	-3,8	—	-3,5	-8,5	-5,5	-2,6	-0,6	2,8	3,0	1,3	2,5
Exportações	4,1	—	4,6	2,9	—	2,5	2,0	2,9	2,3	3,2	4,8	5,0	5,3	5,2
Importações	-6,9	—	-5,9	-0,4	—	-0,5	-3,4	-2,1	1,0	2,1	3,5	3,8	4,7	5,0
Inflação	2,8	2,8	2,8	2,5	2,5	2,5	0,9	0,8	1,6	1,8	1,0	1,2	1,4	1,6
Taxa de Desemprego	—	15,7	15,5	—	11,4	11,3	—	16,4	—	11,8	—	15,9	—	11,7

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 15 de janeiro de 2013; Comissão Europeia (CE), 21 de dezembro de 2012 para Portugal e 7 de novembro de 2012 para a Zona Euro; e Banco Central Europeu (BCE), 6 de dezembro de 2012.

Notas: «Efe.» corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2012; A inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

A intensa deterioração do mercado laboral refletiu e amplificou a recessão, com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego ao longo do ano, ascendendo a 16,9% no 4ºT2012, segundo o INE, consistindo uma enorme subida face aos 14,0% observados no final de 2011 e representando um nível máximo histórico desde pelo menos 1977. Em termos médios anuais, a taxa de desemprego aumentou de 12,7% em 2011 para 15,7% em 2012.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 2,8%, em forte abrandamento face aos 3,7% registados em 2011. A taxa de variação média anual do IPC core (que exclui a energia e os bens alimentares não transformados) também diminuiu, passando de 2,3% em 2011 para 1,5%. A inflação permaneceu acima da média da Zona Euro, refletindo, essencialmente, o impacto (temporário) de alterações da tributação indireta e de preços condicionados por procedimentos de natureza administrativa em 2011 e 2012. A dissipação desses efeitos temporários ao longo de 2013, em conjugação com uma descida do preço médio anual do petróleo em euros, um crescimento relativamente moderado dos preços de importação de bens não energéticos, a manutenção de uma forte moderação salarial e a continuação da deterioração do mercado laboral, irão traduzir-se num regresso da inflação a níveis mais modestos.

Execução do PAF e ajustamento orçamental

Os resultados da 6.ª avaliação da *troika* à execução do PAF, conhecidos em novembro, continuaram a dar conta de uma avaliação positiva, com as entidades a defenderem que o ajustamento externo e orçamental do país continuou a progredir, os riscos para a estabilidade financeira foram reduzidos graças a amortecedores de capital e liquidez adequados e as reformas estruturais prosseguiram a bom ritmo. A *troika* continuou, igualmente, a afirmar que, tendo em conta as restrições ao financiamento e o elevado endividamento do país, o programa estabelece um equilíbrio adequado entre a necessidade de ajustamento e os custos inevitáveis do ajustamento para a atividade económica e o emprego. Em termos de metas para o défice orçamental, mantiveram-se os 5,0% do PIB em 2012 e os 4,5% do PIB em 2013. Os dados provisórios do Ministério das Finanças sobre a execução orçamental

em 2012 deram conta de um cumprimento das metas no âmbito da contabilidade pública, ao apontarem para um défice de 5,0%, em parte com recurso a medidas *one-off* (em concreto o encaixe financeiro resultante da concessão do serviço público associada ao processo de privatização da ANA aeroportos), não sendo ainda conhecidos os dados em contabilidade nacional – os relevantes para «Bruxelas» –, que frequentemente revelam discrepâncias com os dados em contabilidade pública. As metas de défice orçamental tinham sido flexibilizadas aquando da 5.ª avaliação do PAF, terminada em setembro, com a *troika* a alargar por mais um ano o objetivo de trazer o défice orçamental para 3,0% do PIB. As metas foram revistas de 4,5% para os referidos 5,0% do PIB em 2012, e de 3,0% para 4,5% em 2013, apontando então para um défice de 2,5% em 2014, abaixo do limiar de 3,0% estabelecido pelo PEC. Esta flexibilização foi justificada pela conjuntura externa mais adversa e pela maior contração da procura interna e consequente superior agravamento do desemprego. As metas não foram, todavia, completamente ajustadas face a estes fatores, não deixando de obrigar à adoção de um novo conjunto de fortes medidas de austeridade para 2013. A derrapagem registada em 2012 foi, na realidade, essencialmente provocada pela fraca receita fiscal, resultante do facto de a recessão ter assumido um perfil distinto do que a *troika* e o Governo previam aquando da elaboração do memorando em 2011, com as exportações a evidenciarem um comportamento acima do esperado, mas com a recessão a revelar-se mais profunda ao nível do consumo privado, o que teve como contrapartida uma menor coleta ao nível dos impostos sobre o consumo, que constituem os principais impostos do nosso sistema fiscal. Ademais, a subida galopante do desemprego, teve naturalmente associado, do lado da despesa do Estado, um aumento das prestações sociais e, do lado da receita, uma diminuição das contribuições para a segurança social. Já do lado das despesas, a execução acabou por correr bem melhor.

O **setor da construção** tem sido o mais atingido pela recessão que se vive na economia portuguesa. Efetivamente, depois de entre 1995 – o ano em que se iniciam as séries trimestrais para o VAB dos diversos setores – e o início da década de 2000 ter crescido a um ritmo superior ao do PIB, desde então tem apresentado uma trajetória marcadamente decrescente, tendo a atividade encolhido para metade, apresentando-se quase 40% abaixo do registo de 1995, o que contrasta com o conjunto da economia, que, em média, está cerca de 25% acima. Esta situação depressiva do setor reflete quer efeitos estruturais, quer efeitos conjunturais. Por um lado, ao nível do setor público, a afluência de fundos comunitários e a deficiência de infraestruturas levou a um aumento da construção, que em diversas situações excedeu o razoável, a nível quer central, quer das autarquias locais. Também no setor privado, o crédito fácil e a subida que se observava nos preços dos imóveis conduziram a um crescimento insustentável do setor, com a oferta, nomeadamente de habitações, a exceder a procura. Este ajustamento estrutural foi agravado pela atual conjuntura recessiva e pela escassez do crédito, levando a uma redução da procura de casas e a um consequente aumento de casas à venda – em resultado das execuções hipotecárias ou entregas voluntárias –, que recentemente se consubstanciou em quedas nos preços das casas. Quedas que apesar de tudo têm sido moderadas, já que, ao contrário dos que sucedeu em Espanha ou nos EUA, não se assistiu a uma bolha nos preços, que foram evoluindo relativamente em linha com os fundamentais, pelo que estas descidas assumem um carácter essencialmente conjuntural.

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO-SOCIAL

De um retrato tirado à **estrutura social** portuguesa atual ressaltam duas dimensões distintas.

A primeira diz respeito às vastas modificações estruturais observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, por via de menos óbitos (-4,3% entre 2005 e 2011), mas também menos nascimentos (-11,5%), consubstanciando-se numa passagem do saldo natural para um défice (de 1 935 para -5 986 mil pessoas). Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a diminuição do número de casamentos celebrados (de 48 671 para 36 035, no mesmo período) e o aumento da idade média ao primeiro casamento para os dois sexos, pelo que, mesmo entre os casais, a proporção de famílias com filhos reduziu-se em 2,6 p.p.. Este facto foi parcialmente compensado pelo aumento da proporção de nados-vivos ocorridos fora do casamento (+12,1 p.p.). Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório, que caiu de 38 400 para -24 331 mil pessoas (devendo estar este fosso a adensar-se atualmente, em virtude da recessão e da consequente maior emigração). Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se a referida diminuição do número de óbitos, bem como o aumento da esperança de vida à nascença (atingindo 76,5 anos nos homens e 82,4 anos nas mulheres) e a diminuição da mortalidade infantil, que é já das mais baixas a nível mundial (10.º lugar no *ranking* mundial, de acordo com dados do WEF – *World Economic Forum*). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair bastante entre 2005 e 2011, de 38,8% para 23,2%, ao mesmo tempo que o número de pessoas matriculadas em estabelecimentos de ensino superior aumentou 7,9%. Note-se, ademais, que o número de matriculados no ensino primário e secundário estão, respetivamente, em 13.º e 16.º lugar no *ranking* do WEF, o que coloca Portugal ao nível dos principais países desenvolvidos.

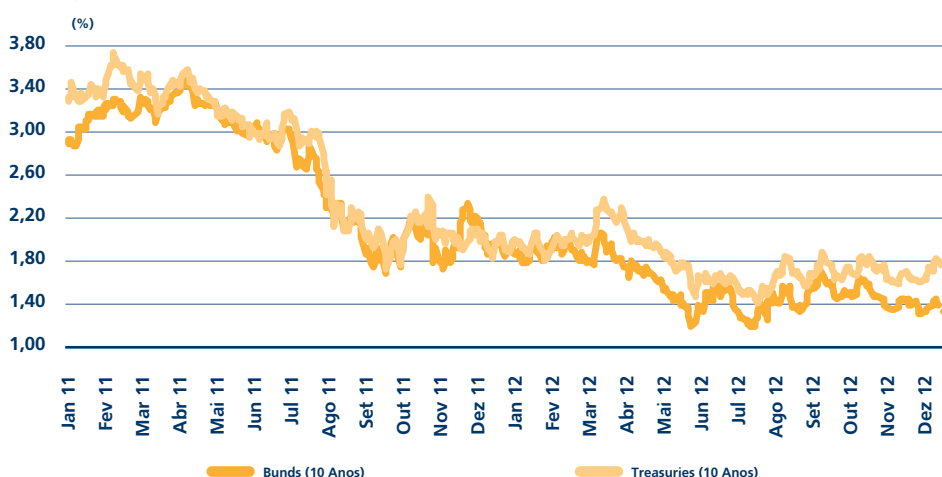
A segunda dimensão das alterações à estrutura social prende-se com a atual conjuntura negativa, que tem aprofundado problemas numa área e anulando parte dos progressos noutras. Até porque, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se claramente aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos, algo que inclusive poderá estar a agudizar-se na atual conjuntura. O coeficiente de *Gini* (uma medida de desigualdade) tem aumentado nos últimos anos, todavia permanecia em 2011 em 34,2%, qualificando Portugal como um dos países mais desiguais da União Europeia. Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais em 2010 (últimos dados conhecidos) era de 18,0%, um valor superior à média europeia (16,0%). Os efeitos da atual conjuntura recessiva carecem ainda de dados, sendo que aqueles simultaneamente mais imediatos e mensuráveis são visíveis no mercado laboral, onde a taxa de desemprego atingiu os 16,9% no 4.º T2012, uma evolução que é minimizada pelo aumento da emigração (*vide* evolução do saldo migratório). Mais alarmante ainda tem sido a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), atingindo os 40,0% no 4.º T2012. Acresce que os efeitos da atual conjuntura podem-se converter em alterações estruturais ao desemprego subjacente, com a taxa de desemprego de longa duração em 9,5% no 4.º T2012.

MERCADOS FINANCEIROS

Apesar do abrandamento da economia global, o ano de 2012 foi positivo para os ativos de risco para o que contribuiu a intervenção das autoridades monetárias de vários países (que fez aumentar as expectativas de crescimento futuro) e os passos políticos dados na resolução da crise do euro, destacando-se no primeiro caso a disponibilidade do BCE em comprar dívida dos países periféricos e as medidas de *quantitative easing* anunciadas pela *Fed*; e, no caso das medidas de caráter político, a cimeira europeia de final de junho, em que os líderes do euro tomaram uma série de medidas para resolver a crise, e o acordo para a formação do Mecanismo Único de Supervisão europeu no final do ano.

Relativamente à **dívida pública de referência**, a diminuição do pessimismo no que respeita à crise da dívida pressionou as *yields* (taxas de rendibilidade) no sentido ascendente, todavia estas acabaram por diminuir genericamente, em resultado da redução das expectativas de inflação (devido ao abrandamento da economia global), da descida das expectativas em relação às taxas de juro dos principais bancos centrais (fruto da referida intervenção das autoridades monetárias, com a tomada de medidas expansionistas) e do aumento da pressão sobre a dívida de Espanha (uma das principais economias da região), que ditou um movimento de «procura de qualidade e segurança». Desta forma, as *yields* da dívida pública alemã (*bunds*) caíram no prazo de 2 anos e principalmente nos 10 anos. Já nos EUA, as *yields* dos *treasuries* aumentaram marginalmente no curto prazo, mas desceram nos 10 anos (mesmo aqui menos de 1/4 do observado nos *bunds*). Assim, as taxas da dívida alemã (*bunds*) terminaram o ano negativas e grosso modo em mínimos históricos, e as da dívida americana (*treasuries*) no curto prazo perto do zero (0,25%), num contexto em que a *Fed* se continuou a comprometer em manter a *fed funds target rate* no seu nível atual (entre 0,0% e 0,25%) nos próximos tempos, desde a reunião de dezembro, condicional aos valores da taxa de desemprego e taxa de inflação.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (BUNDS E TREASURIES A 10 ANOS)

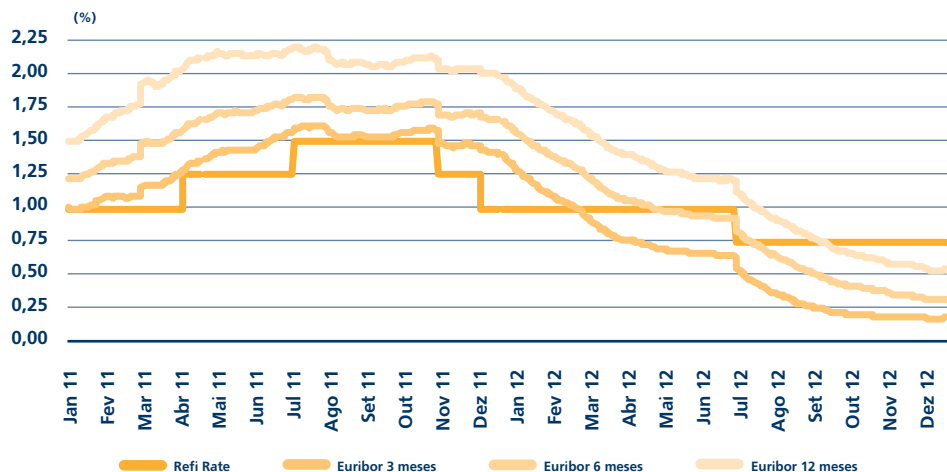


Fonte: Thomson Reuters

Esta evolução das expectativas foi, também observável no mercado monetário interbancário (**MMI**), onde as taxas desceram, principalmente na Zona Euro e beneficiando da diminuição do risco no MMI (medido pelo *OIS spread*), em virtude

dos passos dados para resolver a crise do euro, mas também do corte de taxas efetuado pelo BCE (e da expectativa de um corte adicional). As taxas *Euribor* caíram para mínimos históricos, algo que não sucedeu com as *Libor* do dólar, cujos mínimos foram registados em 2011.

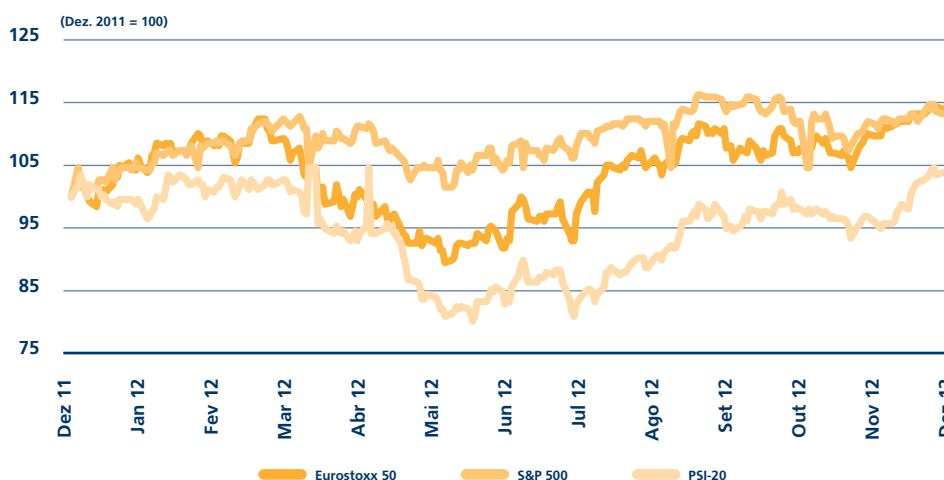
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Ao nível da **dívida pública dos chamados países periféricos**, o ano saldou-se por um forte alívio dos receios dos investidores. Assim, os *spreads* das *yields* da dívida a 10 anos comparativamente à alemã caíram na generalidade dos países periféricos, intensificando no final do ano, com a maior descida a observar-se na Grécia (-2 254 p.b.), seguida de Portugal, da Irlanda e de Itália. A Espanha foi a única exceção, vendo o seu spread registar um agravamento de 69 p.b., sobretudo devido à penalização ocorrida na 1.ª metade do ano, em virtude das debilidades do seu setor financeiro e de receios em relação ao processo de consolidação orçamental no país.

Nos **mercados acionistas**, os índices de referência revelaram uma tendência ascendente ao longo do ano, interrompida apenas no 2.º trimestre e em outubro-novembro. Nos EUA observou-se um comportamento claramente positivo, com o índice tecnológico *Nasdaq* a liderar os ganhos (+15,9%), seguido do *S&P 500* (+13,4%) e do industrial *Dow Jones* (+7,3%), comportamentos que estarão intimamente ligados às novas medidas de estímulo anunciadas pela *Fed*, mas também às decisões dos líderes do euro, sendo, pelo contrário, coartados pelo impasse em torno do «precipício orçamental»

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS



nos EUA, que foi resolvido apenas no derradeiro dia do ano. Já na Zona Euro, os índices beneficiaram bastante da acalmia em torno da crise do euro e do perfil mais interventivo do BCE. Assim, o *Eurostoxx 50* avançou 13,8% e o *PSI-20* 2,9%, com o índice português a ser condicionado pela recessão que se vive na economia portuguesa desde o final de 2010. Mais robustas foram as subidas dos índices das duas maiores economias da região – o *DAX* e o *CAC* valorizaram 29,1% e 15,2%, respetivamente, beneficiando do melhor desempenho das economias alemã e francesa, quando comparado com o da restante região. No Reino Unido, o *FTSE-100* subiu 5,8%.

No mercado da **dívida privada** a evolução foi idêntica, observando-se, neste caso, uma tendência descendente dos *spreads* quase ininterrupta desde a cimeira europeia de final de junho, com as medidas tomadas a permitirem que os *spreads* de crédito na Europa diminuíssem marcadamente. Assim, o índice *Itraxx 5Y* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de *CDS* (*Credit Default Swaps*) na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito – desceu 56 p.b.. Já o índice de *speculative grade*, o *Itraxx Cross-over 5Y* caiu mais do quadruplo, já que é mais sensível ao sentimento de mercado e ao ciclo económico.

No **mercado cambial**, o euro evoluiu principalmente em função da aversão ao risco, dos desenvolvimentos da crise da dívida soberana e da condução da política monetária por parte do BCE. Os dois primeiros fatores tiveram um efeito ascendente sobre a divisa, enquanto que, no caso do BCE, o efeito deverá ter sido ligeiramente descendente, uma vez que diminuíram as expectativas em relação ao nível da taxa de referência. O euro terminou o ano com um registo misto face às três principais divisas (+1,8% face ao dólar, -2,8% face à libra e +14,6% face ao iene). No par mais importante, euro/dólar, a trajetória de subida foi influenciada pelos fatores anteriormente descritos e pela expectativa e posterior concretização do anúncio de novas medidas por parte da FED, tendo a moeda única terminado acima da barreira psicológica dos 1,3 EUR/USD, abaixo da qual esteve entre maio e setembro (com um mínimo em 1,2 EUR/USD no final de julho, coincidindo com o máximo do *spread* da dívida espanhola). Por seu turno, o dólar apreciou face ao iene, mas depreciou face à libra, com o *Dollar Index* a descer ligeiramente.

Por último, as **commodities** evoluíram em linha com o sentimento de mercado, mas também com fatores específicos que penalizaram os preços de alguns segmentos. Assim, os índices compostos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* registaram resultados mistos, -3,4% e +0,3%, com movimentos ascendentes na generalidade das classes de mercadorias, com exceção da energia.

4. Indicadores Globais

INDICADORES	2010	2011	2012
• DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Ativo Líquido (milhares de euros)	2 759 348	2 874 864	3 271 739
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	410 645	415 631	448 749
Associados (Unidades)	463 390	497 420	534 418
Inscrições (número)	799 053	847 492	925 496
Inscrições por Associado (número médio)	1,72	1,70	1,73
Pensionistas (Unidades)	7 287	7 627	7 517
• BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA			
Acordos em vigor (número de entidades)	616	677	870
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	54 393	58 157	60 351
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	329 218	402 045	743 704
Cash-Flow do Exercício (milhares de euros)	60 645	72 917	75 411
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	2,04%	2,06%	1,97%
• SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capital Próprio / Ativo Líquido Médio	14,9%	14,7%	14,6%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1,15	1,15	1,14

(a) Quotas e Capitais recebidos

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos

5. Missão, Política de Governo e Estratégia

MISSÃO E POLÍTICA DE GOVERNO

O Montepio Geral – Associação Mutualista (MG-AM), observando os princípios da solidariedade, tem como finalidade e missão desenvolver ações de proteção nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos associados. Conforme as disposições estatutárias, a sua missão traduz-se na:

- Concessão e garantia, através de modalidades individuais e coletivas, de benefícios de segurança social e de saúde destinados a prevenir ou a reparar as consequências da verificação de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e seus familiares e dos beneficiários por aqueles designados;
- Prossecução de outras formas de proteção social e de promoção da melhoria da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais e outras atividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos associados e seus familiares, e dos beneficiários por aqueles designados, em especial das crianças, jovens, idosos e deficientes;
- Contribuição para a resolução dos problemas habitacionais dos associados, função concretizada através da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG);
- Gestão de regimes profissionais complementares das prestações garantidas pela segurança social e outras formas coletivas de proteção social.

A missão do MG-AM assume uma clara utilidade social, porque preenche lacunas e limitações crescentes dos sistemas públicos de proteção social e de outro tipo de respostas de entidades privadas, sendo que a sua concretização tem merecido crescente adesão, patente no contínuo alargamento da sua base de associados e da dimensão do seu balanço.

A forma como a Associação exerce a sua missão e as funções que lhe estão subjacentes revela-se determinante para a evolução conseguida e para assegurar a continuidade do seu crescimento, a vinculação e satisfação dos associados e a sua utilidade social.

Desde logo, a assunção e difusão de uma cultura e conduta profissional que veicule e articule os valores mutualistas, com os princípios de elevada exigência ética e deontológica do setor financeiro, comuns às diversas atividades e entidades do universo Montepio, que se encontram expressos no Código de Conduta, e que abrangem os colaboradores e os membros dos órgãos associativos.

No campo dos valores mutualistas, o MG-AM tem destacado a democracia participativa, a igualdade, a solidariedade social, a cidadania e a inclusão social, a que se juntam a transparência, independência e isenção, a par da diligência, prudência, rigor e exigência, que dominam as políticas e a prática de governação.

Desenvolver, autonomamente, a estrutura e as políticas de governo do MG-AM e da sua Caixa Económica anexa tem sido um dos objetivos perseguidos neste passado recente, no sentido de as adaptar às melhores práticas e recomendações de bom governo, particularmente das que se têm destinado às instituições financeiras.

Em 2012, deram-se passos significativos neste domínio com a aprovação, pela Assembleia Geral de 15 de outubro, de novos Estatutos para a CEMG, num processo bastante dinâmico e participativo, que determinaram a separação dos órgãos de governo da CEMG dos órgãos do MG-AM, após os estudos desenvolvidos e a proposta apresentada pela Comissão criada para proceder à Revisão dos Estatutos.

Esta separação permitirá o reforço da gestão executiva e do controlo das instituições, através da sua maior segregação e especialização. Prosseguirá a melhoria das condições de funcionamento e de gestão do MG-AM, através de estruturas decisórias e de controlo adequadas à sua dimensão alargada e de exigências crescentes.

Será imperativo assegurar não só a eficácia e eficiência do funcionamento dos órgãos, como também o aprofundamento e a melhoria do sistema de controlo interno e de gestão dos riscos, que crie as bases para o desenvolvimento da estraté-

gia de reforço das relações com os associados, do seu envolvimento e participação, de alargamento do leque de oferta e das áreas de intervenção, de inovação social e de cooperação, que possibilite o desenvolvimento sustentável do Montepio a médio e longo prazo.

ADAPTAÇÃO AOS REQUISITOS DO NOVO REGIME DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Desde sempre, o Montepio Geral – Associação Mutualista apresentou as suas contas sob forma individual e tendo como limite a data de 31 de Março, de acordo com o disposto no art. 21.º n.º 1 a) dos seus Estatutos e art. 65.º b) do Código Mutualista.

Em 10 de Março de 2011 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março que, aprovando o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) e a partir do exercício que se iniciasse em 1 de Janeiro de 2012, veio impor (art. 7.º n.º 1) às mesmas a obrigação de elaborarem contas consolidadas nos termos do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as necessárias adaptações.

A consolidação deve operar-se desde que se verifique a existência de um controlo entre entidades, evidenciado em «condições de poder» (por exemplo: a possibilidade de a entidade consolidante homologar os estatutos da consolidada) ou em «condições de resultado» (por exemplo: a capacidade de conseguir que a outra entidade coopere na realização dos seus próprios objetivos). Circunstâncias, que nomeadamente se verificam em relação à Caixa Económica Montepio Geral, sem que possa invocar-se qualquer das dispensas previstas na Lei.

Não atendeu, porém, o Legislador que seria necessário modificar normas obrigatórias a que estavam sujeitas as ESNL quanto à apresentação das suas contas, uma vez que não beneficiavam da exceção prevista na última parte no n.º 1 (proemio) do art. 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nem seria materialmente possível obter, em tempo oportuno, a aprovação das contas das entidades sujeitas à consolidação a fim de poderem ser incluídas nas contas a apresentar pelo Montepio Geral – Associação Mutualista até 31 de Março.

A única solução viável, por ora, e para dar cumprimento ao disposto nos Estatutos, no Código Mutualista e no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, é a de apresentar, desde já e até 31 de Março, à discussão e aprovação as contas individuais do Montepio Geral – Associação Mutualista e posteriormente apresentar para os mesmos fins contas consolidadas, após a devida aprovação das contas das entidades sujeitas à consolidação.

ESTRATÉGIA

Face à atual conjuntura recessiva, de incerteza e de agravamento das dificuldades económicas e sociais emerge a oportunidade da missão de utilidade pública e social, dos valores e finalidades da Associação Mutualista, na supressão de necessidades de previdência complementar e da oferta de serviços e equipamentos sociais, como resposta, eficaz e solidária, ao nível da complementaridade dos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

O contexto de extraordinária adversidade em que decorreu o exercício de 2012 colocou maiores e inéditos desafios às instituições nacionais, incluindo às da economia social e mutualistas, suscitando respostas que permitam reforçar, de forma sustentável, o espaço de intervenção e a sua utilidade social, com acrescido contributo para a consolidação e modernização do mutualismo e para o desenvolvimento da economia social em Portugal.

Tendo presente este quadro e os seus desígnios, definiram-se e concretizaram-se, em 2012, um conjunto de medidas e ações, definidas nos documentos de estratégia aprovados pelos órgãos associativos, designadamente nas Linhas de Orientação Estratégica 2012-2015 e no Programa de Ação e Orçamento de 2012, que estabeleceram as seguintes prioridades:

1. Fidelizar os associados e reter capitais, através do desenvolvimento da política de relações e interação associativa, aumento da oferta complementar e maior foco das redes de distribuição e estruturas comerciais das entidades do Montepio na oferta e atendimento mutualistas;
2. Adotar as soluções adequadas para preservar a solvabilidade da Caixa Económica anexa e das restantes entidades participadas, com vista a satisfazer os requisitos prudenciais exigidos e manter a respetiva autonomia e o perfil e natureza diferenciadora do universo Montepio ao serviço dos fins mutualistas;
3. Prosseguir o aumento do número de associados com base no potencial dos clientes das entidades do universo Montepio e da dinâmica das ações de promoção mutualista nesse universo;
4. Aprofundar a modernização e a diferenciação da oferta a partir das suas finalidades de previdência complementar e de proteção de riscos, por via de maior disseminação do conhecimento das suas características diferenciadoras nesses domínios, do aumento dos automatismos nos processos de admissão e de gestão de associados e da continuação da dinâmica de lançamento de modalidades e de benefícios complementares;

5. Reforçar as capacidades da gestão de balanço (*Assets and Liabilities Management*) e o Sistema de Controlo Interno, em linha com os requisitos exigidos à CEMG e a outras entidades do Montepio, impondo elevados padrões de organização, funcionamento e desempenho.

Com a estratégia empreendida foi possível obter, em 2012, crescimentos significativos da base de associados, das receitas, dos investimentos, da atividade e dos resultados, bem como preservar níveis de liquidez e de solidez ajustados à conjuntura de mercado e às características da atividade, que possibilitam a valorização das modalidades com o perfil de estabilidade a médio prazo adequado às suas finalidades.

6. Responsabilidade Social e Sustentabilidade

O atual contexto socioeconómico, a refletir um dos períodos mais difíceis da história do país, com a sociedade a ser confrontada com um quadro de dificuldades excecionais, para as quais o Estado, dada as suas próprias limitações e as inerentes às medidas de reequilíbrio das finanças públicas, por via da implementação do PAF a Portugal, não tem conseguido dar resposta, tem levado o Montepio a atuar junto da comunidade e a desenvolver diversas ações de responsabilidade social, através da Fundação Montepio, no exercício prático da solidariedade e cidadania ativas.

Globalmente o ano de 2012 foi relevante não só no que se prende com o número de ações desenvolvidas, mas sobretudo pelo crescente envolvimento transversal das entidades do universo Montepio em torno da dimensão de responsabilidade social.

PAPEL DA FUNDAÇÃO MONTEPIO

A nível das intervenções de natureza social junto da comunidade, o papel do Montepio tem sido cada vez mais expressivo, através da atividade realizada pela Fundação Montepio, com o apoio técnico do Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio, e como parceiro estratégico das entidades que intervêm na Economia Social ao apresentar-se como instituição financeira de referência do Terceiro Setor.

A Fundação Montepio, para além da concessão de apoios financeiros a 132 entidades que atuam nos domínios da solidariedade, educação, saúde e ambiente, assegurou o acompanhamento técnico de projetos de longa duração desenvolvidos ao abrigo de parcerias interinstitucionais.

Globalmente, foram investidos 880 643 euros em ações de responsabilidade social promovidas por entidades da sociedade civil, que permitiram apoiar milhares de portugueses em situação de maior vulnerabilidade.

Continuaram a ser desenvolvidos os projetos mais emblemáticos – Frota Solidária, Prémio Voluntariado Jovem e Prémio Escolar Montepio.

Foram concedidas 20 viaturas adaptadas a instituições no âmbito da Frota Solidária, no valor de 414 mil euros, correspondendo, mais uma vez, a uma das necessidades mais sentidas pelas instituições.

Relativamente ao Prémio Escolar Montepio, em 2012 o júri externo deliberou atribuir prémios aos projetos inovadores provenientes de cinco estabelecimentos de ensino público, no montante total de 125 mil euros.

Dando sequência ao que aconteceu em anos anteriores, foi promovida a iniciativa «Reis por um dia» no contexto da qual foi premiada a atividade meritória de 10 instituições de solidariedade social, selecionadas pela Fundação Montepio, com uma verba total de 200 mil euros.

Foi dada sequência também à linha de apoio emergente da utilização do «Cartão + Vida», que, em 2012, permitiu apoiar o Conselho Português para os Refugiados, a Associação de Mulheres contra a violência, a ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local) e a Associação Coração Amarelo.

Foi desenvolvido, pela segunda vez, o projeto «Minuto solidário», que consiste na oferta de um tempo de divulgação televisiva e de um DVD institucional, atribuído a 22 organizações de solidariedade social, de norte a sul do país e representando diversas áreas de atuação, em 2012.

Com esta oferta, as IPSS beneficiadas poderão efetuar uma divulgação mais adequada do seu trabalho, aumentando o número de associados e de doadores, com efeitos claros na sua sustentabilidade.

Em convergência com as preocupações da Fundação Montepio, foram promovidos dois eventos subordinados aos temas do *fundraising* e do marketing social, com vista a promover uma atitude mais pró-ativa dos gestores do terceiro setor.



Foram realizadas diversas campanhas de angariação de donativos, que recolheram géneros e livros, posteriormente oferecidos a muitas instituições e manteve-se em funcionamento o espaço Incluirte, situado junto ao espaço mutualista da rua do Carmo, onde uma dezena de instituições puderam mostrar os seus produtos e divulgar a sua atuação. Merece ainda destaque a iniciativa de oferta de mobiliário e viaturas usadas, que permitiu apoiar, dezenas de instituições.

Salienta-se o Projeto Capacitar +, nascido da cooperação entre o Montepio, a Accenture, a Fundação Gulbenkian, a Tese e a UDIPSS do Porto e que visa disponibilizar formação a dirigentes e técnicos de IPSS do Distrito do Porto.

Outros projetos de vulto na área do apoio a cuidadores de pessoas com demências, pessoas idosas em situação de isolamento e desempregados foram igualmente alvo de intervenção financeira e técnica, em estreita articulação com entidades parceiras.

Inseriu-se neste domínio, o Projeto Cuidar Melhor, promovido pela Associação de Alzheimer, os GEPE – Grupos de entreajuda para a procura de Emprego, dinamizados pelo Instituto Padre António Vieira e as iniciativas Mais Proximidade Mais Vida e Laços para a Vida geridos, respetivamente, pela Paróquia de São Nicolau, em Lisboa e pela Câmara Municipal de Évora.

No ano de 2012, destaca-se o reforço do Programa de Educação Financeira do Montepio, com o lançamento de um novo suporte de formação e interação: o Portal Ei – Educação, Informação.



O projeto, criado com a ambição de difundir, de forma ainda mais ampla, o valor do aforro como propulsor da qualidade de vida individual e da coesão social, assumiu-se como o único portal de educação financeira dotado de uma área dedicada às instituições do setor social e o primeiro a integrar o programa mundial *Shape the Future*, iniciativa da Microsoft na área da educação, que permitirá alargar a ferramenta criada pelo Montepio a todo o universo de falantes de Língua Portuguesa.

O Portal, acessível através de PC, *tablet* ou *smartphone*, divide-se em cinco áreas ajustadas a cinco públicos específicos: Pessoal, Empresarial, Solidário, Juvenil e Educadores.

Refira-se, ainda, o reforço da participação do Montepio nas estruturas externas de responsabilidade social, nomeadamente, *Junior Achievement*, BCSD, Rede RSO.pt, Confederação Portuguesa do Voluntariado, tendo culminado com a assunção da presidência do GRACE em dezembro.

Relativamente ao programa de educação financeira para crianças, e no âmbito do programa de voluntariado coletivo, o ano de 2012 foi um ano de reafirmação, durante o qual foi possível alargar a área geográfica de implantação, aumentar o número de escolas e crianças abrangidas e alargar a base de voluntários.

Em 2012, o Programa foi aplicado em 55 entidades, tendo sido implementadas 238 sessões em 85 turmas, abrangendo 1859 crianças e contando com a participação de 69 Colaboradores-Voluntários do Montepio.

A forma pedagógica e o seu alicerce ético, fazem deste programa uma resposta única no panorama da educação financeira em Portugal e granjeia a adesão e a satisfação das entidades parceiras, sendo expectável o seu incremento e reformulação nos anos vindouros.

No que diz respeito ao voluntariado corporativo registou-se um aumento do n.º de voluntários em 12,5% atingindo 802. Reconhecendo a importância do voluntariado como poderoso auxiliar da gestão de recursos humanos das organizações e fator de coesão interna e de abertura ao exterior foi duplicado o tempo disponibilizado aos colaboradores das instituições do universo Montepio, para que eles pudessem estabelecer mais relações com a comunidade, conhecer outras realidades e exercer a sua cidadania responsável.

O ano de 2012 foi também um ano marcante, pelo lançamento de duas ações de voluntariado, a nível das entidades do universo Montepio, em Lisboa e na Mata do Buçaco, que envolveu colegas do Montepio, da Lusitânia, da Futuro e do Montepio Gestão de Ativos.

A ação desenvolvida permitiu apoiar instituições de solidariedade e os seus clientes, limpar praias, reflorestar zonas ardiadas, divulgar práticas de vida saudável e apoiar a formação e o empreendedorismo nas crianças e jovens.

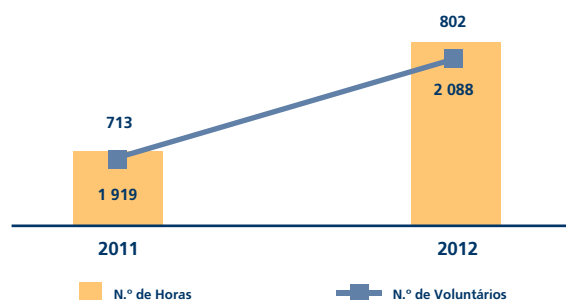
Os colaboradores das entidades do universo Montepio souberam, em todas as frentes, honrar a marca e efetivar a missão, levando mais longe e de forma ética os valores mutualistas e solidários, tendo sido registado, em 2012, um aumento do número de colaboradores voluntários presentes nas ações de voluntariado.

Em termos de voluntariado coletivo foram realizadas, em 2012, 19 ações, abrangendo mais de 14 entidades diferentes, ao longo do país, e 261 colaboradores-voluntários, envolvidos em diversas áreas de atuação, com aproximadamente 2 088 horas de trabalho comunitário.



Em termos comparativos, podemos afirmar que, em 2012, o número de voluntários e o número de horas utilizadas na implementação das ações realizadas cresceram 6,1%.

Para além das ações promovidas exclusivamente pelo Montepio, foram realizadas ações em parceria com entidades externas, tais como o GRACE e outras entidades associadas, que beneficiaram um conjunto de instituições de norte a sul do país. No total, estiveram associados às iniciativas do GRACE, 115 voluntários do universo Montepio, sendo 75 colaboradores do Montepio, 23 colaboradores da Lusitania e 17 reformados Montepio.



O programa Aprender a Empreender, desenvolvido pela *Junior Achievement*, contou com a participação de 99 voluntários do Montepio, num total de 792 horas.

O Montepio apoiou o início de preparação do livro branco, iniciativa do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, participou no conselho consultivo do Portugal Maior, apoiou a criação do Prémio Envelhecimento Ativo e colaborou no Guia para a Promoção do Envelhecimento Ativo, lançado pelo GRACE.

Depois de, em 2011, o Montepio ter assinalado o Ano Europeu do Voluntariado com a instituição do Prémio Voluntariado Jovem, em 2012 entendeu organizar uma segunda edição do referido Prémio, inspirada no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações.

Das 98 candidaturas recebidas, o prémio, no valor de 25 mil euros, foi entregue ao Projeto «Idosos + Jovens», apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Ourique. Os principais objetivos do projeto são: promover a troca intergeracional e a partilha de saberes entre os mais e menos jovens e, criar uma dinâmica local que assegure a realização mensal de atividades desportivas, culturais, sócio educativas e ambientais.

7. Valorização das Relações Associativas e Difusão do Mutualismo

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA

A relação com os associados vai além da oferta mutualista que satisfaça as necessidades tangíveis, de proteção social complementar e de equipamentos e serviços sociais e de saúde, mas, procura igualmente satisfazer necessidades intangíveis, contribuindo para o bem-estar social e de grupo, assim como para o desenvolvimento cultural, moral e intelectual dos associados e a promoção da solidariedade associativa.

Em 2012 manteve-se o reforço da relação com os associados, tendo sido desenvolvidas inúmeras iniciativas, internas e externas, dirigidas aos associados e à comunidade.

A revista Montepio constituiu um meio privilegiado de comunicação entre o Montepio e os seus associados que, em 2012, alcançou uma audiência de 4%, apurada pelo Bareme Imprensa e a apresentar um crescimento de 2,56% face à última vaga. A publicação manteve, assim, a liderança na categoria «Interesse Geral – Revistas Trimestrais» e, com uma tiragem média, em 2012, de 345 000 exemplares, assumiu-se como a publicação nacional de maior tiragem.

Em 2012, cumprindo objetivos de inovação, a revista Montepio passou a ser editada em suporte iPad, o que lhe permitiu complementar a edição impressa com um formato dinâmico e interativo. Mantendo-se gratuita, a publicação passou a oferecer ainda mais escolhas aos leitores, que passam a poder ler, ver e escutar a revista.

A publicação que o Montepio dirige aos associados com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos foi sujeita a uma reformulação editorial e gráfica, tendo passado a assumir um novo design, uma nova estrutura de conteúdos, assentes em novas abordagens, mas também diferentes estilos jornalísticos e uma mensagem atual e desafiadora: «poupar é cool».

A publicação abandonou o formato de revista, foi transformada num jornal e alinhou pelas tendências sociais, culturais e comunicacionais que marcam a contemporaneidade.

Ao revelar novas formas de trabalhar a informação, esclarecendo, envolvendo, gerando surpresas, o jornal põe em prática o talento, a criatividade e a liberdade associadas à adolescência, enquanto cria expectativas e sugere formas de fazer muito mais com muito menos.

O Montepio conquistou, ainda, dois diplomas de mérito nas categorias «Edição Especial» e «Website na Internet» com os projetos «Vídeo motivacional» – que contou com a participação de colaboradores de todo o universo de entidades Montepio – e «Sítio Institucional» – montepio.org.

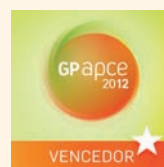


DISTINÇÕES – REVISTA MONTEPIO

A reformulação gráfica e editorial a que a revista Montepio foi sujeita, em 2011, mereceu distinção pela SPD – Society of Publication Designers, que considerou que a publicação que o Montepio dirige aos seus associados se integrava entre os seis melhores trabalhos de redesign do mundo.

A revista Montepio foi distinguida no Grand Prix 2012 da FEIEA – Federation of European Business Communicators Associations com duas distinções nas categorias «Best internal magazine/news-magazine» e «Best front cover on an internal publication».

Em 2012, os prémios de comunicação atribuídos pela APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa distinguiram o Montepio em quatro categorias: «Publicação Externa», «Capa», «Webletter» e «Vídeo e Hotsite». Nas duas primeiras categorias o trabalho eleito foi a revista Montepio; na categoria «Webletter» o prémio foi atribuído à agenda digital, que comunica as atividades de dinamização associativa, e, na categoria «Vídeo e Hotsite», foi destacado o filme relativo à atividade realizada pelo Grupo Montepio ao longo do ano 2011.



AÇÕES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

O programa de Dinamização Associativa desenvolvido em 2012 teve em vista concretizar as orientações estratégicas de fidelização dos associados e de aprofundar a diferenciação da oferta.

Com esse objetivo realizaram-se 75 ações, que envolveram cerca de 2 mil associados e acompanhantes, abrangendo todo o território nacional, embora com maior incidência nas regiões de Lisboa e Porto.

Foram realizadas 13 ações de «Iniciação à Internet», monitorizadas por colaboradores voluntários, com inscrição gratuita e aberta a associados com 55 ou mais anos, que contou com 152 participantes.

A atividade «Passeios com História», envolveu 19 ações durante 2012 e apresentou uma taxa de satisfação elevada, de 76%, por parte dos 618 participantes, contando com o apoio de orientadores especializados.

Também em parceria com diversas empresas especializadas, foram promovidas 11 «Atividades ao Ar Livre», que contaram no total com 204 participantes, e que incluíram entre outras atividades: canoagem, passeios pedestres, escaladas, espeleologia e jipe safaris.

No ano de 2012, incrementaram-se as «Visitas Orientadas a Exposições e ao Património», tendo sido realizadas 22 visitas, com principal destaque para o programa de Visita aos Faróis da Costa Portuguesa. O total de participantes, entre associados e não-associados, registou um aumento significativo, de 184 em 2011 para 738 em 2012, que manifestaram uma completa satisfação pelas respetivas atividades.

No âmbito dos «Workshops», foram realizados em Lisboa, em 2012, 6 *Workshops* de Diários Gráficos, orientados pelo arquiteto e ilustrador Richard Câmara, que contaram com 97 participantes, e 2 *Workshops* de Iniciação à Fotografia, dirigidos pelo fotógrafo Alexandre Oliveira, que obtiveram grande satisfação por parte dos participantes.

Relativamente a Concursos, em abril de 2012, foram entregues os prémios da edição de 2011 dos Concursos Montepio, nas modalidades de ensaio e fotografia, com o tema «Solidariedade entre Gerações». Tendo sido, na mesma altura, publicado o livro com os trabalhos premiados na edição de 2010, dos Concursos, sobre «Pobreza e Exclusão Social». Em julho, foi lançada a edição de 2012 dos Concursos Montepio, cujos trabalhos já foram avaliados pelos respetivos júris, encontrando-se a entrega dos prémios agendada para o segundo trimestre de 2013, relativa ao Concurso de Ensaio «Cidadania e Desigualdades Sociais», que conta com a participação de 37 associados e o Concurso de Fotografia «Água é Vida», com a participação de 134 associados e 360 fotografias.

Ainda no domínio da dinamização associativa, refira-se o programa de iniciação à informática para Seniores, que contou com a participação de 14 voluntários, num total de 182 horas.

No âmbito das «Atividades do Clube Pelicas», durante 2012, promoveram-se diversas iniciativas que reforçaram a relação com os membros do Clube Pelicas, entre as quais: a publicação de 3 números da revista do Clube, com uma tiragem média de 34 600 exemplares; a realização de visitas a 9 escolas, jardins-de-infância e ATL, que contou com a participação de 1 833 crianças (em 2011 abrangeu apenas 257 crianças) e permitiu a divulgação do Clube e dos valores do mutualismo; a realização de 4 passatempos para membros, com atribuição de 290 prémios (bilhetes para espetáculos infantis, livros e jogos educativos).

Merece ainda destaque, a presença do Clube Pelicas no Festival Panda, em Lisboa, onde estiveram cerca de 3 mil crianças.

Em dezembro de 2012, foi lançado o sítio do Clube Pelicas na internet (clubepelicas.pt), constituindo um espaço interativo de informação e de atividades lúdicas e pedagógicas. Ao mesmo tempo, foi alargado o conceito de membro do Clube Pelicas, passando a ser uma qualidade inerente a todos os associados do Montepio com idade inferior a 13 anos, e que perfaz 62 mil membros.

No que diz respeito à análise e monitorização do nível de satisfação e fidelização dos associados, realizou-se, pelo quarto ano consecutivo, o Inquérito de Satisfação do Associado, tendo-se procedido ao tratamento da respetiva informação e produzido três relatórios específicos:

- Qualidade de serviço e respetiva satisfação nos pontos de contacto do associado com o MG-AM (Revista Montepio; Balcão da CEMG, telefone e ato de reclamação);
- Grau de satisfação geral com o MG-AM e respetivo nível de compromisso (lealdade);
- Qualidade da resposta das modalidades e serviços associativos e respetiva satisfação.

Mais uma vez, apurou-se um nível de satisfação associativa bastante positivo, superior ao apurado no ano anterior. Relativamente à monitorização da satisfação das atividades de dinamização associativa, deu-se continuidade, pelo segundo ano consecutivo, ao controlo de qualidade dessas atividades, com tratamento e publicação dos resultados dos inquéritos preenchidos por participantes nos «Passeios com História», «Atividades ao Ar Livre», «Visitas Orientadas a Exposições e ao Património» e «Workshops», que foram amplamente positivos, conforme foi referido anteriormente.

Tem vindo a ser dada particular atenção à melhoria do sistema de gestão de reclamações dos associados e também dos clientes. Em 2012, efetuaram-se desenvolvimentos nas diversas empresas no sentido de dotar o sistema das funcionalidades adequadas à maior eficácia, fiabilidade de registo e transversalidade do tratamento das reclamações a nível das diversas funções e entidades do universo Montepio, considerando que toda e qualquer reclamação é encarada como uma oportunidade de melhoria.

DIFUSÃO DO MUTUALISMO

A nível de ações de formação, destaca-se a participação do Montepio na organização da 2.ª edição do Programa Jovens Estudantes Montepio – «Encontro de Culturas», e que envolveu diversos jovens estudantes lusodescendentes, tendo sido responsável pela apresentação do tema «Montepio e a intervenção solidária: da benemerência ao mutualismo». Para além de premiar um conjunto de alunos, do ensino superior, que se tivessem distinguido na sua formação académica e que servissem de exemplo para potenciar valores como a solidariedade e a fraternidade, esta ação visava divulgar o mutualismo e promover o estabelecimento de relações sociais e institucionais entre os jovens e entre estes e o Montepio. O sucesso obtido entre os jovens permite equacionar a sua continuidade, com envolvimento crescente de jovens filhos de colaboradores e associados.

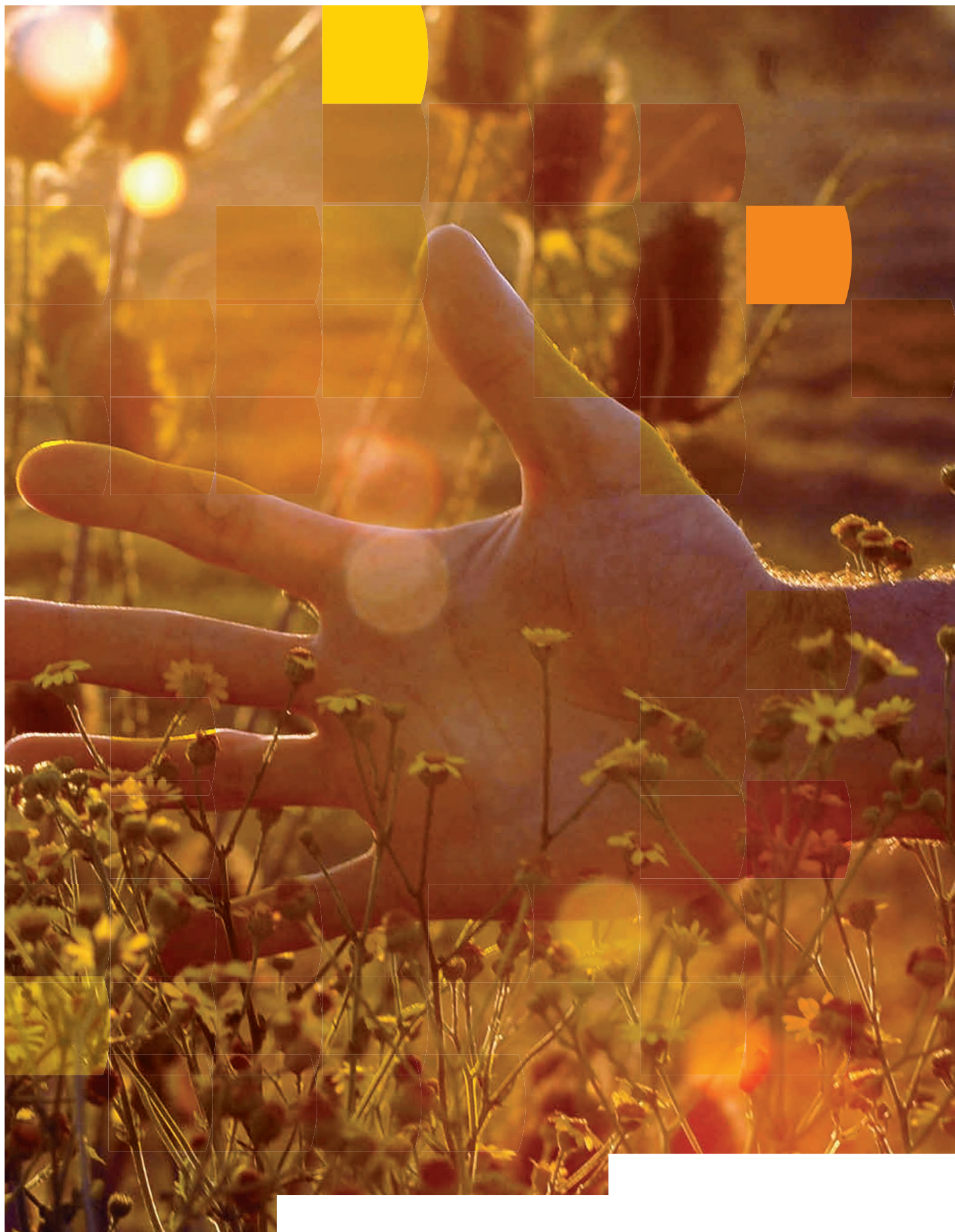
Refira-se, igualmente, a participação do Montepio em três conferências, no âmbito de cursos de pós-graduação: Conferência «O desenvolvimento do modelo mutualista e o desafio da identidade» – Curso de Pós-Graduação em Economia Social: cooperativismo, mutualismo e solidariedade, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Conferência «Um olhar aprofundado sobre o mutualismo» – Curso de Pós-Graduação em Social Business, da Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa; Conferência «Governança democrática e gestão eficiente nas organizações sem fins lucrativos: Será possível?» – Unidade curricular de Gestão das organizações sem fins lucrativos, do mestrado em Gestão e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Lisboa).

O Montepio marcou igualmente a sua presença no âmbito da Cooperação Nacional e Internacional, com a presidência do Grupo de Trabalho da *Association Internationale de la Mutualité* (AIM) para a criação do Estatuto da Mutualidade Europeia e apresentação do respetivo projeto ao ministro da Economia Social do governo de França e ao comissário europeu responsável pelo Mercado Interno e Serviços; intervenção no Parlamento Europeu, em nome da AIM, sobre «As Mutualidades acrescentam valor à Europa»; participação no Congresso da *Mutualité Française*, em Nice.

Destaca-se, ainda, a participação do Montepio na direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais – Instituto Universitário de Lisboa, nas reuniões do Conselho de Orientação do *Institut de la Protection Sociale Européenne* (IPSE), em Paris e Bruxelas, na 4.ª Conferência Transatlântica anual, organizada pela Associação Europeia das Instituições Paritárias da Proteção Social, em Paris, e no 29.º Congresso Internacional do CIRIEC, em Viena.

A presença em seminários e conferências, alguns com a presença do Conselho de Administração, foram uma prática corrente ao longo do ano, destacando-se, entre muitos outros, a conferência «Envelhecimento: Encargo ou oportunidade económica» inserida no ciclo de conferências Montepio/Diário Económico, o congresso mundial do Envelhecimento Ativo, o Congresso de Inovação Social «*Unpacking the future*» e o Congresso Internacional das Misericórdias.

O ano de 2012 ficou igualmente assinalado como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Entre Gerações, que visou fomentar a reflexão como os cidadãos poderão aproveitar o aumento natural da esperança de vida, e como o envelhecimento ativo pode significar uma oportunidade para as pessoas mais velhas continuarem a trabalhar e a partilharem as suas experiências e de continuarem a desempenhar um papel ativo na sociedade. O Montepio, no âmbito da sua vertente mutualista, aproveitou esta oportunidade para a promoção e difusão do movimento mutualista, marcando ativamente a sua presença nesta iniciativa, tendo estado presente em inúmeras ações internas e externas, dirigidas aos associados e à comunidade.

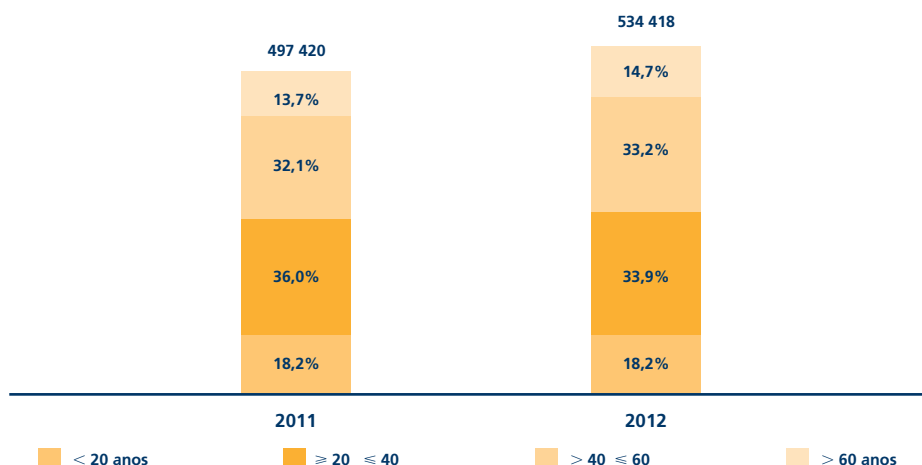


08 Atividade Associativa

8.1. BASE DE ASSOCIADOS

Num contexto económico-financeiro difícil para a sociedade em geral, o movimento associativo voltou a apresentar, em 2012, um comportamento bastante positivo. No final do ano, a base associativa atingiu 534 418 associados refletindo, em termos homólogos, uma taxa de crescimento de 7,4% (7,3% em 2011).

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFETIVOS



O alargamento da rede comercial e a dinamização dos canais de oferta das modalidades revelaram-se fatores determinantes para o alargamento da base associativa.

O movimento anual de associados traduziu-se num aumento de 36 998 associados impulsionado, por um lado, pelo incremento de admissões e readmissões e também pela redução do número de saídas.

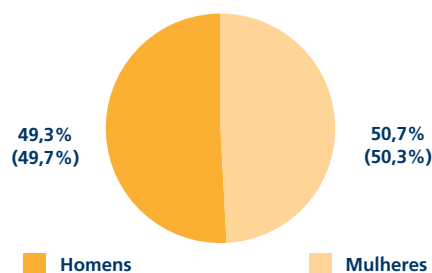
MOVIMENTO ANUAL ASSOCIATIVO

DESIGNAÇÃO	2011	2012	Variação	
			N.º	%
Entradas				
Admissões	56 530	58 250	1 720	3,0
Readmissões	1 144	2 293	1 149	100,4
Saídas				
Falecimentos e habilitações	850	814	-36	-4,2
Cessões de direitos, desistências e eliminações	22 794	22 731	-63	-0,3
Total de Associados	497 420	534 418	36 998	7,4

O universo associativo, no final do ano, continuava a apresentar uma estrutura por género equilibrada, com ligeira superioridade do sexo feminino (50,7%). A idade média dos associados manteve-se em 38 anos.

A implantação geográfica da base associativa revela um forte predomínio dos distritos de Lisboa e Porto, que, em conjunto, representam 46% do total de associados. Esta percentagem aumenta para 68% se incluirmos ainda os distritos de Setúbal, Braga e Aveiro. Destaca-se a cobertura associativa ao longo do território nacional, o peso da região litoral e, particularmente, das áreas metropoli-

ESTRUTURA ASSOCIATIVA – POR GÉNERO 2012 (2011)



tanças de Lisboa e Porto na localização dos associados, o que revela uma grande similitude com a distribuição da população a nível nacional. De assinalar, ainda, a existência de 7 182 associados no estrangeiro.

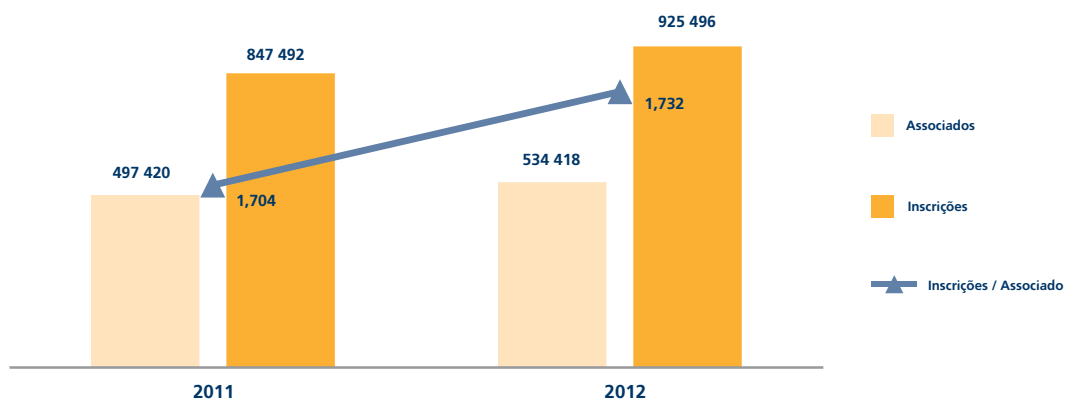
DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE ASSOCIADOS



SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

O número de subscrições, em 2012, cresceu cerca de 9,2%, atingindo um valor total de 925 496 (este registo foi superior ao verificado no período homólogo, em que o crescimento tinha sido de, apenas, 6,1%). Relativamente a 2011, o número médio de inscrições por Associado apresentou, também, um comportamento positivo, evoluindo de 1,70 para 1,73.

NÚMERO DE INSCRIÇÕES POR ASSOCIADO



Durante o ano de 2012, verificam-se 136 919 novas subscrições em modalidades individuais associativas (101 929 em 2011) e que foram, preferencialmente, subscritas nas modalidades de Montepio Capital Certo (50,1%), Montepio Proteção 5 em 5 (21,9%) e Montepio Poupança Complementar (20,8%).

O número de novas inscrições em modalidade, entre 2011 e 2012, evoluiu da seguinte forma:

NOVAS INSCRIÇÕES POR MODALIDADE

MODALIDADES INDIVIDUAIS	2011		2012		Variação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Capital Certo	34 609	34,0	68 532	50,1	33 923	98,0
Montepio Proteção 5 em 5	27 095	26,6	30 013	21,9	2 918	10,8
Montepio Poupança Complementar	28 896	28,3	28 498	20,8	- 398	-1,4
Capitais Previdência Diferidos com Opção	5 032	4,9	3 983	2,9	-1 049	-20,8
Montepio Proteção Encargos (I e II)	2 464	2,4	2 128	1,6	- 336	-13,6
Montepio Proteção Sub 25	2 524	2,5	2 106	1,5	- 418	-16,6
Outras	1 309	1,3	1 659	1,2	350	26,7
TOTAL	101 929	100,0	136 919	100,0	34 990	34,3

8.2. DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

No decorrer do ano de 2012, a atividade de oferta mutualista continuou a centrar-se na disponibilização de soluções que correspondam às necessidades dos associados no âmbito da poupança e proteção familiar, tendo em conta o enquadramento regulamentar que rege a atividade das associações mutualistas.

No que respeita às Modalidades de Capitalização que permitem aos associados constituir e valorizar a sua poupança, foram emitidas 17 séries do Capitais de Reforma por Prazo Certo (Montepio Capital Certo) a 5 anos e 1 dia e 8 anos e 1 dia, que permitiram captar um montante global de 538 milhões de euros. Das séries emitidas destacamos a emissão, pela primeira vez, do Montepio Poupança Familiar, produto que visa promover a poupança das famílias, majorando a remuneração oferecida no Montepio Capital Certo em função do número de elementos do agregado familiar.

A oferta de soluções mutualistas no capítulo das Rendas foi enriquecida com o lançamento do Montepio Rendas Temporárias, produto que visa garantir o recebimento pelo Associado proponente ou pelas pessoas que pretende beneficiar, de uma renda mensal e temporária, com possibilidade de valorização resultante da gestão dos respetivos fundos próprios.

Foram realizadas durante o ano campanhas de promoção do Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Complementar, aliadas à captação de associados, que tiveram um impacto significativo em qualquer dos objetivos referidos e contribuíram para o reconhecimento da Associação Mutualista.

A campanha Assistência Montepio Mais Saúde, realizada em conjunto com a Lusitania, que teve início em 30 de novembro de 2012 e prolongar-se-á pelo ano de 2013, foi uma das ações realizadas para promover a subscrição de modalidades associativas, em especial o Montepio Poupança Complementar, disponibilizando aos associados aderentes à campanha uma cobertura gratuita por 12 meses de assistência médica ao domicílio, assistência em viagem e serviços de conforto.

No que respeita às modalidades de proteção, destaca-se a campanha realizada em maio de 2012 incidindo sobre o Montepio Proteção 5 em 5, modalidade que alia a componente proteção do Associado ou dos seus beneficiários, à valorização contínua da poupança afeta à modalidade. Os resultados da campanha apontam não só para um incremento substancial das subscrições desta modalidade, mas igualmente para o aumento da notoriedade da Instituição.

Aliadas às campanhas referidas, que recorreram aos diversos *media* disponíveis (TV, Imprensa, Rádio, Cinema e Internet), foram desenvolvidas ações de dinamização de forma quase ininterrupta durante o ano de 2012, dando a primazia ao contacto direto com os associados e potenciais associados, e que visaram aprofundar o relacionamento mutualista e alargar a base associativa.

Por fim, no final de 2012 foi ainda criada a figura do Promotor Mutualista do Montepio Geral – Associação Mutualista. Esta iniciativa, que conta já com mais de 1000 colaboradores externos, tem por objetivo alargar os meios de promoção e difusão do mutualismo e das soluções mutualistas do Montepio.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA

O Associado do Montepio beneficia de um conjunto de benefícios e condições especiais na subscrição de produtos e serviços de todas as empresas que constituem o universo Montepio. São disso exemplo, a redução de *spreads* no Crédito à Habitação (0,1%), no Crédito Individual e Auto (0,2%), no Leasing Auto, Imobiliário e *Renting*.

Além da majoração da taxa de juro na Conta Montepio24, mantém-se a diferenciação de preçário na anuidade dos Cartões de Crédito, a isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem, em que o Associado seja o primeiro titular, a redução das mensalidades nas Soluções Montepio, bem como desconto nos valores dos serviços de Administração Parcial e Total de Propriedades.

Também no que respeita a seguros comercializados, os associados beneficiaram de condições preferenciais nos Seguros Montepio Proteção Mais II, Serviço Doméstico e de Acidentes de Trabalho e de 5% de desconto no Seguro Auto (5%).

Enquanto clientes da CEMG, o valor de benefícios atribuídos aos associados, em 2012, ascendeu a 24 458 milhares de euros, ou seja, +58% comparativamente ao valor registado em 2011 (15 507 milhares de euros).

TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício		Var.
		2011	2012	
PRODUTOS DO ATIVO	Crédito à Habitação	7 830	7 452	-5%
	Crédito ao Consumo	912	518	-43%
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	5 245	14 685	180%
	Depósitos Prazo	340	1 678	394%
	Depósitos Estruturados	65	0	–
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	1 112	123	-89%
	Administração Propriedades	3	2	-33%
TOTAL		15 507	24 458	58%

PARCERIAS

Além das vantagens anteriormente referidas, os associados do Montepio, no âmbito dos benefícios complementares, podem, também, usufruir de condições preferenciais em centenas de entidades distribuídas por todo o país, em áreas tão distintas como a saúde, a proteção-social, o consumo, a cultura e lazer, o desporto e bem-estar, a formação e o turismo.

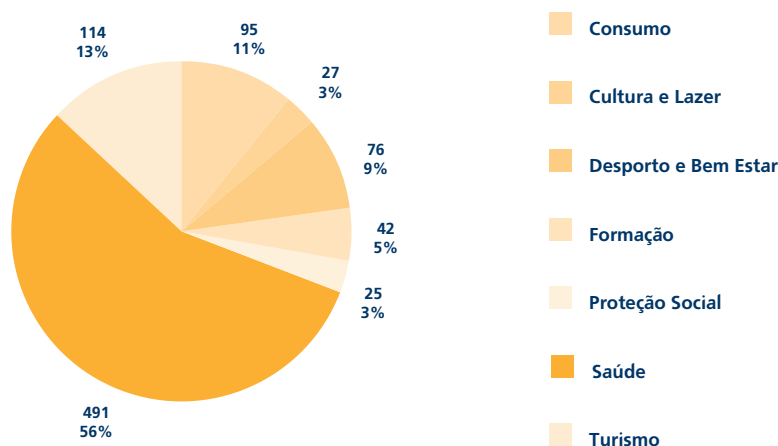
A comunicação dos acordos existentes é efetuada através dos diversos meios de comunicação associativa, tais como as revistas Montepio, a *e-newsletter* mensal e o sítio institucional da Internet, onde consta o Guia de Descontos, que reúne toda a informação sobre as entidades parceiras e benefícios concedidos aos associados.

Dando continuidade à política de desenvolvimento de parcerias foram estabelecidas 185 novas parcerias em 2012, abrangendo entidades de âmbito nacional e local. Continuou a privilegiar-se a área da saúde, dada a sua crescente importância no quotidiano dos associados e especial papel na missão do Montepio.

ACORDOS CELEBRADOS – 2012

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	N.º	%
Saúde	92	49,7
Consumo	31	16,8
Desporto e Bem-Estar	17	9,2
Formação	15	8,1
Turismo	15	8,1
Cultura e Lazer	10	5,4
Proteção Social	5	2,7
TOTAL	185	100

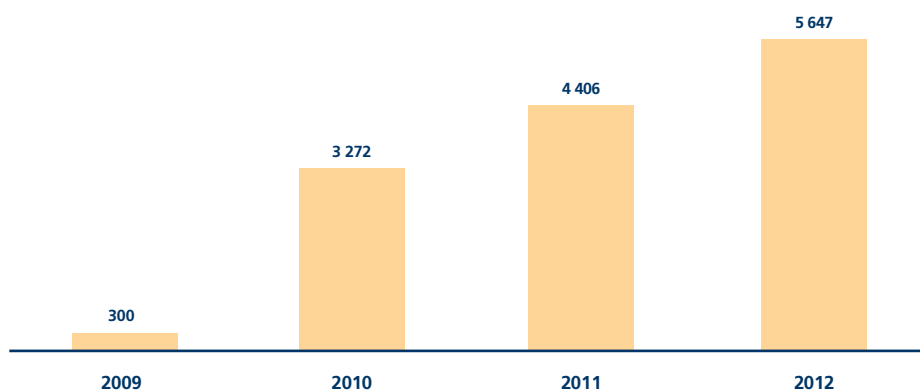
No final de 2012, o Montepio Geral – Associação Mutualista tinha em vigor acordos com 870 entidades enquadradas nas seguintes áreas:



De relevar a continuidade da parceria estratégica com a empresa Repsol, permitindo aos associados, maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos por litro de combustível na rede de 393 Estações de Serviço aderentes. Durante o ano de 2012 foram emitidos 43 855 novos cartões Montepio Repsol, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 5,6 milhões de euros. O benefício total acumulado desde o início da parceria, em outubro de 2009 até dezembro de 2012, permitiu que os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol poupassem mais de 13,6 milhões de euros na aquisição de combustíveis. Ainda nesta área, foi possível ultimar, durante 2012, a negociação com o Grupo Bensaúde permitindo que os associados dos Açores tenham oportunidade de usufruir de condições preferenciais na aquisição de combustíveis. Fruto da parceria recentemente celebrada com a empresa J.H. Ornelas, a partir de 2013, os associados do Montepio que aderirem ao Cartão Valor +, o cartão de desconto da empresa, vão poder usufruir do desconto imediato de 3 cêntimos por litro, na rede de postos de abastecimento aderentes.

CARTÕES REPSOL – POUPANÇA ANUAL PARA OS ASSOCIADOS

(milhares de euros)



No âmbito da prestação de cuidados de saúde, importa destacar, para além dos acordos de cariz local com entidades de menor expressão mas cujo benefício é importante e reconhecido pelos associados, a celebração de parcerias com dois importantes grupos nacionais – o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa e o Grupo Joaquim Chaves – bem como os acordos com o Hospital de St. Louis, as Clínicas Dr. Fernando Póvoas e a rede de Clínicas *Smile-Up*.

No mês de dezembro, foi melhorado o acordo existente com a Cruz Vermelha Portuguesa beneficiando, agora, os associados do Montepio, da aplicação da tabela de preços convencionados para os membros beneficiários da Cruz Vermelha Portuguesa. Além do acesso a consultas de especialidade e de urgência, os benefícios incluem ainda o acesso a exames complementares, atos clínicos e de enfermagem a preços convencionados.

Relativamente à área do turismo, salientam-se os acordos estabelecidos com os conceituados grupos hoteleiros *Vila Galé Hotéis*, *Tivoli Hotels & Resorts*, *Balaia Golf Hotel*, *Praia D'El Rey Golf & Beach Resort* e com a cadeia *Meliá Hotels International*.

Em 2012, foram também desenvolvidas as parcerias nas áreas da formação, da cultura e lazer. Destacam-se os novos parceiros no ensino das línguas: *Cambridge School* e *Wall Street Institute*, a rede nacional de Ginásios da Educação da Vinci e as Universidades Fernando Pessoa e o ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão, no Porto. No que respeita à cultura e lazer, foi possível concretizar parcerias com o Centro Cultural de Belém e o Museu do Oriente, em Lisboa, e com o Teatro Micaelense, em Ponta Delgada – Açores, para além de campanhas pontuais realizadas com a Casa da Música, no Porto, e com o Coliseu dos Recreios e o Casino de Lisboa. Foram também celebrados acordos com os Cinemas *City* (Lisboa e Leiria) e com os emblemáticos parques temáticos *Zoomarine*, no Algarve, *Coolpark* de Leiria, Fluviário de Mora, *Sea Life* Porto e *Badoca Safari Park*.

Foi ainda possível concretizar novos acordos de âmbito nacional, com empresas de diversas áreas e zonas de intervenção como o Grupo NBRAND, a ESABE Segurança, a inovadora *Skybags*, ou a rede de agências *Servilusa*.

9. Evolução do Balanço e Resultados

9.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DOS RISCOS

A crise da dívida soberana da zona euro voltou a marcar o ano de 2012, com especial destaque para Espanha e Itália. Apesar do comportamento positivo do mercado financeiro no final do ano, o contágio da crise da dívida a estes países fez aumentar a volatilidade e a incerteza em 2012. Perante este cenário, a Associação Mutualista prosseguiu uma gestão seletiva dos investimentos realizados. Mantendo o perfil conservador e a orientação prudente dos últimos anos, investiu-se em ativos financeiros que, fruto da crise, apresentavam um binómio risco-retorno interessante.

Apesar da continuação da política de diversificação das aplicações financeiras, o *rating* da carteira de títulos de dívida acompanhou as revisões em baixa ocorridas em vários países da zona euro, que afetou transversalmente os diversos emissores destes países. A *duration* da carteira (obrigações de taxa fixa) manteve-se inalterável em 2012, nos 3,62 anos.

O investimento em ativos de risco, como ações e fundos de investimento, dado o perfil de responsabilidades e a gestão financeira autónoma das Modalidades, manteve-se em valores residuais.

A política de gestão de risco do MG-AM tem como principal objetivo a manutenção da adequada relação entre os fundos próprios e a atividade desenvolvida a par da avaliação do perfil de risco de cada atividade / modalidade mutualista.

Neste âmbito, tem assumido relevância estratégica o processo integrado de identificação, avaliação, acompanhamento e de controlo dos principais riscos, nomeadamente, de liquidez, de mercado, de taxa de juro, de crédito e operacional.

9.2. EVOLUÇÃO E RENDIBILIDADE DOS ATIVOS

O volume de ativos da Associação Mutualista ascendeu, no ano de 2012, a 3 272 milhões de euros, valor que traduz uma taxa de crescimento anual de 13,8%.

EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO E DA RENDIBILIDADE

CLASSE DE ATIVOS	2011 ⁽¹⁾		2012		Variação	
	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	%
Participação Financeira Institucional	1 245 000	2,1	1 295 000	1,3	50 000	4,0
Títulos	749 046	2,9	920 993	7,4	171 947	23,0
Depósitos Bancários	462 436	2,7	577 094	3,4	114 658	24,8
Imóveis	221 310	9,5	268 423	6,2	47 113	21,3
Participações Financeiras Diversas	139 601	1,3	161 831	-3,3	22 230	15,9
Outros Ativos	54 135	-0,2	44 980	-0,3	- 9 155	-16,9
Empréstimos a Associados	3 123	6,3	3 241	6,2	118	3,8
Derivados	213	25,9	177	38,9	- 36	-16,9
TOTAL	2 874 864	2,7	3 271 739	3,5	396 875	13,8

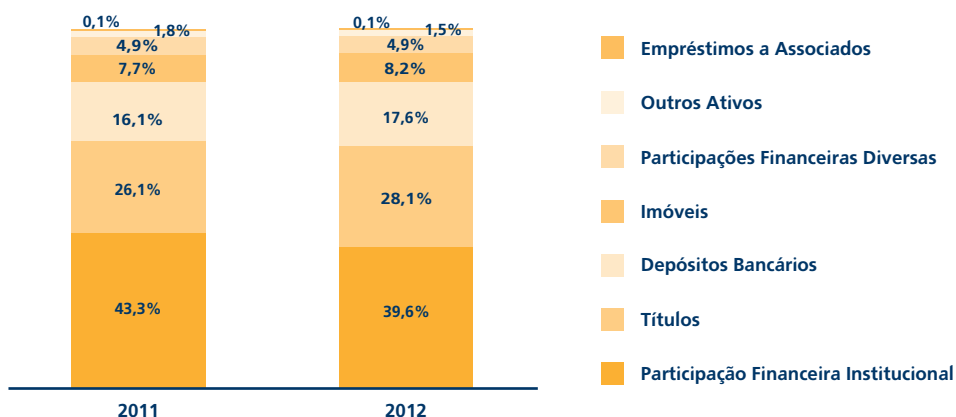
(1) Valores reexpressos na sequência da conversão do Plano de Contas ESNL (Empresas do Setor Não Lucrativo)

Nota: Os valores de Juros Corridos dos ativos financeiros encontram-se acomodados na componente «Outros Ativos»

O crescimento do ativo reflete, de forma particular, a evolução da Carteira de Títulos e da Carteira de Depósitos Bancários, para a qual contribuíram, sobretudo, as aplicações financeiras na sequência do volume de capitais recebidos da modalidade Montepio Capital Certo. De referir, também, o reforço da posição na Participação Financeira Institucional em consequência do aumento de capital efetuado pela CEMG no final do ano, integralmente, realizado pela Associação Mutualista. Foram, ainda, adquiridos e integrados alguns imóveis e reforçadas as posições em duas empresas participadas do Grupo Montepio.

O crescimento da Carteira de Títulos acabou, no entanto, por ser penalizado pela desvalorização de alguns títulos em carteira, facto que contribuiu para que o valor do ativo também não apresentasse uma taxa de crescimento, ainda, mais pronunciada.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



Num cenário macro económico difícil, a rentabilidade proporcionada pelos ativos em carteira possibilitou, ainda assim, que, no final do ano, se pudesse obter uma taxa de rentabilidade média de ativos acima daquela que tinha sido apurada no ano anterior (2,7%, em 2011, e 3,5% em 2012).

CARTEIRA DE IMÓVEIS

Ao longo do ano de 2012, a carteira de imóveis apresentou um crescimento positivo no montante de 54,1 milhões de euros, situação diretamente relacionada com a aquisição de um imóvel de serviços em Lisboa e com a transferência contabilística da rubrica de Imobilizações em Curso para a Rubrica Propriedades de Investimento das residências assistidas da Parede (8,3 milhões de euros) e do Montijo (10,3 milhões de euros).

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

CLASSE DE ATIVOS	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Propriedades de Investimento	274 678	98,9	328 734	99,0	54 056	19,7
Terrenos e Recursos Naturais	3 180	1,1	3 180	1,0	—	—
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1	0,0	1	0,0	—	—
TOTAL	277 859	100,0	331 915	100,0	54 056	19,5

Nota: Estes valores diferem do mapa apresentado na «Evolução do Ativo Líquido da Associação Mutualista», porque não se encontram deduzidos das amortizações e imparidade (nos valores de 56 549 milhares de euros e de 63 492 milhares de euros, respetivamente, em 2011 e 2012)

Comparativamente com o ano anterior, o rendimento global líquido das propriedades de investimento aumentou cerca de 9,1%, totalizando 15,6 milhões de euros no final do ano (14,3 milhões de euros, em 2011). Este efeito é justificado, por um lado, pelo aumento no volume de receitas, em consequência do maior número de imóveis em carteira e, por outro lado, pelo montante de imparidade constituído, no final de 2012 (1,3 milhões de euros), em consequência do teste de imparidade realizado sobre a carteira de imóveis (edifícios e terrenos para construção).

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos mantém uma considerável representatividade na estrutura do ativo da Associação Mutualista, pese embora a desvalorização observada, durante o ano de 2012, em alguns dos títulos. Ainda assim, importa destacar o acréscimo das obrigações de caixa subscritas para cobrir as responsabilidades da modalidade Montepio Capital Certo. Interessa, também, referenciar neste âmbito a redução observada nos Fundos de Investimento fruto da alienação de algumas posições detidas em Fundos de Investimento Mobiliário e Fundos de Capital de Risco. No final do ano, a carteira global de títulos estava avaliada em 921,0 milhões de euros, refletindo um acréscimo anual de 23,0% (749,0 milhões de euros em 2011) e um reforço da sua posição na estrutura global do ativo (26,1% em 2011 e 28,1% em 2012).

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2011 ⁽¹⁾		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Similares						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	586 048	76,2	815 659	87,4	229 611	39,2
Obrigações do Tesouro	49 925	6,4	59 001	6,3	9 076	18,2
Papel Comercial	15 091	2,0	33 100	3,6	18 009	119,3
Ações (inclui Títulos de Negociação)	2 750	0,4	2 938	0,3	188	6,8
TOTAL 1	653 814	85,0	910 698	97,6	256 884	39,3
% do Ativo	22,7		27,8		5,1 p.p.	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	12 449	1,6	12 231	1,3	-218	-1,8
Fundos de Investimento Imobiliários	29 317	3,8	7 462	0,8	-21 855	-74,5
Outros Fundos de Investimento	73 716	9,6	2 953	0,3	-70 763	-96,0
TOTAL 2	115 482	15,0	22 646	2,4	-92 836	-80,4
% do Ativo	4,0		0,7		-3,3 p.p.	
TOTAL (1+2)	769 296	100,0	933 344	100,0	164 048	21,3
% do Ativo	26,8		28,5		1,7 p.p.	
3. Imparidade						
Obrigações	4 239	20,9	4 035	32,7	-204	-4,8
Obrigações do Tesouro ⁽²⁾	8 931	44,1	0	0,0	-8 931	
Ações	1 239	6,1	1 454	11,8	215	17,4
Fundos de Investimento Mobiliários	5 841	28,9	6 862	55,5	1 021	17,5
TOTAL 3	20 250	100,0	12 351	100,0	-7 899	-39,0
TOTAL LÍQUIDO	749 046		920 993		171 947	23,0
% do Ativo	26,1		28,1		2,0 p.p.	

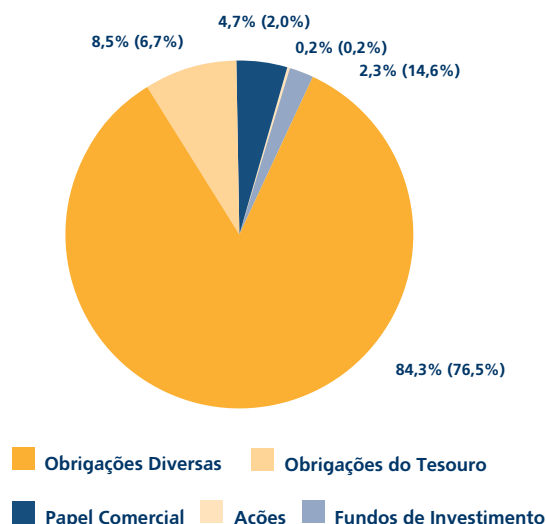
Nota: Exclui-se o montante de Juros Corridos

(1) Valores do Ativo reexpressos;

(2) Anulação dos valores de 2011 por via da venda das obrigações da dívida grega.

Continuaram a privilegiar-se investimentos em títulos de taxa fixa, com um horizonte temporal entre os três e os cinco anos. A dinamização de aplicações financeiras em papel comercial voltou a ser uma alternativa importante de investimento.

A diversificação das aplicações financeiras motivou o ajustamento da carteira de ativos, em termos das notações de *rating* dos emitentes de títulos de dívida. Por esta razão, verificou-se, também, uma ligeira alteração na estrutura da carteira de obrigações.

**ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO
POR TIPO DE ATIVOS 2012 (2011)**

**ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES
POR CLASSE DE RATING**

(milhares de euros)

CLASSES DE RATING	2011		2012	
	Valor	%	Valor	%
AAA	473	0,1	0	0,0
AA+	285	0,0	0	0,0
AA	1 375	0,2	0	0,0
AA-	0	0,0	1 470	0,2
A+	4 408	0,7	729	0,1
A	15 137	2,4	980	0,1
A-	36 156	5,8	15 238	1,8
BBB+	12 769	2,1	10 269	1,2
BBB	12 047	1,9	21 253	2,4
BBB-	69 953	11,2	9 134	1,0
<BBB-	430 749	69,2	739 956	85,0
NR	39 452	6,3	71 596	8,2
TOTAL	622 803	100,0	870 625	100,0

Nota: Exclui-se o montante de Juros Corridos

A carteira de títulos encontra-se alocada por várias modalidades e fundos autónomos, em função da natureza dos ativos e, sobretudo, do perfil de responsabilidades em gestão. Neste contexto, a gestão financeira de carteiras tem continuado a privilegiar a alocação dos títulos na carteira de investimento (*available for sale*). Em 2012, optou-se por constituir uma carteira a vencimento (*held to maturity*) para alocar algumas das emissões de obrigações de caixa subscritas no ano. Atendendo aos montantes que foram, entretanto, subscritos, esta tipologia de carteira passou a representar, também, uma parte significativa da carteira de títulos. Relativamente à carteira de ativos composta por títulos classificados ao justo valor em resultados (*fair value option*) e à carteira de negociação (*trading*), ambas mantêm uma representatividade pouco expressiva na estrutura global da carteira de títulos (1,44%).

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2011	2012	2011	2012	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	756 908	694 916	20 250	12 351	-61 992	-7 899
Obrigações do Tesouro	49 925	59 001	8 931		9 076	-8 931
Obrigações Diversas	573 660	592 231	4 239	4 035	18 571	-204
Papel Comercial	15 091	18 100			3 009	
Ações	2 750	2 938	1 239	1 454	188	215
Fundos de Investimento	115 482	22 646	5 841	6 862	-92 836	1 021
Detidos até à Maturidade		225 200			225 200	
Obrigações Diversas		210 200			210 200	
Papel Comercial		15 000			15 000	
Classific. Justo Valor em Resultados	10 658	12 071			1 413	
Obrigações	10 658	12 071			1 413	
Negociação	1 730	1 157			-573	
Obrigações	1 730	1 157			-573	
TOTAL	769 296	933 344	20 250	12 351	164 048	-7 899

Nota: Exclui-se o montante de Juros Corridos

O rendimento líquido, proporcionado pela Carteira de Títulos, apresentou uma considerável melhoria no decurso do ano de 2012, totalizando mais 30 milhões de euros comparativamente com o período homólogo (28,9 milhões de euros em 2011 e 58,9 milhões de euros em 2012). Este efeito encontra-se diretamente relacionado com a gradual subida de taxa de juro

nos mercados financeiros, com uma gestão de carteira mais ativa, sobretudo, em aplicações de tesouraria de curto prazo e, sobretudo, com os proveitos obtidos com a alienação de alguns títulos em carteira, nomeadamente, fundos de investimento.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA INSTITUCIONAL NA CAIXA ECONÓMICA

No seguimento das exigências definidas pelo Banco de Portugal e pelo Memorando de Política Económica e Financeira subjacente ao Programa de Assistência Financeira a Portugal, a Caixa Económica voltou a realizar um aumento de capital, no final de 2012, para robustecer os seus níveis de solvabilidade. O aumento de 50 milhões de euros foi, como habitualmente, assegurado pela Associação Mutualista, elevando a sua Participação Financeira Institucional para 1 295 milhões de euros.

Em 2012, os resultados transferidos da Caixa Económica totalizaram 16,6 milhões de euros (23,1 milhões de euros em 2011).

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS

Como principais ocorrências na carteira de Participações Financeiras, durante o ano de 2012, destacam-se os seguintes movimentos:

- A aquisição à Mapfre Seguros de 50% do capital remanescente da sociedade Finibanco Vida – Companhia de Seguros, no montante de 13,5 milhões de euros;
- A Participação no aumento de capital da empresa Germont, no montante de 1 milhão de euros;
- A realização de uma Prestação Suplementar à Lusitania Companhia de Seguros, no montante de 14 milhões de euros.

Como vem acontecendo todos os anos, as empresas participadas da Associação Mutualista voltaram a ser sujeitas ao teste de imparidade dos seus ativos. Embora nenhuma destas sociedades seja cotada em bolsa, os testes efetuados concluíram que algumas delas apresentavam um valor de mercado inferior ao seu valor de investimento. Neste contexto, foram constituídas imparidades para a Lestinvest, SGPS e para Finimóveis no valor de 4,8 milhões de euros e de 1,47 milhões de euros, respetivamente.

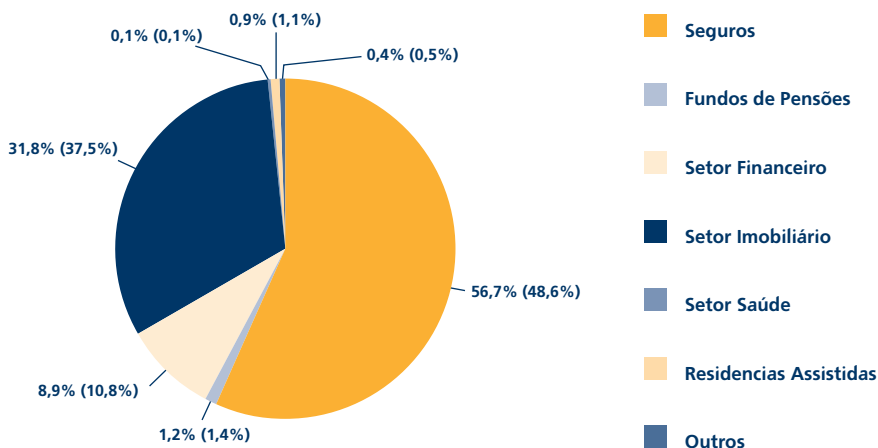
Em termos líquidos obteve-se, no final do exercício, um rendimento acumulado de 1,5 milhões de euros (2,6 milhões de euros, em 2011).

DESIGNAÇÃO	2011				2012			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
Participações Financeiras de Capital								
Investimentos em Subsidiárias (>50% Capital)	63 881	45,8	1 437	55,2	78 381	46,6	459	29,9
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	1,0	574	22,0	1 331	0,8	277	18,0
FUTURO	1 963	1,4	195	7,5	1 963	1,2	182	11,9
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	17,0	668	25,7	23 769	14,1		
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	1,1			1 530	0,9		
FINIBANCO VIDA – Companhia de Seguros	4 165	3,0			17 665	10,5		
MONTEPIO MEDIAÇÃO – Soc. Med. de Seguros	313	0,2			313	0,2		
FINIMÓVEIS – Soc. de Serviços Auxiliares	1 505	1,1			1 505	0,9		
LESTINVEST, SGPS	13 194	9,5			13 194	7,9		
BOLSIMO	15 119	10,8			15 119	9,0		
GERMONT	700	0,5			1 700	1,0		
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,0			50	0,0		
LEACOCK	242	0,2			242	0,1		
Investimentos em Associadas (<50% Capital)	10 970	7,8	1 168	44,8	10 970	6,6	1 078	70,1
LUSITANIA – VIDA	9 647	6,9	839	32,2	9 647	5,8	904	58,8
NEBRA ENERGIAS RENOVÁVEIS	611	0,4			611	0,4		
NOVACÂMBIOS	227	0,1	11	0,4	227	0,1	11	0,7
SAGIES	97	0,1	48	1,8	97	0,1	52	3,4
SILVIP	308	0,2	270	10,4	308	0,2	111	7,2
SOCIEDADE BEM COMUM	80	0,1			80	0,0		
Subtotal	74 851	53,6	2 605	100,0	89 351	53,2	1 537	100,0
Prestações Suplementares de Capital								
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	229 750	21,3			43 750	26,0		
BOLSIMO	35 000	25,1			35 000	20,8		
Subtotal	64 750	46,4			78 750	46,8		
TOTAL	139 601	100,0	2 605	100,0	168 101	100,0	1 537	100,0

(milhares de euros)

O setor de Seguros e o setor Imobiliário são os mais representativos no perímetro de exposição da Associação Mutualista através das suas empresas participadas:

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS PARTICIPADAS 2012 (2011)

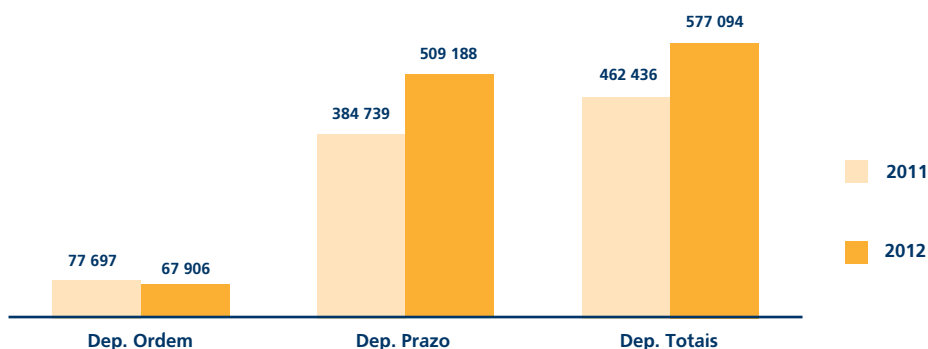


DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O volume de depósitos bancários revelou um acréscimo de 24,8% comparativamente ao ano anterior, finalizando o ano com um total acumulado (sem juros corridos) de 577,1 milhões de euros. Esta componente representava no final de 2012, 17,6% do volume do ativo líquido da Associação Mutualista.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

(milhares de euros)



OUTROS ATIVOS

A componente de Outros Ativos é, essencialmente, composta pela rubrica de Imobilizações em Curso da Associação Mutualista, representando cerca de 1,4% do volume total do ativo.

Foram já concluídos cinco Centros Residenciais num investimento total acumulado de 43,3 milhões de euros.

As variações observadas ao longo do ano referem-se à transferência para a carteira de imóveis de obras de melhoramento concluídas em alguns imóveis e, sobretudo, dos valores transferidos relativos às Residências do Montijo e da Parede I.

ESTRUTURA DE IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centros Residenciais	30 630	88,3	12 449	78,0	-18 181	-59,4
Unidades de Cuidados Continuados	92	0,3	205	1,3	113	122,8
Diversos	3 955	11,4	3 308	20,7	-647	-16,4
TOTAL	34 677	100,0	15 962	100,0	-18 715	-54,0

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

Ao longo do ano de 2012, foram celebrados mais 274 contratos novos de Empréstimos a Associados do que em 2011, tendo sido celebrados, no total, 1 916 contratos. O montante de crédito concedido ascendeu a 4,6 milhões de euros, ou seja, um aumento, em termos anuais, de 596 mil euros. No entanto e em termos globais, a variação anual do montante global de empréstimos manteve-se inalterada, o que significa que o montante de valores concedidos e os montantes liquidados foram praticamente idênticos. Atualmente, o saldo acumulado de empréstimos totaliza cerca de 3,2 milhões de euros.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2011	2012	Variação
			(unidades)
Número de Contratos Novos	1 642	1 916	274
Sobre Reservas Matemáticas ⁽¹⁾	889	920	31
Sobre Capitais	753	996	243
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	3 969	4 565	596
Sobre Reservas Matemáticas	1 587	1 542	-45
Sobre Capitais	2 382	3 023	641
			(rácios)
Montante médio por contrato novo	2,4	2,4	0,0
Sobre Reservas Matemáticas	1,8	1,7	-0,1
Sobre Capitais	3,2	3,0	-0,2
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	3 123	3 241	118
Sobre Reservas Matemáticas	1 110	1 072	-38
Sobre Capitais	2 013	2 169	156

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

Nota: Exclui o montante de Juros Corridos.

9.3. PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

O valor do passivo, em 2012, apresentou um aumento de 14,8% (4,4% em 2011), cerca de 363,8 milhões de euros acima do montante registado no ano anterior. Este comportamento deve-se, sobretudo, ao maior volume de responsabilidades nas modalidades de capitalização (em particular, nas séries da modalidade de capitais de reforma por prazo certo) mas, também, ao reforço de reservas matemáticas em algumas modalidades atuariais com dinâmica associativa evidenciada ao longo do ano de 2012 (modalidades de Proteção 5 em 5 e Proteção Sub-25).

A redução do montante de outros passivos deve-se à regularização da parcela que contratualmente tinha ficado por liquidar em 2011, relativamente ao conjunto de imóveis transferidos da Caixa Económica no final desse ano.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2011 ⁽¹⁾		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES	2 376 076	96,6	2 796 522	99,1	420 446	17,7
PROVISÕES JUDICIAIS EM CURSO			69	0,0	69	
PROVISÕES ESPECÍFICAS DO SETOR	2 296 621	93,4	2 719 874	96,3	423 253	18,4
Estatutárias	2 219 267	90,2	2 626 461	93,0	407 194	18,3
Rendas Vitalícias	17 826	0,7	16 718	0,6	-1 108	-6,2
Rendas Temporárias	0		297	0,0	297	
Atuariais	59 528	2,5	76 398	2,7	16 870	28,3
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	79 455	3,2	76 579	2,7	-2 876	-3,6
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	6 212	0,3	5 361	0,2	-851	-13,7
OUTROS PASSIVOS	76 945	3,1	21 107	0,7	-55 838	-72,6
TOTAL	2 459 233	100,0	2 822 990	100,0	363 757	14,8

(1) Valores reexpressos na sequência da conversão para o Plano de Contas ESNL (Empresas do Setor Não Lucrativo).

O montante de Capital Próprio revelou, ao longo de 2012, uma evolução positiva, para o qual contribuiu o bom comportamento dos resultados líquidos e da componente de reservas.

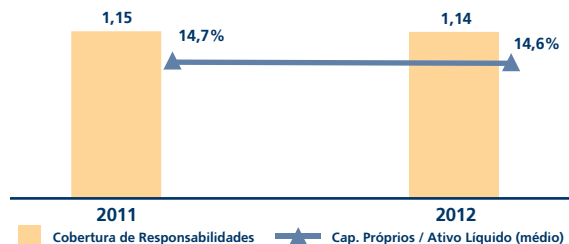
EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	166 300	40,0	175 923	39,2	9 623	5,8
FUNDOS PRÓPRIOS	99 498	23,9	108 684	24,2	9 186	9,2
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	172	0,0	197	0,0	25	14,5
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	47 744	11,5	52 370	11,7	4 626	9,7
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	951	0,2	970	0,2	19	2,0
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	50 275	12,1	54 776	12,2	4 501	9,0
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	356	0,1	371	0,1	15	4,2
EXCEDENTES TÉCNICOS	66 802	16,1	67 239	15,0	437	0,7
RESERVAS	191 174	46,0	212 475	47,4	21 301	11,1
RESERVAS DE REAVIAÇÃO	-41 768	- 10,1	-31 505	-7,0	10 263	24,6
RESERVAS LEGAIS	196 095	47,2	218 000	48,6	21 905	11,2
OUTRAS RESERVAS	36 847	8,9	25 980	5,8	-10 867	-29,5
RESULTADOS	58 157	14,0	60 351	13,4	2 194	3,8
RESULTADOS LÍQUIDOS	58 157	14,0	60 351	13,4	2 194	3,8
TOTAL	415 631	100,0	448 749	100,0	33 118	8,0

NÍVEIS DE SOLIDEZ FINANCEIRA

Num ano particularmente instável para a generalidade das economias, os indicadores de solidez financeira da Associação Mutualista apresentaram-se estáveis, comparativamente com o ano anterior. O comportamento do indicador de Capitais Próprios sobre o Ativo Líquido médio reflete, sobretudo, o maior acréscimo do volume de ativo líquido comparativamente com a evolução do capital próprio, tendo em conta o comportamento apresentado pela generalidade das suas componentes anteriormente analisado.



9.4. RECEITAS ASSOCIATIVAS

O número de séries emitidas na Modalidade de Capital Certo e o consequente elevado volume de capitais subscritos contribuíram, particularmente, para o bom comportamento das receitas associativas em 2012. Em termos homólogos, verificou-se uma variação anual de 85,0% o que permitiu finalizar o ano com um montante acumulado de receitas de 743 704 milhares de euros (em 2011, a variação anual tinha sido de 22,1%). Neste contexto, é de realçar, também, as quotizações recebidas nas Outras Modalidades, onde importa destacar as Modalidades Montepio Proteção 5 em 5 e Montepio Proteção Sub 25).

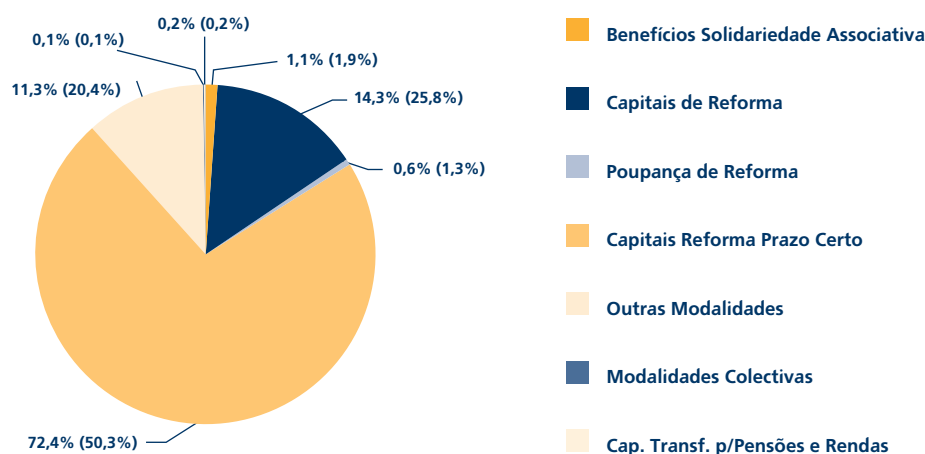
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

MODALIDADES	2011	2012	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	7 566	8 409	843	11,1
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	393 136	733 364	340 228	86,5
2.1. <i>Poupança Complementar (Capitais de Reforma)</i>	<i>103 928</i>	<i>106 163</i>	<i>2 235</i>	<i>2,2</i>
2.2. <i>Poupança de Reforma</i>	<i>5 104</i>	<i>4 493</i>	<i>-611</i>	<i>-12,0</i>
2.3. <i>Montepio Capital Certo</i>	<i>202 030</i>	<i>538 436</i>	<i>336 406</i>	<i>166,5</i>
2.4. <i>Outras Modalidades</i>	<i>82 074</i>	<i>84 272</i>	<i>2 198</i>	<i>2,7</i>
Das quais:				
Montepio Proteção 5 em 5	24 556	29 432	4 876	19,9
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	26 908	23 822	-3 086	-11,5
Montepio Proteção Sub 25	3 661	3 891	230	6,3
Capitais p/ Jovens	2 332	2 069	- 263	-11,3
Montepio Pensões de Reforma	1 223	964	-259	-21,2
Pensões de Reforma	14	0	-14	-
Garantia de Pagamento de Encargos	17 111	17 526	415	2,4
Montepio Proteção Encargos (I e II)	4 596	4 981	385	8,4
3. MODALIDADES COLETIVAS	476	609	133	27,9
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	867	1 322	455	52,5
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	402 045	743 704	341 659	85,0

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

Em termos gráficos, a estrutura das receitas associativas é a seguinte:

ESTRUTURA DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS 2012 (2011)



9.5. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

No decurso do ano de 2012, observou-se uma redução no montante total dos benefícios vencidos e dos reembolsos (-73,4 milhões de euros). Pese embora este efeito tenha sido justificado, sobretudo, pela redução significativa do volume de reembolsos verificada na modalidade de Poupança Complementar (-2,8 milhões de euros) interessa, no entanto, referir que, também, nesse ano começaram a verificar-se os primeiros vencimentos de frações das novas modalidades de previdência, cuja comercialização tinha sido iniciada em 2007.

Em termos administrativos é de realçar, comparativamente com o ano anterior, o acréscimo verificado no número de processos relacionado com os reembolsos das modalidades de capitalização e, de um modo particular, os processos subjacentes ao vencimento das primeiras três séries da modalidade Montepio Capital Certo.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

DESIGNAÇÃO	2011		2012		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	6 794	8 875	6 981	9 580	705	7,9
Valores Subscritos	6 794	4 729	6 981	5 330	601	12,7
Subvenções e Melhorias		4 146		4 250	104	2,5
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	30 781	45 508	40 885	49 428	3 920	8,6
Valores Subscritos	30 781	42 444	40 885	46 950	4 506	10,6
Subvenções e Melhorias		3 064		2 478	-586	-19,1
REEMBOLSOS	119 785	328 022	146 381	252 118	-75 904	-23,1
OUTROS CUSTOS	7 247	20 983	7 806	18 858	-2 125	-10,1
TOTAL	164 607	403 388	202 053	329 984	-73 404	-18,2

Nota: Excluem-se os capitais pagos de Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

De acordo com o Artigo 18.º dos estatutos e com o Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, a Associação Mutualista distribuiu, no ano de 2012, por via dos resultados obtidos no ano anterior, uma taxa de melhorias de benefícios de 1,0% às Modalidades Atuariais com taxa técnica de 3%. O custo das melhorias atribuído acendeu a 584 mil euros (714 mil euros em 2011).

Nas Modalidades de Capitalização, foi distribuída uma taxa anual global de rendimento de 3,25%, composta pelas seguintes componentes:

- Taxa de Rendimento Anual Mínimo (entre 0,649% e 2,25%);
- Taxa de Rendimento Anual Complementar (de 1,00% a 2,601%).

Nos termos regulamentares, as Modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral não beneficiaram da atribuição de taxa de melhorias de benefícios e de taxa de rendimento anual complementar.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

No ano de 2012, foram contabilizadas 713 rendas vitalícias e 392 rendistas, das quais duas rendas referem-se a novas rendas constituídas no ano (em 2011, tinham sido constituídas seis novas rendas).

Também, em 2012, foi iniciada a subscrição de Rendas Temporárias. Foram constituídas cinco rendas e recebidos capitais no montante de 304 milhares de euros.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

RUBRICAS	Capitais Recebidos (m€)		Capitais Pagos (m€)		Número Total de Rendas	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Rendas Vitalícias	464	267	2 578	2 444	743	713
Rendas Temporárias		304		13		5

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos estatutos foram atualizadas, em 1,0%, as rendas vitalícias, com taxa técnica de 3%, constituídas até dezembro do ano anterior. O custo desta atualização foi de 40,6 mil euros, em 2012, e de 31,3 mil euros, em 2011.

9.6. RESULTADOS

A Associação Mutualista encerrou o exercício de 2012 com um Resultado Líquido acumulado de 60,4 milhões de euros, registando uma taxa de crescimento anual de 3,8%.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

DESIGNAÇÃO	2011	2012	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a Associados	405 857	747 433	341 576	84,2
Custos Inerentes a Associados	-405 967	-332 316	73 651	18,1
1. Margem da Atividade Associativa	-110	415 117	415 227	
Redução de Reservas Matemáticas	415 667	325 585	-90 082	-21,7
Aumento de Reservas Matemáticas	-420 998	-774 144	-353 146	-83,9
2. Variação de Provisões Técnicas	-5 331	-448 559	-443 228	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	26 698	18 366	-8 332	-31,2
Outros Rendimentos e Ganhos	19 843	25 168	5 325	26,8
Outros Gastos e Perdas	-5 379	-4 772	607	11,3
4. Outros Resultados de Exploração	14 465	20 396	5 931	41,0
5. Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	43 017	52 690	9 673	22,5
6. Custos e Perdas de Financiamento	-1 207	-1 365	-158	-13,1
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de Resultados	-1 371	2 991	4 362	318,2
8. Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	4 660	25 287	20 627	442,6
9. Gastos Gerais Administrativos	-10 209	-9 992	217	2,1
10. Gastos de Depreciação e Amortização	-3 403	-5 607	-2 204	-64,8
11. Provisões do Exercício	0	-69	-69	
12. Imparidade Líquida de Reversões	-9 052	-8 904	148	1,6
Outro Ativos	-87	-7 763	-7 676	
Ativos Financeiros	-8 965	-1 141	7 824	87,3
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	58 157	60 351	2 194	3,8

O comportamento dos resultados da AM, em 2012, explica-se, sobretudo, pela evolução das seguintes rubricas:

- Comportamento da Margem da Atividade Associativa integralmente coberta pelo montante de provisões técnicas constituído;
- Aumento da dotação para o rendimento mínimo garantido das modalidades de capitalização, em benefício dos subscritores (24,3 milhões de euros em 2012 e 20,2 milhões de euros em 2011) e reforço das reservas matemáticas das

modalidades de previdência em resultado do teste anual efetuado à adequabilidade de responsabilidades, que determinou a dotação de 16,9 milhões de euros;

- Nível de resultados transferidos da CEMG (16,6 milhões de euros em 2012), reconhecidos na rubrica de «Rendimentos de Instrumentos de Capital»;
 - Aumento dos «Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares» em consequência dos rendimentos proporcionados pela «Carteira de Títulos» assente numa política de investimentos mais ativa em aplicações de curto prazo;
 - Desempenho dos Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda (25,3 milhões de euros), em resultado dos ganhos obtidos com a alienação de títulos em carteira, em particular, de fundos de investimento e, também, de dívida grega. Esta posição foi alienada na sua totalidade;
 - Constituição de Imparidade em algumas participações detidas pela AM, no montante total de 6,3 milhões de euros;
 - Constituição de Imparidade na Carteira de Imóveis para Rendimento e Beneficiações (edifícios e terrenos para construções), no montante de 1,3 milhões de euros.
-

10. Propostas

10.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2012, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art. 59.º), «quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral», propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 13 230 664,64 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo Montepio Egitanense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 19 182,52 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos nas respetivas modalidades, no montante de 1 667 541,91 euros.

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade

(Euros)

– Excedentes Técnicos

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Capitais de Reforma por Prazo Certo 2007-2012 – 1.ª Série	420 462,63
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	7 051 907,30
Capitais para Jovens – 4%	2 304 295,28
Capitais Previdência a Prazo	135 773,64
Pensão Sobrevivência e Dotes	2 639 199,52
Pensões para Deficientes	37 306,54
Capitais Temporários Invalidez	1 336,39

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Capitais para Estudos – 4%	627 252,21
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	13 131,13

Subtotal

13 230 664,64

Fundo Próprio do Respetivo Fundo Autónomo

(Euros)

– Fundo Próprio

(O existente nos respetivos Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Fundo Montepio Egitanense	19 182,52
---------------------------	-----------

Subtotal

19 182,52

Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	
Pensões de Reforma – 6%	706 916,57
Pensões de Reforma – 4%	401 672,16
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	450 170,42
Capitais para Estudos – 4%	107 359,02
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	1 423,74
Subtotal	1 667 541,91
TOTAL	14 917 389,07

10.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 13 230 664,64 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 19 182,52 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 1 667 541,91 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias, Outros Fundos e, também, pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no montante total de 60 350 842,11 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 75 268 231,18 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		310 124,05
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (65% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)		
Modalidades Individuais		
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)	6 598 167,36	
Garantia de Pagamento de Encargos I	2 044 000,99	
Garantia de Pagamento de Encargos II	864,00	8 643 032,35
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)		
Modalidades Individuais		
Capitais de Previdência – 3%	2 859,16	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	72 928,61	
Capitais para Jovens – 3%	5 766,25	
Pensões de Reforma – 3%	1 572,75	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	2 763,04	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	1 351,53	
Pensões de Poupança Reforma – 3%	33,54	
Capital Temporário de Invalidez – 3%	37,33	
Capitais de Garantia	6 454,56	
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	55,88	
Rendas Certas / Pensão de Modalidades Colectivas – 3%	76,80	
Rendas Temporárias	50,52	
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	3 084,63	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	8 667,31	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	4 373,88	

Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	75,02		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	23,23		
Capitais de Previdência – 4%	18 825,93		
Subsídio por Morte	1 482,36		
Rendas de Sobrevivência	969,01		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	104,04		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	31,71		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	43,10		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	7 333,49		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	189,29		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	79,52		
Poupança Reforma	92 809,02		
Capitais de Reforma	2 318 162,38		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	14 075,89		
Rendas Vitalícias – 6%	5 641,57		
Rendas Vitalícias – 4%	16 480,36		
Rendas Vitalícias – 3%	1 187,49		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	1 026,57		
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (10% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis da seguinte Modalidade)			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma de Prazo Certo	551 547,84	3 140 163,61	12 093 320,01

Para os Fundos Permanentes das Respetivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

– Excedentes Técnicos:

Capitais de Previdência – 3%	54 324,12		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	1 385 643,59		
Capitais para Jovens – 3%	109 558,67		
Pensões de Reforma – 3%	29 882,17		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	52 497,77		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	25 678,99		
Pensões de Poupança Reforma – 3%	637,29		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	709,26		
Rendas Certas / Pensão de Modalidades Colectivas – 3%	1 459,12		
Rendas Temporárias	959,98		
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	58 608,06		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	164 678,96		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	83 103,76		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	1 425,32		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	441,44		
Capitais de Previdência – 4%	357 692,67		
Subsídio por Morte	28 164,83		
Rendas de Sobrevivência	18 411,13		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	1 976,84		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	602,47		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	818,83		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	139 336,35		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	3 596,44		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	1 510,86		
Rendas Vitalícias – 6%	107 189,81		
Rendas Vitalícias – 4%	313 126,76		
Rendas Vitalícias – 3%	22 562,36	2 964 597,85	

Para os Fundos Próprios das Respetivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	44 045 085,25		
Capitais de Garantia	122 636,56		
Poupança Reforma	1 763 371,28		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	4 963 930,64		
Quota para Invalidez – Modalidades Coletivas	1 061,73		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	267 441,84	51 163 527,30	
– Fundo de Solidariedade Associativa		4 697 388,23	
– Fundo de Administração		72 877,05	
– Fundo Bolsas de Estudo		19 504,81	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)		3 249 843,63	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		1 006 746,75	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		425,55	60 210 313,32
TOTAL			75 268 231,18

10.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral — Associação Mutualista, segundo o qual «o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis», propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Capitais de Reforma por Prazo Certo – 2010-2015 – 1.ª S	496 272,63		
CRPC Rendimento Escolar – 2011-2026	14,69		
Capitais de Reforma por Prazo Certo – 2011-2016 – 12.ª S	1 745,20		
Rendas Vitalícias – 6%	26 030,63		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	1 510,86		
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	26 277,35		
TOTAL			551 851,36

Por outro lado, e dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efetuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades atuariais, baseado em pressupostos mais adequados às circunstâncias atuais. Os cálculos efetuados, no final do ano, demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Em face disto, propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral			
Rendas Vitalícias – 6%	81 159,18		
Rendas Vitalícias – 4%	313 126,76		
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	32 330,71	426 616,65	
TOTAL			426 616,65

10.4. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2012), às seguintes modalidades:

– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 4%	0,00%
– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 3%	0,50%

Todas as Modalidades e Rendas que apresentem um Saldo anual negativo dos Fundos Disponíveis, ou tenham dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral, ou Saldo anual positivo dos Fundos Disponíveis, apenas, por via da Libertação de Provisões atuariais decorrentes do teste de adequação de responsabilidades, não beneficiam de atribuição de Melhorias. O custo das Melhorias a atribuir aos Associados será o seguinte:

(Euros)	
(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)	
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	
Capitais de Previdência	3 118,13
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	302 465,31
Capitais para Jovens	63 031,82
Pensões de Reforma	15 366,00
Pensões de Capitais de Reforma	24 400,61
Pensões de Poupança Reforma	306,90
Capital Temporário de Invalidez	21,05
TOTAL	408 709,82

10.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2011 sejam atualizadas em 0,5% (21 358,01 euros).

10.6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando:

- o resultado anual gerado pelas Modalidades de Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Capitais Coletivos, deduzido dos respetivos rendimentos mínimos anuais garantidos e da participação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja feita de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 3,25%:

– Poupança Reforma	2,969%
– Capitais de Reforma	Entre 2,671% e 2,964%
– Capitais Coletivos	2,969%

De forma a atribuir uma taxa global de rentabilidade de 3,25% às modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade dum recurso financeiro extraordinário de 350 mil euros na Modalidade de Poupança Reforma, montante que poderá ser coberto através da Reserva de Estabilização de Resultados da Modalidade de Capitais de Reforma.

Relativamente à modalidade de Capitais de Reforma, o detalhe do rendimento anual complementar proposto é o seguinte:

Data de Subscrição	Situação a 31 de dezembro de 2012	Rendimento Anual Garantido em 2012	Rendimento Anual Complementar
1 de janeiro de 2007 a 28 de fevereiro de 2007	Taxa Garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%) de 1/jan/2012 até ao momento em que completaram 5 anos Média Anual da Taxa Refi -0,6% desde o momento em que completaram 5 anos até 31/dez/2012	de 0,286% a 0,579%	de 2,964% a 2,671%
Anterior a 1 de janeiro de 2007 e posterior a 28 de fevereiro de 2007	Média Anual da Taxa Refi -0,6% de 01/jan/2012 a 31/dez/2012	0,281%	2,969%

10.7. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2012:

MODALIDADES	(%)
Capitais de Reforma	0,280
Poupança Reforma	0,250
Modalidades Coletivas	0,280
Capitais de Reforma com Prazo Certo	[0,25%-0,4%]
Garantia de Pagamento de Encargos 1988, I e II	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,200

10.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RENDIMENTO A TRANSFERIR DA CAIXA ECONÓMICA

Considerando o disposto no Artigo 62.º dos Estatutos do MG-AM, os Resultados que venham a ser transferidos para a Associação Mutualista relativos ao exercício de 2012 da Caixa Económica Montepio Geral, após a devida deliberação pelos seus órgãos, serão aplicados da seguinte forma:

- 3,24% para o Fundo de Solidariedade Associativa;
- O remanescente para os Fundos Disponíveis das Modalidades, Rendas, Outros Fundos e Reserva Geral.

10.9. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

11. Reconhecimento

Concluído o triénio 2010/2012, podemos afirmar que, apesar da conjuntura económica nacional e internacional particularmente difícil, o ano de 2012 constituiu, na história da Instituição, mais um virar de página significativo na nossa ação e projeção na sociedade, não só alicerçado num longo e prestigiante passado, e cimentado nos seus objetivos finais de solidariedade, como também no esforço financeiro e humano subjacente, para dar resposta adequada à supressão de necessidades mutualistas e financeiras e aos problemas que nos são colocados na preservação dos valores e especificidades institucionais.

Mas não teria sido possível continuar a vencer os grandes desafios, sem o profissionalismo e dedicado empenho dos Trabalhadores e demais Colaboradores e sem o apoio e a compreensão dos nossos Associados e Clientes.

A todos manifestamos a sincera expressão dos nossos melhores agradecimentos.

De igual modo, nos dirigimos às Autoridades Governamentais e de Supervisão, particularmente ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e à Direção Geral da Segurança Social, pela colaboração e pelo apoio e confiança que nos dispensaram.

Para além deste conjunto de entidades, o Conselho regista, também reconhecido, todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício pelos restantes membros dos órgãos sociais.

E, por fim, ao submeter o presente Relatório e Contas à apreciação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração propõe que esta o acompanhe nos votos de agradecimento e reconhecimento anteriormente referenciados, bem como no voto de pesar em memória dos Associados e dos Colaboradores falecidos ao longo do ano findo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

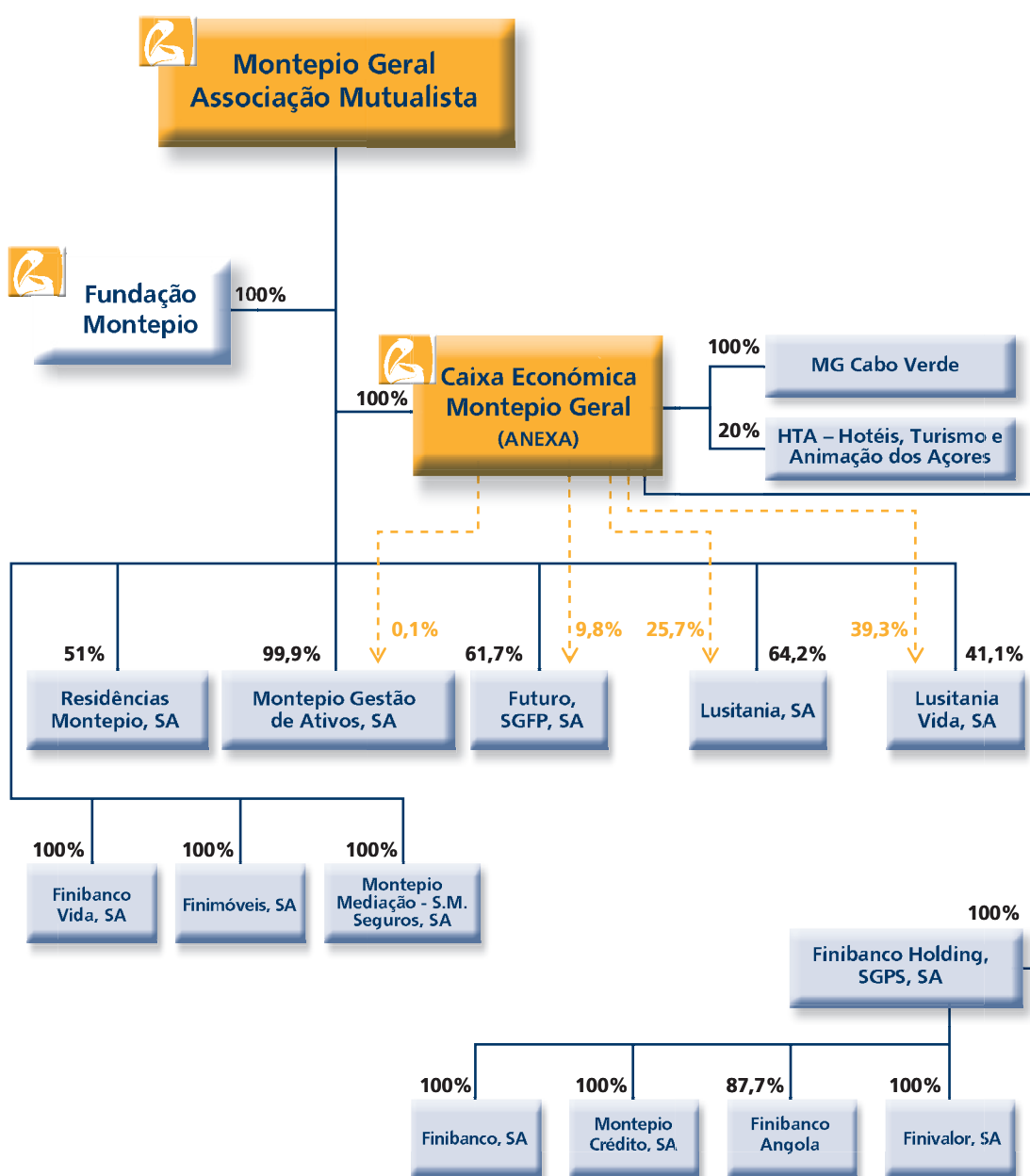
José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato

12. Entidades do Universo Montepio



O universo Montepio, cujo centro estratégico é o Montepio Geral – Associação Mutualista, constituído por um conjunto de entidades que têm como finalidade e objetivo comum contribuir para a realização dos fins mutualistas e propiciar a complementaridade e diversidade da oferta, que satisfaça, de forma integral, as diversas necessidades financeiras e de proteção social complementar, assume características únicas e distintas inerentes à sua natureza, finalidades e aos seus valores de associativismo e de solidariedade.

A preservação e reforço do perfil e fins mutualistas deste universo de instituições e do seu contributo para a valorização e reputação da marca Montepio foi um desígnio comum, a que se juntaram orientações de otimização do potencial das redes de promoção e distribuição ao serviço da atividade associativa, de mitigação dos impactos do risco, de obtenção de sinergias e melhoria da eficiência.

Sintetizam-se em seguida os principais aspetos da atividade das diversas entidades deste universo em 2012.

A **Caixa Económica Montepio Geral** (CEMG) que opera como instituição de crédito ao serviço do mutualismo, coloca os seus recursos, meios, tecnologia, competências e as suas redes de distribuição e de relação ao serviço do mutualismo há 169 anos.

Num contexto de extrema adversidade, a CEMG tem vindo a evoluir de acordo com as medidas e as metas de desalavancagem e solvabilidade definidas no Plano de Financiamento e Capital (*Funding & Capital Plan*) imposto aos 8 maiores grupos bancários desde Junho de 2011, no quadro do PAF. Os objetivos e as medidas desse plano têm sido concretizados pela CEMG, ao longo do último ano e meio, de forma notável, contribuindo para os desígnios do país.

A CEMG também tem vindo a dar passos significativos na estratégia de diversificação do ativo e da carteira de crédito para micro, pequenas e médias empresas de diversos setores fora do imobiliário, de mitigação dos impactos do agravamento do incumprimento de crédito, de reforço da liquidez e da autonomia financeira e de preservação dos níveis de solvabilidade.

Para a melhoria da liquidez concorreu a redução do rácio de alavancagem (proporção do crédito face aos depósitos) que passou de 124,1% para 120,5%, igualando o nível indicativo de 120%, definido no PAF para final de 2014.

O resultado líquido consolidado do exercício de 2012 da CEMG apresentou-se alinhado com o valor definido no quadro das projeções do *Funding & Capital Plan* e conforme o Programa de Ação e Orçamento de 2012, aprovado na Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2011, tendo atingido 2,1 milhões de euros¹.

Pese embora as dificuldades do contexto, o grupo CEMG demonstrou, em 2012, a sua capacidade de resiliência, salientando-se o reforço dos níveis de solidez, conforme os objetivos e as exigências suscitadas pelo agravamento dos riscos, tendo o rácio de solvabilidade atingido 13,6%², enquanto o rácio *Core Tier 1* subiu de 10,2% para 10,6%², níveis acima dos mínimos prudenciais exigidos pelas autoridades.

A atividade da **Lusitania, Companhia de Seguros, SA**, que contribui, há mais de 20 anos, para a prossecução dos fins mutualistas, com uma vasta oferta de seguros de pessoas e danos, como sejam, os seguros de acidentes, os seguros automóvel e os seguros de crédito, foi desfavoravelmente influenciada em 2012 pela conjuntura de crise, particularmente nos ramos de Acidentes e Automóvel.

Contudo, é de salientar o forte crescimento da Lusitania Mar, cuja quota de mercado se fixou em 30,6%, face a 23,6% no período homólogo, a qual opera num setor de elevado interesse estratégico para o país, relacionado com a economia do mar.

Em linha com a estratégia definida, salienta-se, em 2012, o aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio, em particular no que respeita ao aproveitamento das respetivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos. Assistiu-se a um crescimento do volume de prémios colocados pelo canal bancário, representando 13,8% dos prémios totais e, ainda, a uma forte dinamização da *Assurfinance*, dirigida a Particulares e Empresas, que contava no final do ano com 310 promotores e cuja dinamização deverá prosseguir.

No ramo de seguros vida, a **Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.** complementa a oferta de seguros disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária e, também, à atividade da Lusitania, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Em 2012, a evolução do mercado de seguros do Ramo Vida registou um aumento dos níveis de aversão ao risco por parte dos aforradores, com uma redução do volume da produção de seguro direto em 8,1%. Em resultado, o volume de negócios global da Lusitania Vida observou uma redução, de 23,9%, atribuível a uma quebra acentuada das operações de capitalização e dos seguros ligados a fundos de investimento.

¹ A submeter à apreciação e deliberação dos órgãos da Caixa Económica Montepio Geral.

² Provisório.

A **Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.** complementa a oferta de seguros disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento numa rede de mediadores e potenciando as relações que detinha pela tradição da relação com clientes do ex-Finibanco. Os prémios emitidos totalizaram 6,34 milhões de euros.

A **Montepio Gestão de Activos, S.A.** é a entidade especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

A recuperação da dinâmica do mercado de valores mobiliários em 2012, refletiu-se no valor dos ativos geridos pela Montepio Gestão de Activos (fundos de investimento mobiliário) que ascendeu a 347 milhões de euros e representou um crescimento de 30,5% desde o início do ano, valor superior ao registado pelo mercado no mesmo período. Este crescimento traduziu-se numa variação da quota de mercado, de 2,46%, no final de 2011, para 2,83% no final de 2012.

A **FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** – empresa especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares e que celebra em 2013 um quarto de século, detinha, no final de 2012, um montante de ativos sob gestão de 1 135 milhões de euros, os quais cresceram 9,2%, com o contributo quer dos Fundos Fechados, quer dos Fundos Abertos. Os primeiros observaram um aumento de 11,2% do valor sob gestão, os segundos um aumento de 3,4% no ano.

A empresa **Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A.** desenvolve a atividade de gestão de centros residenciais, que incluem residências geriátricas, residências assistidas, centros de dia e serviços pessoais ao domicílio, tem como objetivo reforçar a presença do Montepio na área da proteção social e da melhoria da qualidade de vida, em especial no segmento sénior, satisfazendo necessidades cada vez mais prementes da população e dos associados.

No final do exercício de 2012 encontravam-se em funcionamento cinco residências: Porto, Gaia, Coimbra, Parede e Montijo. A abertura da ala para privados na residência no Montijo, a conclusão de uma nova unidade em Lisboa – a Residências Montepio Parque das Nações, e o aumento da taxa média de ocupação das residências em funcionamento, marcaram o ano de 2012.

A atividade de Apoio Domiciliário, complementar à dos Centros Residenciais, continua a ser promovida através da comercialização dos cartões Vitalidade+, que proporciona uma assistência médica ao domicílio, uma rede nacional de clínicas e centros de diagnóstico e, vantagens adicionais nos serviços das residências. O número de aderentes a estes serviços fixou-se, no final de 2012, em 2787 cartões ativos. Manteve-se a dinamização do cartão Tele-Vitalidade, que permite obter um acompanhamento permanente em situações de emergência, incluindo aconselhamento médico telefónico e assistência ao lar, com cobertura a nível nacional.

Em 2012, iniciou-se, também, a prestação de serviços para o Cartão SOS Saúde, oferecido a todos os titulares dos Cartões de Crédito Classic, Premier, + Vida, Sentidos ou Origem, no momento de adesão e que, no mês de dezembro, contava já com mais de 118 000 cartões. O acesso a todos estes serviços está aberto ao público em geral, disponível através da rede de balcões da Caixa Económica Montepio Geral, beneficiando os associados do Montepio de condições especiais de preço.

13. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Certificação de Contas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2011

(milhares de euros)

	NOTAS	2012	2011	1 JAN. 2011
ATIVO			Reexpreso	Reexpreso
Disponibilidades em instituições de crédito	15	67 906	77 730	132 444
Aplicações em instituições de crédito	16	517 736	388 505	214 896
Ativos financeiros detidos para negociação	17	1 401	1 977	16 889
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	18	12 219	10 750	13 785
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	695 741	749 310	936 377
Investimentos detidos até à maturidade	20	229 242	–	–
Investimentos em subsidiárias e associadas	21	1 456 831	1 384 602	1 261 675
Propriedades de investimento	22	281 890	252 806	175 204
Ativos tangíveis	23	3 504	4 190	3 271
Outros ativos	24	5 269	4 994	10 486
TOTAL DO ATIVO		3 271 739	2 874 864	2 765 027
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	17	5 361	6 212	5 679
Outras Provisões	26	69	–	–
Provisões técnicas				–
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	27	2 719 874	2 296 621	2 258 937
Subvenções e melhorias de benefícios	27	76 579	79 455	83 525
Outros passivos	25	21 107	76 945	6 241
TOTAL DO PASSIVO		2 822 990	2 459 233	2 354 382
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Fundos próprios	28	108 684	99 498	90 013
Excedentes Técnicos	28	67 239	66 802	68 841
Reservas de justo valor	29	(31 505)	(41 768)	(16 902)
Reserva geral	29	218 000	196 095	178 844
Outras reservas e resultados transitados	29	25 980	36 847	89 849
Resultado líquido do exercício	29	60 351	58 157	–
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		448 749	415 631	410 645
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		3 271 739	2 874 864	2 765 027

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	NOTAS	2012	2011
Proveitos inerentes a associados	3	747 433	405 857
Custos inerentes a associados	4	(332 316)	(405 967)
Variação das provisões técnicas	5	(448 559)	(5 331)
Juros e rendimentos similares	6	52 690	43 017
Juros e encargos similares	6	(1 365)	(1 207)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	18 366	26 698
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	2 991	(1 371)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	25 287	4 660
Provisões liquidas de reposições e anulações	26	(69)	–
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(1 141)	(8 965)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(7 763)	(87)
Gastos gerais administrativos	12	(9 992)	(10 209)
Amortizações do exercício	13	(5 607)	(3 403)
Outros resultados de exploração	14	20 396	14 465
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		60 351	58 157

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	2012	2011
Reserva de justo valor		Reexpresso
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 263	(24 866)
Resultado líquido do exercício	60 351	58 157
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	70 614	33 291

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reserva de Justo Valor	Reserva Geral	Outras reservas e resultados transitados	Resultado Líquido Exercício	Total Situação Líquida
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	90 013	68 841	(16 902)	178 844	35 456	54 393	410 645
Transferência de resultado	–	–	–	–	54 393	(54 393)	–
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	90 013	68 841	(16 902)	178 844	89 849	–	410 645
Distribuição de resultados do MG-AM (ver nota 29)	9 508	5 391	–	13 500	(54 393)	–	(25 994)
Reposição de Reserva Geral (ver nota 29)	–	(3 751)	–	3 751	–	–	–
Transferências	–	(2 934)	–	–	2 934	–	–
Atribuição de benefícios	–	(745)	–	–	–	–	(745)
Variação da reserva de justo valor	–	–	(24 866)	–	–	–	(24 866)
Outros movimentos	(23)	–	–	–	(1 543)	–	(1 566)
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	58 157	58 157
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	99 498	66 802	(41 768)	196 095	36 847	58 157	415 631
Distribuição de resultados do MG-AM (ver nota 29)	9 186	10 669	–	14 282	–	(58 157)	(24 020)
Distribuição de excedentes dos CRPC	–	(1 984)	–	–	–	–	(1 984)
Recurso à reserva de estabilização (ver nota 29)	–	–	–	–	(10 867)	–	(10 867)
Reposição de Reserva Geral (ver nota 29)	–	(7 623)	–	7 623	–	–	–
Atribuição de benefícios	–	(625)	–	–	–	–	(625)
Variação da reserva de justo valor	–	–	10 263	–	–	–	10 263
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	60 351	60 351
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	108 684	67 239	(31 505)	218 000	25 980	60 351	448 749

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(milhares de euros)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Custos inerentes a associados	(332 316)	(405 967)
Proveitos inerentes a associados	747 433	405 857
Associados e beneficiários	70	125
Outros proveitos operacionais	370	30
Outros custos operacionais	(11 605)	(13 128)
Fundos próprios	(900)	(932)
Outros ativos e passivos	(61 399)	79 920
	341 653	65 905
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(78 500)	(128 156)
Alienação / (aquisição) de propriedades de investimentos	(12 802)	(80 539)
Aquisição de ativos financeiros detidos até à maturidade	(224 661)	–
Alienação / (aquisição) de ativos financeiros detidos para negociação	(4 231)	13 276
Alienação / (aquisição) de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	(1 139)	(10 199)
Alienação / (aquisição) de ativos financeiros disponíveis para venda	61 366	206 068
Aplicações em instituições de crédito	(114 091)	(165 307)
Juros de depósitos à ordem	4 373	897
Ativos tangíveis	–	17 395
	(369 685)	(146 565)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos	18 131	25 699
Empréstimos de financiamento	77	247
	18 208	25 946
Varição Líquida em Disponibilidades em instituições de crédito	(9 824)	(54 714)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do período	77 730	132 444
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do período	67 906	77 730

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação» ou «MG-AM»), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840 e as contas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo («ESNL») e do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, Art.º 4.º, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras da Associação agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee («IFRIC»), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2011.

Em 2012 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 34. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 q).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2012.

Transição para o Novo Plano de Contas

Conforme referido anteriormente, a Associação prepara, desde 2008, as suas demonstrações financeiras de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nos IFRS. Assim, não se verificaram quaisquer impactos ao nível dos resultados e dos capitais próprios decorrentes da adoção dos IFRS.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizado ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

	Número de anos
Propriedades de investimento	50

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do um investimento em imóveis e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada

empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

e) Ativos financeiros

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relacionados com as transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando

esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação («*trade date*»), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa («*discounted cash flows*») e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

g) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

h) Disponibilidades em instituições de crédito

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

i) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

j) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério

da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

l) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos Associados. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

m) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

n) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

o) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

p) Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 12).

q) Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

d) Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

2. Número de Associados

Em 31 de dezembro de 2012, a Associação possuía 534 418 (2011: 497 420) Associados efetivos, que efetuaram 925 496 inscrições (2011: 847 492). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2012	2011
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	263 777	253 866
Garantia de pagamento de encargos	138 353	138 426
Capitais de previdência diferidos com opção	172 743	160 429
Poupança reforma	21 745	22 455
Capitais para jovens	13 843	13 190
Capitais de previdência	6 905	7 180
Capitais de reforma com prazo certo	123 171	69 790
Pensões de reforma	4 688	5 159
Pensões de sobrevivência e dotes	1 565	1 604
Outros	2 348	2 480
	749 138	674 579
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	4 728	5 146
Capital temporário de invalidez	181	221
Pensões de reforma – adicional de invalidez	146	170
Quotas para capitais de garantia	32	197
	5 087	5 734

3. Proveitos inerentes a associados

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Jóias	524	508
Quotizações e capitais	744 275	402 510
Outros proveitos inerentes a associados	2 634	2 839
	747 433	405 857

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1. Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	53 253	51 464
Garantia de pagamento de encargos	22 506	21 707
Capitais para jovens	5 960	5 993
Pensões de reforma	964	1 410
Capitais de previdência	808	841
Capitais transferidos para Pensão / Renda	1 322	868
Outras	781	659
	85 594	82 942
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	106 163	103 928
Poupança reforma	4 493	5 104
Capitais de reforma de prazo certo	538 436	202 030
Modalidades coletivas	609	476
	649 701	311 538
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	8 409	7 566
Rendas vitalícias	267	464
Rendas temporárias	304	–
	8 980	8 030
	744 275	402 510

4. Custos inerentes a associados

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Prestações e capitais	306 854	377 774
Subvenções e melhorias de benefícios	6 728	7 210
Outros custos inerentes a associados	18 734	20 983
	332 316	405 967

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuarias e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1. Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Modalidades atuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	42 234	37 565
Capitais para jovens	4 281	4 649
Pensões de reforma	4 019	3 517
Capitais de previdência	270	238
Capitais transferidos para Pensão / Renda	716	632
Outras	633	466
	52 153	47 067
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	201 926	274 706
Poupança reforma	5 428	5 665
Capitais de reforma de prazo certo	43 668	46 884
Modalidades coletivas	1 096	765
	252 118	328 020
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	127	109
Rendas vitalícias	2 443	2 578
Rendas temporárias	13	–
	2 583	2 687
	306 854	377 774

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Modalidades atuarias		
Capitais de previdência diferidos com opção	1 495	1 845
Capitais para jovens	754	1 030
Pensões de reforma	2 155	2 036
Capitais de previdência	768	728
Capitais transferidos para Pensão / Renda	47	36
Outras	1 509	1 535
	6 728	7 210

5. Variação das provisões técnicas

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

		2012 Euros '000		
		Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas		421 860	30 158	452 018
Subvenções e melhorias de benefícios		–	(3 459)	(3 459)
		421 860	26 699	448 559

		2011 Euros '000		
		Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas		3 669	6 443	10 112
Subvenções e melhorias de benefícios		–	(4 781)	(4 781)
		3 669	1 662	5 331

Em 31 de dezembro de 2012, a variação das provisões matemáticas de capitalização, inclui um montante de Euros 515 491 000 (2011: 165 999 000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6. Juros

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	19 478	9 233
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	84	554
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	475	368
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	27 789	32 571
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4 580	–
Outros juros	284	291
	52 690	43 017
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	(1 218)	(992)
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(147)	(215)
	(1 365)	(1 207)
	51 325	41 810

7. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	244	1 017
Rendimentos de subsidiárias e associadas	18 122	25 681
	18 366	26 698

A rubrica Rendimentos de subsidiárias e associadas inclui dividendos distribuídos pela Caixa Económica Montepio Geral no montante de Euros 16 584 000 (2011: 23 085 000).

8. Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2012			2011		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	57	(16)	41	273	1 762	(1 489)
	57	(16)	41	273	1 762	(1 489)
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Credit default swaps</i>	1 402	(212)	1 190	528	(1 323)	(795)
<i>Interest rate swaps</i>	1 410	(1 754)	(344)	2 027	(1 939)	88
<i>Call options</i>	–	(30)	(30)	4	–	4
	2 812	(1 996)	816	2 559	(3 262)	(703)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	2 801	(667)	2 134	821	–	821
	2 801	(667)	2 134	821	–	821
	5 670	(2 679)	2 991	3 653	(1 500)	(1 371)

9. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2012			2011		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3	(519)	(516)	380	–	380
De outros emissores	3 040	(377)	2 663	4 838	(1 516)	3 322
Ações	3	–	3	41	(6)	35
Outros títulos de rendimento variável	23 137	–	23 137	923	–	923
	26 183	(896)	25 287	6 182	(1 522)	4 660

10. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	20 250	20 518
Dotação do exercício	1 675	11 265
Reversão do exercício	(534)	(2 300)
	1 141	8 965
Reversão por alienação	(9 040)	(9 233)
Saldo em 31 de dezembro	12 351	20 250

11. Imparidade de outros ativos líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

2012 Euros '000					
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Propriedades de investimento	Total
Saldo em 1 de janeiro	758	–	–	–	758
Dotação do exercício	170	6 270	686	652	7 778
Reversão do exercício	(15)	–	–	–	(15)
Saldo em 31 de dezembro	913	6 270	686	652	8 521

2011 Euros '000					
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Propriedades de investimento	Total
Saldo em 1 de janeiro	671	–	–	–	671
Dotação do exercício	92	–	–	–	92
Reversão do exercício	(5)	–	–	–	(5)
Saldo em 31 de dezembro	758	–	–	–	758

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 21.

12. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Trabalhos especializados		
Cedência de Pessoal	5 438	6 675
Informática	860	705
Trabalho independente	132	137
Encargos com Inspeções Médicas	160	162
Outros serviços especializados	114	1 085
	6 704	8 764
Publicidade e propaganda	1 105	206
Materiais	57	59
Energia e fluidos	193	245
Deslocações, estadas e transportes	50	37
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	51	47
Comunicações	479	607
Seguros	53	10
Contencioso e Notariado	60	77
Despesas de Representação	6	17
Limpeza, higiene e conforto	1	3
Outros serviços	1 233	137
	1 883	898
	9 992	10 209

A rubrica Cedência de pessoal inclui os custos suportados pela Associação com os colaboradores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral. A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial.

13. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica diz respeito a amortizações de propriedades de investimento.

14. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em propriedades de investimento	24 798	17 464
Mais valias na alienação de propriedades de investimento	–	2 061
Rendimentos suplementares	368	255
Outros	2	63
	25 168	19 843
Outros custos de exploração:		
Menos valias na alienação de propriedades de investimento	(5)	(316)
Despesas com propriedades de investimento	(2 255)	(1 500)
Donativos diversos	(953)	(1 198)
Custos diversos com aquisição Finibanco	–	(1 149)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(113)	(172)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(1 096)	(734)
Programa de educação financeira	(206)	–
Serviços bancários	(5)	(40)
Outros	(139)	(269)
	(4 772)	(5 378)
	20 396	14 465

15. Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos bancários na Caixa Económica Montepio Geral.

16. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos a prazo na Caixa Económica Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2012, vencem juros à taxa média anual de 3,5% (2011: 3,1%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Até 3 meses	4 087	181 074
3 meses a 6 meses	13 318	31 707
6 meses a 1 ano	77 991	26 399
1 ano a 5 anos	402 630	138 033
Mais de 5 anos	19 710	11 292
	517 736	388 505

17. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Obrigações de outros emissores	1 224	1 765
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	177	212
	1 401	1 977
Dos quais:		
Nível 1	1 224	1 224
Nível 2	177	753
Nível 3	–	–
	1 401	1 977
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	5 361	6 212
Dos quais:		
Nível 1	–	–
Nível 2	5 361	6 212
Nível 3	–	–
	5 361	6 212

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada como segue:

	2012 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Obrigações de outros emissores	–	–	1 224	–	–	1 224
	–	–	1 224	–	–	1 224

2011 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Obrigações de outros emissores	753	–	–	1 012	–	1 765
	753	–	–	1 012	–	1 765

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação (derivados) em 31 de dezembro de 2012 e 2011, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	2012		2011	
	Derivado		Derivado	
	Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000
Contratos sobre crédito				
<i>Credit default swaps</i>	8 500	1	16 500	(1 188)
Contratos sobre taxas de juro				
<i>Interest rate swaps</i>	25 000	(5 185)	25 000	(4 812)
	33 500	(5 184)	41 500	(6 000)

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é a seguinte:

	2012						
	Nocionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Entre 1 e 5 anos Euros '000	Superior a 5 anos Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre crédito:							
<i>Credit default swaps</i>	–	2 500	6 000	–	8 500	28	27
Contratos sobre taxas de juro:							
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	15 000	10 000	25 000	149	5 334
	–	2 500	21 000	10 000	33 500	177	5 361
	2011						
	Nocionais com prazo remanescente					Justo valor	
	Inferior a 3 meses Euros '000	Entre 3 meses e 1 ano Euros '000	Entre 1 e 5 anos Euros '000	Superior a 5 anos Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre crédito:							
<i>Credit default swaps</i>	3 000	5 000	8 500	–	16 500	5	1 193
Contratos sobre taxas de juro:							
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	–	25 000	25 000	207	5 019
	3 000	5 000	8 500	25 000	41 500	212	6 212

18. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Obrigações de outros emissores	12 219	10 750
	12 219	10 750
Dos quais:		
Nível 1	11 075	8 942
Nível 2	1 144	1 808
Nível 3	–	–
	12 219	10 750

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é a seguinte:

	2012 Euros '000					Total
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações de outros emissores	4 183	70	2 936	5 030	–	12 219
	4 183	70	2 936	5 030	–	12 219
	2011 Euros '000					Total
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações de outros emissores	–	981	3 909	5 859	–	10 750
	–	981	3 909	5 859	–	10 750

19. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

2012 Euros '000			
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos	65 193	(4 792)	–
Obrigações de outros emissores	632 805	(29 188)	(4 035)
Papel comercial	18 490	–	–
Títulos de rendimento variável:			
Ações de empresas	2 619	318	(1 453)
Fundos de investimento	20 490	2 157	(6 863)
	739 597	(31 505)	(12 351)

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

Nível 1	275 882
Nível 2	419 859
Nível 3	–
	695 741

2011 Euros '000			
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos	82 214	(25 218)	(8 931)
Obrigações de outros emissores	617 332	(38 103)	(4 239)
Papel comercial	15 057	45	–
Títulos de rendimento variável:			
Ações de empresas	2 619	131	(1 239)
Fundos de investimento	94 106	21 377	(5 841)
	811 328	(41 768)	(20 250)

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

Nível 1	328 240
Nível 2	421 070
Nível 3	–
	749 310

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é a seguinte:

		2012 Euros '000				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos		–	–	23 071	37 330	–
Obrigações de outros emissores		3 998	25 706	437 466	132 412	–
Papel comercial		9 117	9 373	–	–	–
		13 115	35 079	460 537	169 742	–
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas		–	–	–	–	1 484
Fundos de investimento		–	–	–	–	15 784
		–	–	–	–	17 268
		13 115	35 079	460 537	169 742	17 268
		2011 Euros '000				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos		5 420	319	14 821	27 505	–
Obrigações de outros emissores		29 945	49 816	353 466	141 763	–
Papel comercial		–	15 102	–	–	–
		35 365	65 237	368 287	169 268	–
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas		–	–	–	–	1 511
Fundos de investimento		–	–	–	–	109 642
		–	–	–	–	111 153
		35 365	65 237	368 287	169 268	111 153

20. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações de outros emissores	214 235	–
Papel comercial	15 007	–
	229 242	–
Dos quais:		
Nível 1	–	–
Nível 2	229 242	–
Nível 3	–	–
	229 242	–

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos investimentos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

	2012 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores	–	–	210 802	3 433	–	214 235
Papel comercial	–	15 007	–	–	–	15 007
	–	15 007	210 802	3 433	–	229 242

21. Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são analisados como segue:

	2012						
	Capital Social	Porcentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias e associadas							
Caixa Económica Montepio Geral	1 245 000	100,00%	1 295 000	24 128 859	22 520 387	1 608 472	2 256
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. a)	26 000	64,22%	67 519	523 206	442 594	80 612	(14 649)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	41,11%	9 647	497 552	445 090	52 462	5 158
Nova Câmbios, S.A.	750	30,00%	227	3 076	1 022	2 054	282
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 318	364	1 954	35
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	61,74%	1 963	10 433	5 008	5 425	342
Montepio Gestão de Ativos	1 200	99,86%	1 331	5 293	1 094	4 199	1 974
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	11	81	(70)	(75)
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. b)	16 500	91,63%	50 119	111 412	60 603	50 809	565
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	50,99%	1 530	8 770	7 347	1 423	420
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 649	712	937	119
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 477	41	2 436	51
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1 000	70,00%	1 700	24 407	22 582	1 825	(482)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	267	1	266	(14)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros	7 500	100,00%	17 665	87 650	75 917	11 733	2 570
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros	50	100,00%	313	1 255	522	733	130
Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	250	100,00%	1 505	6 206	6 220	(14)	588
Lestinvest, SGPS	20 000	100,00%	13 194	51 862	49 058	2 804	(1 651)
			1 463 101				
Imparidade							
Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares			(1 470)				
Lestinvest, SGPS			(4 800)				
			1 456 831				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 43 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

2011							
	Capital Social	Percentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias e associadas							
Caixa Económica Montepio Geral	1 245 000	100,00%	1 245 000	24 092 899	22 851 326	1 241 573	32 823
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. a)	26 000	64,22%	53 519	543 832	471 405	72 427	104
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	41,11%	9 647	493 069	461 871	31 198	5 372
Nova Câmbios, S.A.	750	30,00%	227	2 947	1 137	1 810	76
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 902	563	2 339	833
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	61,74%	1 963	8 724	3 183	5 541	322
Montepio Gestão de Ativos	1 200	99,86%	1 331	2 936	433	2 503	309
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	127	121	6	(8)
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. b)	16 500	91,63%	50 119	110 527	60 283	50 244	(61)
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	50,99%	1 530	7 460	6 457	1 003	600
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 399	389	1 010	255
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 527	142	2 385	38
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1 000	70,00%	700	24 510	24 203	307	(349)
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	282	3	279	34
Finibanco Vida – Companhia de Seguros	7 500	50,00%	4 166	89 366	82 352	7 014	353
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros	50	100,00%	313	980	377	603	336
Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	250	100,00%	1 505	6 301	6 903	(602)	(944)
Lestinvest, SGPS	20 000	100,00%	13 194	49 830	45 375	4 455	(6 174)
			1 384 602				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 29 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35.000.000 referente a prestações acessórias de capital.

Em 2012, a CEMG procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 50 000 000, tendo o mesmo sido integralmente subscrito e realizado pelo MG-AM.

No decurso do exercício de 2012, o MG-AM procedeu à aquisição de 50% da Finibanco Vida no montante de Euros 13 500 000, passando a deter 100% desta sociedade.

Ainda em 2012, o MG-AM concedeu prestações acessórias à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. no montante de Euros 14 000 000.

Relativamente à participação na Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A., a Associação procedeu, em 2012, à realização de capital no montante de Euros 1 000 000.

22. Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Propriedades de investimento		
Custos de aquisição líquido de imparidade	344 044	309 355
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(5 607)	(3 403)
Relativas a exercícios anteriores	(56 547)	(53 146)
	(62 154)	(56 549)
Valor do balanço	281 890	252 806
Justo valor	412 022	

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2012 e 2011, são analisados como segue:

	2012 Euros '000				
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Imparidade	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	309 355	35 361	(20)	(652)	344 044
Amortizações acumuladas	(56 549)	(5 607)	2	–	(62 154)
	252 806	29 754	(18)	(652)	281 890

	2011 Euros '000				
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Imparidade	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	229 208	82 824	(2 677)	–	309 355
Amortizações acumuladas	(54 004)	(3 403)	858	–	(56 549)
	175 204	79 421	(1 819)	–	252 806

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Rendimentos	24 798	17 464
Despesas de manutenção e conservação:		
de propriedades que geraram rendimentos durante o exercício	2 033	1 459
de propriedades que não geraram rendimentos durante o exercício	222	41
	2 255	1 500

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento, quer nos projetos de construção das residências assistidas (projetos de arquitetura, fiscalização e coordenação da obra de construção da residência da Parede II e projetos para a construção da residência na Rua Sousa Lopes em Lisboa), quer na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente, obras estruturais e remodelações de frações em diversos imóveis em Lisboa, no Porto e em Vila Nova de Gaia. Em 31 de dezembro de 2012 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 2 414 000 (2011: 1 374 000).

23. Ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Ativos tangíveis		
Terrenos	3 181	3 181
Património histórico	1 009	1 009
Outros ativos tangíveis	1	1
	4 191	4 191
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	–	–
Relativas a exercícios anteriores	(1)	(1)
Imparidade		
Terrenos	(686)	–
	(687)	(1)
	3 504	4 190

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2012 e 2011, são analisados como segue:

	2012 Euros '000				
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis					
Terrenos	3 181	–	–	–	3 181
Património histórico	1 009	–	–	–	1 009
Outros ativos tangíveis	1	–	–	–	1
	4 191	–	–	–	4 191
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(1)	–	–	–	(1)
Imparidade					
Terrenos	–	(686)	–	–	(686)
	(1)	(686)	–	–	(687)
Valor de balanço	4 190	(686)	–	–	3 504

	2011 Euros '000				
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis					
Terrenos	3 181	–	–	–	3 181
Património histórico	90	919	–	–	1 009
Outros ativos tangíveis	1	–	–	–	1
	3 272	919	–	–	4 191
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(1)	–	–	–	(1)
	(1)	–	–	–	(1)
Valor de balanço	3 271	919	–	–	4 190

24. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Estado e outros entes públicos	241	55
Associados	524	482
Devedores diversos	2 166	2 082
Empréstimos de financiamento	3 251	3 133
	6 182	5 752
Imparidade para outros ativos	(913)	(758)
	5 269	4 994

A análise dos Outros ativos por maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é a seguinte:

2012 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Estado e outros entes públicos	241	–	–	–	–	241
Associados	524	–	–	–	–	524
Devedores diversos	30	2 136	–	–	–	2 166
Empréstimos de financiamento	–	–	3 251	–	–	3 251
	795	2 136	3 251	–	–	6 182

2011 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Estado e outros entes públicos	55	–	–	–	–	55
Associados	482	–	–	–	–	482
Devedores diversos	–	2 082	–	–	–	2 082
Empréstimos de financiamento	–	–	3 133	–	–	3 133
	537	2 082	3 133	–	–	5 752

25. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Fornecedores	557	250
Estado e outros entes públicos	226	754
Outras operações	3 087	2 974
Credores por acréscimos de gastos	242	753
Caixa económica c/c	–	2 038
Credores diversos	16 995	70 176
	21 107	76 945

A análise dos Outros passivos por maturidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é a seguinte:

2012 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Fornecedores	557	–	–	–	–	557
Estado e outros entes públicos	226	–	–	–	–	226
Outras operações	3 087	–	–	–	–	3 087
Credores por acréscimos de gastos	242	–	–	–	–	242
Credores diversos	16 995	–	–	–	–	16 995
	21 107	–	–	–	–	21 107

2011 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Fornecedores	250	–	–	–	–	250
Estado e outros entes públicos	754	–	–	–	–	754
Outras operações	2 974	–	–	–	–	2 974
Credores por acréscimos de gastos	753	–	–	–	–	753
Caixa económica c/c	2 038	–	–	–	–	2 038
Credores diversos	–	70 176	–	–	–	70 176
	6 769	70 176	–	–	–	76 945

26. Outras provisões

A rubrica Outras provisões diz respeito a valores provisionados para fazer face a processos judiciais em curso.

27. Provisões técnicas

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- a) **Provisões matemáticas** – destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 k).
- b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – traduzem as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

	2012		
	Euros '000		
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 224 842	–	1 224 842
Capitais de reforma prazo certo	986 262	–	986 262
Poupança reforma	82 644	–	82 644
Modalidades Coletivas	8 312		8 312
	2 302 060	–	2 302 060
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	12 942	24 307	37 249
Capitais de previdência diferidos com opção	176 972	4 430	181 402
Pensões de reforma	126 608	24 564	151 172
Capitais para jovens	47 015	2 499	49 514
Pensões de sobrevivência e dotes	8 025	18 798	26 823
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	21 362	–	21 362
Outros	24 890	1 981	26 871
	417 814	76 579	494 393
	2 719 874	76 579	2 796 453

2011 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 284 755	–	1 284 755
Capitais de reforma prazo certo	81 301	–	81 301
Poupança reforma	534 389	–	534 389
Modalidades Coletivas	8 563	–	8 563
	1 909 008	–	1 909 008
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	158 810	5 497	164 307
Capitais de previdência diferidos com opção	41 641	3 101	44 742
Pensões de reforma	123 785	25 061	148 846
Capitais para jovens	12 499	24 656	37 155
Pensões de sobrevivência e dotes	5 580	19 064	24 644
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	22 613	–	22 613
Outros	22 685	2 076	24 761
	387 613	79 455	467 068
	2 296 621	79 455	2 376 076

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência – 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma – 3%	TV 88/90	3%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens – 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	TV 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	TV 99/01	3%
Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	6%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%
Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias – 6%	PF 60/64	6%
Rendas Vitalícias – 4%	PF 60/64	4%
Rendas Vitalícias – 3%	TV 99/01	3%
Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias – 3%	TV 88/90	3%

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 76 398 000 (2011: Euros 59 528 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 k). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2012 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,08% e 4,20% (2011: entre 2,72% e 4,36%).

28. Fundos próprios e Excedentes Técnicos

Os **Fundos próprios** são constituídos para as modalidade cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os **Excedentes técnicos** são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações da situação líquida.

29. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(31 505)	(41 768)
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	218 000	196 095
Outras reservas e resultados transitados	25 980	36 847
	243 980	232 942

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação. Em 31 de dezembro de 2012, para além da dotação da Reserva Geral, foi efetuada a reposição desta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis em exercícios anteriores, no montante de Euros 7 623 000 (2011: Euros 3 751 000).

A distribuição de resultados referentes aos exercícios de 2010 e 2011, inclui transferências entre rubricas da situação líquida da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

No decurso do exercício de 2012, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 10 867 000.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 e).

A movimentação durante o exercício de 2012 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(25 218)	20 426	–	–	(4 792)
Obrigações de outros emissores	(38 103)	(255)	9 265	(95)	(29 188)
Papel comercial	45	–	(45)	–	–
	(63 276)	20 171	9 220	(95)	(33 980)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	131	(28)	–	215	318
Fundos de investimento	21 377	(132)	(20 109)	1 021	2 157
	21 508	(160)	(20 109)	1 236	2 475
	(41 768)	20 011	(10 889)	1 141	(31 505)

A movimentação durante o ano de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(9 707)	(23 916)	(526)	8 931	(25 218)
Obrigações de outros emissores	(29 351)	(4 729)	(3 127)	(896)	(38 103)
Papel comercial	5	45	(5)	–	45
	(39 053)	(28 600)	(3 658)	8 035	(63 276)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	(78)	231	(178)	156	131
Fundos de investimento	22 229	(48)	(1 578)	774	21 377
	22 151	183	(1 756)	930	21 508
	(16 902)	(28 417)	(5 414)	8 965	(41 768)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2012 Euros '000	2011 Euros '000
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	739 597	811 328
Imparidade acumulada reconhecida	(12 351)	(20 250)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	727 246	791 078
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	695 741	749 310
Ganhos/ (Perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(31 505)	(41 768)

30. Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MG-AM são os seguintes:

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	67 906	67 906	77 730	77 730
Aplicações em instituições de crédito	493 156	517 736	380 934	388 505
Investimentos detidos até à maturidade	226 221	229 242	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	5 269	5 269	4 994	4 994
	792 552	820 153	463 658	471 229
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	21 107	21 107	76 945	76 945

31. Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

Empresas	2012 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	67 906	–	4 339	–
Depósitos a prazo	517 736	–	15 139	–
Cedência de pessoal	–	–	–	5 438
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	–	–	15 820	–
Dividendos	–	–	16 584	–
Valores a receber	30	–	–	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	439	–	7	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	430 467	–	14 122	–
Investimentos detidos até à maturidade	189 235	–	4 574	–
Alienação de fundos de investimento	–	–	11 137	–
Lusitania Vida				
Investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	3 879	–	132	–
Dividendos	–	–	904	–
Bolsimo				
Investimentos detidos até à maturidade	40 007	–	7	–
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Futuro	–	–	182	–
MG Gestão de Ativos	–	–	277	–
Silvip	–	–	111	–
Sagies	–	–	52	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	1 249 699	–	83 398	5 438

Empresas	2011 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	77 730	–	931	–
Depósitos a prazo	388 505	–	8 302	–
Cedência de pessoal	–	–	–	6 675
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	–	–	11 408	–
Dividendos	–	–	23 085	–
Valores a pagar	–	72 052	–	–
Ativos financeiros detidos para negociação	753	–	176	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	235	–	1	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	387 997	–	16 160	–
Aquisição de imóveis	76 671	–	–	–
Lusitania Vida				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 410	–	143	–
Dividendos	–	–	839	–
Bolsimo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	36 754	–	639	–
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Lusitania Seguros	–	–	668	–
Futuro	–	–	195	–
MG Gestão de Ativos	–	–	574	–
Silvip	–	–	270	–
Saqies	–	–	48	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	973 055	72 052	63 450	6 675

As partes relacionadas da Associação podem ser analisadas como segue:

Partes relacionadas

Caixa Económica Montepio Geral
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Nova Câmbios, S.A.
Silvip, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.M., S.A.
MG Investimentos Imobiliários, S.A.
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.
Nutre S.A.
Fundo de Pensões CEMG – Gerido pela Futuro
Conselho de Administração
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Fundação Montepio Geral
Finibanco, S.A.
N Seguros, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Finibanco Angola, S.A.
Finivalor – Sociedade gestora de fundos de investimento
Fundo de Pensões Finibanco – Gerido pela Futuro
Finipredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto
Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Montepio Arrendamento – FILAH
Sagies, S.A.
Leacock, Lda.
Bem Comum, Sociedade Capital Risco, S.A.
Lestinvest, SGPS
Sociedade Portuguesa de Administrações

32. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2012, a exposição do MG-AM a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	63 127	63 127	(5 347)	–	4,1%	6,8	1
Irlanda							
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 080	2 080	313	–	5,0%	7,8	1
	58 333	58 333	(4 846)	–			

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição da MG-AM a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	46 091	46 091	(27 422)	–	3,8%	7,2	1
Grécia							
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 041	3 041	–	(8 931)	5,1%	3,6	1
Irlanda							
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 596	1 596	(138)	–	5,0%	8,8	1
	46 132	46 132	(25 100)	(8 931)			

33. Gestão de riscos

O sistema de gestão de riscos do Montepio Geral – Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MG-AM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral – Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, e no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflete a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	(16 413)	–	(14 329)
Ativos financeiros detidos para negociação/ Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(93)	(93)	(279)	(279)
	(93)	(16 506)	(279)	(14 608)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	17 302	–	15 176
Ativos financeiros detidos para negociação/ Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	93	93	279	279
	93	17 395	279	15 455

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado mobiliário +10%				
Ações	–	148	–	151
Fundos de investimento	–	1 578	–	10 964
	–	1 726	–	11 115
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(93)	(148)	(94)	(151)
Fundos de investimento	(654)	(1 578)	(548)	(10 964)
	(747)	(1 726)	(642)	(11 115)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2012 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida
Mercado imobiliário +10%		
Ativos tangíveis	248	248
Propriedades de investimento	156	156
	404	404
Mercado imobiliário -10%		
Ativos tangíveis	(248)	(248)
Propriedades de investimento	(97)	(97)
	(345)	(345)

Risco de liquidez

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos ativos respetivos.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral – Associação Mutualista é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

Risco de crédito

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2012 e 2011, encontra-se apresentada como segue:

Setor de atividade	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Eletricidade, gás e água	–	–	2 086	28 320	(1 515)
Atividades de informação e comunicação	–	1 224	–	7 280	–
Atividades financeiras	189 235	–	2 097	536 224	(4 924)
Atividades imobiliárias	40 007	–	7 806	7 462	(1 313)
Administração e serviços públicos	–	–	–	67 275	–
Construção e obras públicas	–	–	–	149	(149)
Outras atividades de serviços coletivos	–	–	–	4 228	(1 034)
Papel e indústrias gráficas	–	–	–	1 049	–
Produtos químicos e de borracha	–	–	–	170	–
Refinação de petróleo	–	–	–	32 309	–
Transportes	–	–	–	1 024	–
Outros	–	177	230	22 602	(3 416)
Total	229 242	1 401	12 219	708 092	(12 351)

Setor de atividade	2011			
	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Eletricidade, gás e água	–	–	42 547	(1 321)
Atividades de informação e comunicação	753	–	5 996	–
Atividades financeiras	1 224	10 585	556 263	(4 957)
Atividades imobiliárias	–	–	67 099	(983)
Administração e serviços públicos	–	–	61 591	(8 931)
Construção e obras públicas	–	–	149	(149)
Outras atividades de serviços coletivos	–	–	4 317	(1 031)
Papel e indústrias gráficas	–	–	4 525	–
Produtos químicos e de borracha	–	–	155	–
Refinação de petróleo	–	–	1 052	–
Transportes	–	–	3 106	–
Turismo	–	165	1 027	(2 878)
Outros	–	–	21 733	–
Total	1 977	10 750	769 560	(20 250)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

Zona geográfica	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro					
Portugal	229 242	–	439	631 039	(2 766)
Espanha	–	–	4 183	8 682	(124)
Itália	–	1 224	–	15 598	–
Alemanha	–	–	899	6 644	(162)
França	–	–	–	1 024	–
Holanda	–	–	2 578	7 807	–
Grécia	–	–	–	–	–
Irlanda	–	–	–	2 080	–
Outros	–	–	1 669	3 835	(6)
Outros Países					
Japão	–	–	2 221	823	–
Reino Unido	–	–	–	1 820	(731)
Estados Unidos	–	–	–	12 360	(2 500)
Outros	–	177	230	16 380	(6 062)
Total	229 242	1 401	12 219	708 092	(12 351)

Zona geográfica	2011			
	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro				
Portugal	753	195	581 763	(1 692)
Espanha	–	–	21 007	(120)
Itália	1 012	–	12 691	–
Alemanha	–	1 711	7 630	(206)
França	–	–	5 858	–
Holanda	–	1 640	7 058	–
Grécia	–	–	11 972	(8 931)
Irlanda	–	–	3 552	(27)
Outros	–	1 333	3 546	(28)
Outros Países				
Japão	–	3 598	1 717	–
Reino Unido	–	–	7 359	(781)
Estados Unidos	–	–	16 008	(2 500)
Outros	212	2 273	89 399	(5 965)
Total	1 977	10 750	769 560	(20 250)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

Rating	2012				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
AAA	–	–	–	–	–
AA+	–	–	–	–	–
AA	–	–	–	–	–
AA–	–	–	–	1 470	–
A+	–	–	754	–	–
A	–	–	–	980	–
A–	–	–	3 135	12 146	–
BBB+	–	–	–	10 310	–
BBB	–	1 224	–	20 306	–
BBB–	–	–	–	9 172	–
<BBB–	189 235	–	669	567 338	(893)
N.R.	25 000	–	7 661	42 295	(3 142)
Total	214 235	1 224	12 219	664 018	(4 035)

Rating	2011			
	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
AAA	–	–	480	–
AA+	–	–	295	–
AA	–	–	1 378	–
AA–	–	–	–	–
A+	–	1 432	3 016	–
A	–	1 736	13 538	–
A–	–	3 598	32 813	–
BBB+	–	–	12 981	–
BBB	1 011	–	11 241	–
BBB–	–	–	72 185	(61)
<BBB–	753	400	449 198	(9 967)
N.R.	–	3 584	39 100	(3 142)
Total	1 764	10 750	636 225	(13 170)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	47 012	47 012	44 922	44 922
Modalidades de capitalização	(12 952)	(12 952)	(13 849)	(13 849)
	34 060	34 060	31 073	31 073
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(57 332)	(57 332)	(55 851)	(55 851)
Modalidades de capitalização	3 496	12 952	7 992	13 849
	(53 836)	(44 380)	(47 859)	(42 002)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	10 807	10 807	9 818	9 818
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(14 984)	(14 984)	(13 540)	(13 540)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

	2012 Euros '000		2011 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	2 005	2 005	1 620	1 620
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	(2 005)	(2 005)	(1 620)	(1 620)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2012 e 2011, é analisada como segue:

		2012 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais		3 763	8 018	79 326	151 886	251 469	494 462
Modalidades capitalização		–	85 385	878 344	22 533	1 315 729	2 301 991
		3 763	93 403	957 670	174 419	1 567 198	2 796 453

		2011 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais		5 347	9 842	64 301	140 771	246 807	467 068
Modalidades capitalização		–	64 861	453 456	16 072	1 374 619	1 909 008
		5 347	74 703	517 757	156 843	1 621 426	2 376 076

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas.

34. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MG-AM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à «IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros», com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

O MG-AM não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à «IAS 12 – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes» (tendo revogado a «SIC 21 – Impostos sobre o Rendimento – Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados»), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a «IAS 40 – Propriedades de Investimento», presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

O MG-AM não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

O MG-AM decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à «IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação «demonstração de rendimento integral» para «demonstração de resultados e de outro rendimento integral», ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do MG-AM.

IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à «IAS 19 – Benefícios dos empregados», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto.

Esta situação não tem qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do MG-AM.

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à «IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O MG-AM espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à «IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase «direito legal oponível corrente para compensar» significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O MG-AM não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas», com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como «silos»).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O MG-AM não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 11 – Acordos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define «controlo conjunto», introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num «acordo conjunto» determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida («operação conjunta» ou «empreendimento conjunto»), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de «empreendimento conjunto» devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O MG-AM não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O MG-AM não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a «IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O MG-AM está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a «IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor», com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O MG-AM está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o MG-AM proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o MG-AM.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como «entidades de investimento». O IASB define o termo de «entidade de investimento» como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

O MG-AM não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na «IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento», evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O MG-AM não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de «detido até à maturidade», «disponível para venda» e «contas a receber e pagar».

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O MG-AM iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do MG-AM, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Geral – Associação Mutualista**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 3.271.739 milhares de euros, e um total de situação líquida de 448.749 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 60.351 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações na situação líquida, e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações na situação líquida e do rendimento integral, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 - 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações na situação líquida e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do período.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

14. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE AS CONTAS EM BASE INDIVIDUAL EM 31.12.2012

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral-Associação Mutualista (MG-AM), o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação, o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras de 2012 do MG-AM, elaborados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal salienta que, por força da alteração dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, aprovada na Assembleia Geral que se realizou em 15 de outubro de 2012, este Relatório e correspondente Parecer são emitidos autonomamente em relação a idêntico documento a apresentar pelo Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Económica.

RELATÓRIO

1. Em 2012 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do MG-AM através da leitura das atas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da análise da documentação contabilística e dos relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns dos Directores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal.
2. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que aprez registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Apesar das condições adversas em que se desenvolveu a atividade a que se refere este relatório, caracterizadas pela implementação do Programa de Assistência Financeira (PAF) acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia, o que implicou a adoção de um vasto conjunto de medidas destinadas a equilibrar as contas públicas com reflexos na deterioração do mercado laboral, agravando a queda do investimento com impacto direto no subida da taxa de desemprego que atingiu 16,9% no final do ano, o MG-AM teve no exercício de 2012 um desempenho de exceção, conseguindo um crescimento significativo dos associados, da atividade, dos investimentos, das receitas e dos resultados, bem como preservar níveis de liquidez ajustados à conjuntura de mercado e às características da atividade.
4. Como facto relevante ocorrido no exercício de 2012 é de salientar a aprovação dos novos Estatutos da CEMG, promovendo uma maior segregação de funções entre a Gestão e os



Órgãos de Controlo, dando resposta às recomendações da entidade de Supervisão, e obtendo-se, desta forma, benefícios operacionais a nível do Grupo Montepio.

5. Destacamos ainda da atividade do MG-AM em 2012, os investimentos efetuados no domínio das Participações Financeiras. Para além da dotação institucional na CEMG, reforçada em 50 milhões de euros, foram adquiridos à MAPFRE, por 13,5 milhões de euros, os 50% que esta seguradora detinha na FINIBANCO VIDA. Foi ainda reforçada a participação na GERMONT, no valor de 1 milhão de euros e feita uma prestação suplementar de capital à LUSITANIA, no valor de 14 milhões de euros.
6. A Fundação Montepio Geral com um nível de intervenções de natureza social junto da comunidade, cada vez mais expressivo, tem permitido ao Grupo Montepio assumir-se como parceiro estratégico das entidades que intervêm na Economia Social ao apresentar-se como instituição financeira de referência do Terceiro Setor. Em 2012 recebeu do MG-AM um donativo de 900 000 €, que lhe permitiu centrar a sua ação na concessão de apoios financeiros a entidades que atuam nos domínios da solidariedade, educação, saúde e ambiente. O seu projeto mais emblemático é o da Frota Solidária que consiste em devolver à sociedade o produto da consignação fiscal de IRS feita pelos contribuintes, tendo oferecido 20 viaturas adaptadas, correspondendo assim a uma das necessidades mais sentidas pelas instituições que trabalham com doentes, idosos e deficientes.
7. O MG-AM adotou em 2008 as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) embora mantendo o modelo de demonstrações financeiras constante do Plano de Contas das Associações Mutualistas (PCAM), a que oficialmente estava sujeito. O Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março revogou o PCAM e criou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2012, e que o MG-AM adotou, não tendo, contudo, seguido o modelo de demonstrações financeiras definido para as ESNL, porque este regime permite que as demonstrações financeiras sejam preparadas em conformidade com os IFRS. As Demonstrações Financeiras Consolidadas, serão apresentadas oportunamente, conforme é referido no ponto 5 do Relatório do Conselho de Administração.
8. Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MG-AM elaborada pela KPMG - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2012 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. O documento produzido pela referida entidade foi apresentado sem reservas ou ênfases e a cujo teor damos a nossa concordância.
9. Após o encerramento do exercício, o Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa, das Alterações da Situação Líquida e do Rendimento Integral, em 31 de dezembro de 2012, bem como as correspondentes Notas Explicativas.
10. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do MG-AM e respetivas Notas Explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações da situação líquida e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.



11. O Conselho Fiscal agradece a referência feita no Relatório de Gestão à sua atividade, assim como também acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos demais Órgãos Sociais, aos Trabalhadores e a outros Colaboradores referidos no Relatório.
12. Nestes termos, o Conselho Fiscal apoia as políticas que vêm sendo adotadas pelo MG-AM, certo de que o Conselho de Administração, com a cooperação dos Trabalhadores, vai prosseguir as aludidas políticas e saberá encontrar os meios mais adequados para fazer face às dificuldades previsíveis e prosseguir na via do desenvolvimento que tem vindo a alcançar.

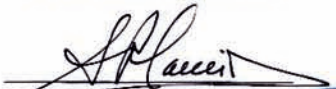
PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Montepio Geral-Associação Mutualista, referentes a 31 de dezembro de 2012, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

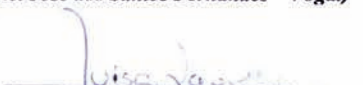
- a) A proposta de aplicação de resultados e as demais propostas contidas no Relatório de Gestão, apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 5 de março de 2013

O CONSELHO FISCAL


(Álvaro João Duarte Pinto Correia – Presidente)


(Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal)


(Luisa Maria Xavier Machado – Vogal)

15. Anexos

15.1. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO PARA 2013

1. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do artigo 25.º b) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
2. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
3. O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:
 - a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;
 - b) Subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual;
 - c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal da CEMG;
 - d) Eventualmente, por uma gratificação especial a atribuir, em condições de distribuição e com critérios idênticos aos aplicados aos Diretores de primeira linha;
 - e) Esta remuneração variável nunca pode exceder 20% da remuneração fixa anual;
 - f) As remunerações referidas em a) e c) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal da CEMG;
 - g) No termo das suas funções, têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;
 - h) No caso de destituição sem justa causa, têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;
 - i) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pelo MGAM.
4. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea f) do número antecedente.
5. Os restantes membros dos órgãos associativos, titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

15.2. RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (AM) com reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias.

As reservas matemáticas de cada modalidade associativa, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela¹. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que a AM tem obrigatoriedade de constituir.

Contudo, algumas modalidades e rendas vitalícias, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efetuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando bases técnicas atuariais mais adequadas à realidade atual. Realizado desde 2005, este teste permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar através da constituição de uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. O valor de provisão adicional, constituído no final de cada ano, é adiante denominado de Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2012, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 417,8 milhões de euros.

Adicionalmente, na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 17,3 milhões de euros e libertou 0,5 milhões de euros da provisão adicional constituída. Em 31 de dezembro de 2012, o total de Reservas Matemáticas Atuariais era de 76,4 milhões de euros.

O total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) em 31 de dezembro de 2012 era de 494,2 milhões de euros, tendo registado um aumento de 27,3 milhões de euros relativamente ao ano de 2011.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

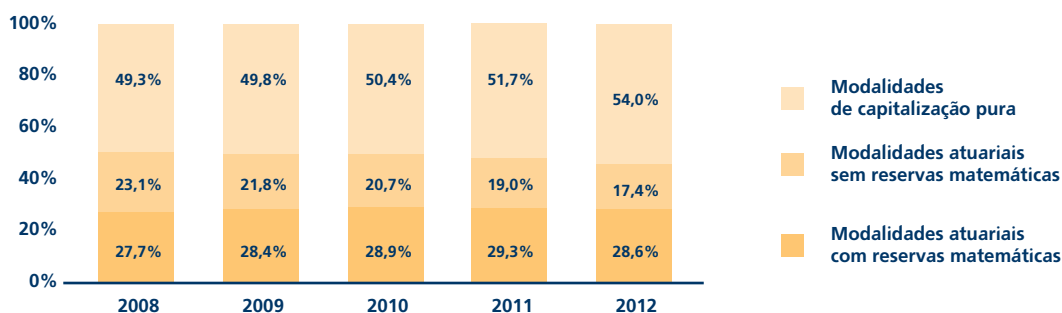
2.1. Análise Global

Em 31 de dezembro de 2012, o número de subscrições nas modalidades associativas da AM era de 931 278, verificando-se um aumento de 9,1% relativamente a 31 de dezembro de 2011. Este número inclui 5 782 subscrições em coberturas adicionais.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades de capitalização pura²;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas³;
- Modalidades atuariais com reservas matemáticas⁴.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



1. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social – Direção Geral da Segurança Social.

2. Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.

3. Garantia de Pagamento de Encargos, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II.

4. As rendas vitalícias e as rendas temporárias não estão incluídas nesta análise gráfica por não serem modalidades associativas.

O peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições sofreu uma ligeira diminuição, contrariando a tendência crescente dos últimos anos, representando atualmente 28,6% do total de subscrições (29,3% em 2011).

À semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores, o número de subscrições das modalidades de capitalização pura registou um crescimento, tendo atualmente um peso de 54,0% no total de subscrições (51,7% em 2011).

2.2. Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

As modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Garantia de Pagamento de Encargos, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II) têm vindo, nos últimos anos, a perder peso no total de subscrições (17,4% em 2012 face a 19,0% em 2011). Este comportamento poderá ser explicado pelo seguinte:

- Garantia de Pagamento de Encargos – Encontra-se encerrada a novas subscrições, tendo sido substituída, em 1 de julho de 2007, pela modalidade Garantia de Pagamento de Encargos I;
- Garantia de Pagamento de Encargos I – Entrou em vigor em 1 de julho de 2007 e o seu volume de subscrições está essencialmente relacionado com o volume de Crédito à Habitação contratado;
- Garantia de Pagamento de Encargos II – Entrou em vigor em 1 de julho de 2007 e desde então tem-se registado um nível de subscrições muito reduzido, existindo, a 31 de dezembro de 2012, apenas 227¹ subscrições, num total de 340 subscritores.

Nestas modalidades, uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos efetuados pela AM nesse mesmo ano.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2012

(euros)			
Modalidades	Quotizações recebidas pela AM	Capitais pagos pela AM	Saldo
Garantia de Pagamento de Encargos	17 525 544,80	7 506 313,44	10 019 231,36
Garantia de Pagamento de Encargos I	4 976 633,03	1 860 258,41	3 116 374,62
Garantia de Pagamento de Encargos II	4 050,95	3 738,91	312,04
Total	22 506 228,78	9 370 310,76	13 135 918,02

Conforme se pode observar, em 31 de dezembro de 2012, o total de quotizações pagas pelos subscritores destas modalidades foi muito superior ao total de capitais pagos pela AM em caso de morte e invalidez.

2.3. Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade atuarial com maior aceitação e procura pelos associados, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), com, respetivamente, 93,0% e 88,9% do total.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de Subscrições		Capitais Subscritos	
Modalidade	%	Modalidade	%
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	93,0	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	88,9
Capitais para Jovens – 3%	6,6	Capitais para Jovens – 3%	10,2
Pensões de Reforma – 3%	0,3	Capitais de Previdência – 3%	0,8
Outras Modalidades	0,1	Outras Modalidades	0,1

Em termos acumulados, o número de subscrições, valores subscritos e quotização anual, atingiram em 31 de dezembro de 2012, os montantes expressos na tabela infra, destacando-se a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), com 123 107 subscrições e 29,4 milhões de euros de quotização anual.

1. Das 227 subscrições, 113 são sobre duas vidas.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de Subscrição Aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	962	6 926 221,19	7 199,81	172 455,91	179,27
Pensões de Reforma – 3%	1 339	908 491,31	678,48	963 542,61	719,60
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 208	2 646 440,60	2 190,76	123 690,01	102,39
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	123 107	278 053 547,34	2 258,63	29 431 500,16	239,07
Capitais para Jovens – 3%	11 878	40 238 129,31	3 387,62	3 890 683,46	327,55
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	95	185 898,43	1 956,83	1 427,93	15,03
Total	138 589	328 958 728,18	2 373,63	34 583 300,08	249,54

(euros)

Modalidades de Subscrição Fechada	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	7 092	21 508 831,70	3 032,83	635 723,84	89,64
Subsídio por Morte	1 438	1 306 948,68	908,87	22 197,78	15,44
Pensões de Reforma – 6%	1 011	1 574 400,87	1 557,27	0,00	–
Pensões de Reforma – 4%	1 399	1 102 769,30	788,26	0,00	–
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 479	820 281,96	554,62	0,00	–
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 110	11 377 819,02	10 250,29	0,00	–
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	3 074	20 007 989,72	6 508,78	14,50 ^(a)	–
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	74	417 537,34	5 642,40	0,00	–
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	79	85 663,45	1 084,35	0,00	–
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	100 213	352 011 456,92	3 512,63	23 822 067,38	237,71
Capitais de Previdência a Prazo	131	1 700 792,21	12 983,15	49 653,93	379,04
Capitais para Jovens	7 811	38 144 753,72	4 883,47	2 069 221,47	264,91
Pensões para Deficientes	22	59 578,47	2 708,11	24 405,16	1 109,33
Capitais Temporários por Invalidez	109	698 901,54	6 411,94	3 978,37	36,50
Rendas de Sobrevivência	33	77 099,94	2 336,36	34 629,15	1 049,37
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	26	124 791,63	4 799,68	8 766,41	337,17
Capitais para Estudos	1 026	520 168,40	506,99	390 405,51	380,51
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 876	32 089,65	17,11	8 175,00	4,36
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	1 228,25	173,64	28,94
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00
Total	128 071	451 584 653,85	3 526,05	27 069 447,54	211,36

(a) O valor de quotização anual na cobertura complementar Pensões de Reforma – Restituição de Quotas -4% corresponde ao valor entregue para a subscrição desta cobertura complementar, por liberação total, efetuada ao abrigo das alterações complementares aprovadas na Assembleia Geral de Associados de 8 de Abril de 2011.

No que respeita aos benefícios em curso (pensões), existiam, em 31 de dezembro de 2012, 7 377 pensões¹ em pagamento a que corresponde um encargo médio anual por pensão de 1 371,48 euros. Na tabela seguinte apresenta-se o número de pensões, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão, bem como a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões.

1. Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

PENSÕES

(euros)

Modalidades	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência – 3%	1	161,76	0,24	162,00	0,00
Capitais de Previdência	1 369	195 438,60	553 307,88	546,93	2,83
Pensões de Reforma – 6%	1 875	3 227 808,36	2 123 121,24	2 853,83	0,66
Pensões de Reforma – 4%	696	784 552,92	70 790,28	1 228,94	0,09
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	179	202 908,12	100,32	1 134,13	0,00
Capitais para Jovens	221	351 530,04	97 774,32	2 033,05	0,28
Pensões para Deficientes	3	2 128,08	278,52	802,20	0,13
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	624,24	3 341,76	0,07
Capitais para Estudos	415	202 114,42	30 820,37	561,29	0,15
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	160	342 679,20	37 111,44	2 373,69	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	178	459 419,40	9 055,68	2 631,88	0,02
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	5 991,36	24,24	859,37	0,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 230	34 635,12	1 365 293,52	627,77	39,42
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	38	680,40	7 022,25	202,70	10,32
Total	7 377	5 821 183,66	4 296 198,14	1 371,48	0,74

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

2.4. Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2012, o número total de rendas vitalícias era de 713 e o de rendistas de 392. Estes valores incluem 3 rendas vitalícias diferidas e respetivos rendistas, cujo pagamento só se inicia findo o período de diferimento.

Em 2012, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 267 346,53 euros, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 42% face a 2011 (464 434,76 euros).

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias – 6%	104	50	194 237,08	1 867,66
Rendas Vitalícias – 4%	463	272	1 915 128,07	4 136,35
Rendas Vitalícias – 3%	146	70	334 219,21	2 289,17
Total	713	392	2 443 584,36	3 427,19

2.5. Rendas Temporárias

As rendas temporárias foram implementadas em novembro de 2011, tendo-se verificado apenas 5 constituições até 31 de dezembro de 2012¹.

Em 2012, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias foi de 303 907,80 euros.

RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

Rendas Temporárias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias – 3%	5	6	12 730,37	2 546,07
Total	5	6	12 730,37	2 546,07

1. A primeira constituição foi efetuada em fevereiro de 2012.

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas das modalidades atuariais da AM são calculadas, mensalmente, com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Tutela.

Contudo, alguns produtos da AM, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitos a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, e por questões prudenciais, é anualmente efetuado um teste à adequação das reservas matemáticas destes produtos. Este teste abrange as modalidades atuariais e rendas vitalícias que se encontram encerradas a novas subscrições¹ e consiste em recalcular as suas reservas matemáticas utilizando bases técnicas diferentes das que estão em vigor e mais adequadas à realidade atual.

O teste de adequação das responsabilidades, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar através da constituição de uma provisão adicional.

Com efeito, a partir de 2005, do Balanço da AM passou a constar dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela;
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades realizado no final de cada ano.

Do ponto de vista metodológico, o teste de adequação das responsabilidades é efetuado da seguinte forma:

- Cálculo das reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Cálculo das reservas matemáticas com bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) mais adequadas à realidade atual;
- Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas no ponto anterior é superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas no ano anterior (caso existam):
 - i) Se o valor da insuficiência for inferior ao observado no ano anterior, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - ii) Se o valor da insuficiência for superior ao observado no ano anterior, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.
- Caso a modalidade ou renda vitalícia não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Os reforços anuais das reservas matemáticas são realizados pelo recurso (sempre que possível) aos Excedentes Técnicos das próprias modalidades mas, também, quando estes não são suficientes, pela utilização de valores do Fundo de Reserva Geral.

No caso de haver libertação de parte das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, e caso haja dívida por regularizar ao Fundo de Reserva Geral, esta deve ser ressarcida.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2012, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias atingiu os 417 839 931,27 euros, tendo registado um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior.

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

1. As modalidades de subscrição aberta não são sujeitas ao teste de adequação uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade atual.

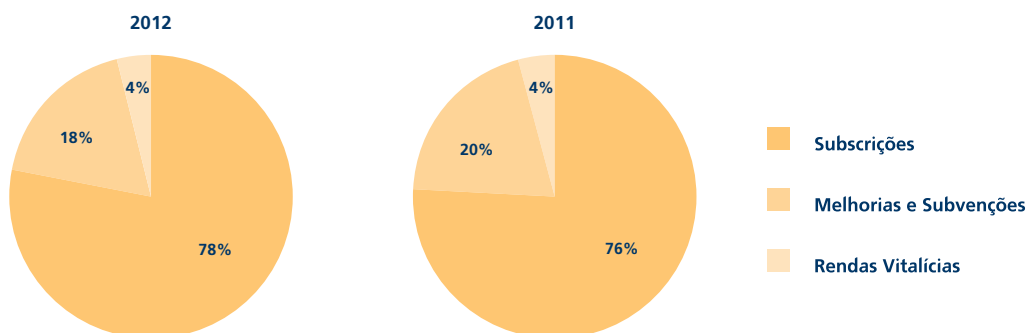
RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2012

(euros)

Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	273 309 004,74	46 617 381,01	
Curso	50 937 587,95	29 944 882,76	6 144,17
Rendas Vitalícias	16 717 632,14		
Rendas Temporárias	297 298,50		
Total	341 261 523,33	76 562 263,77	16 144,17

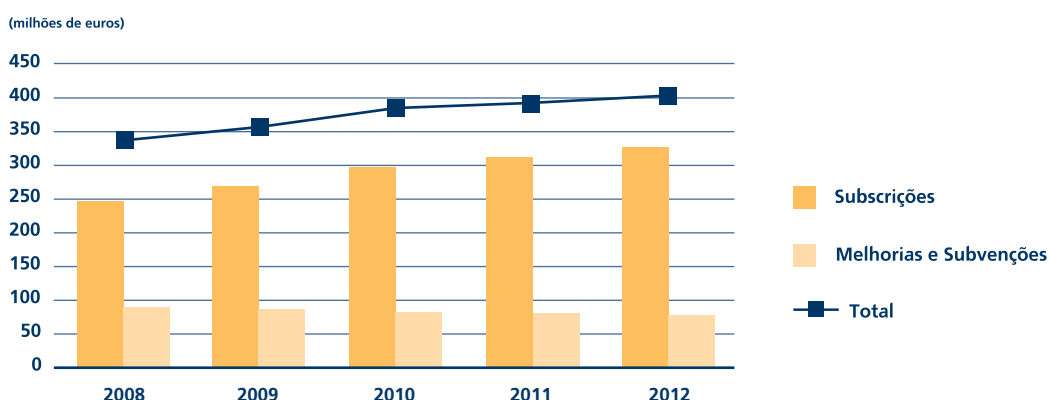
Os próximos dois gráficos ilustram a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL



Comparando com 2011, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2%, enquanto o das Melhorias e Subvenções diminuiu 2%, mantendo-se inalterado o das rendas vitalícias. No que respeita às Rendas Temporárias, dado o valor reduzido das suas reservas matemáticas, o respetivo peso no total das Reservas Matemáticas Estatutárias é, aproximadamente, de 0%.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – EVOLUÇÃO ANUAL



Em 2012, manteve-se a tendência de crescimento do total das reservas matemáticas, tendo-se verificado um aumento de 19% nos últimos 5 anos. A componente referente às Melhorias e Subvenções registou, mais uma vez, uma ligeira descida, à semelhança dos anos anteriores.

Nas tabelas seguintes, apresenta-se as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2012, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2011.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Benefícios em Formação	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	962	6 926 221,19	621 296,61
Pensões de Reforma – 3%	1 339	908 491,31	3 106 409,10
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 208	2 646 440,60	386 712,84
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	123 107	278 053 547,34	75 254 768,35
Capitais para Jovens – 3%	11 878	40 238 129,31	14 568 359,43
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	95	185 898,43	4 162,77
Capitais de Previdência	7 092	21 508 831,70	10 867 742,98
Subsídio por Morte	1 438	1 306 948,68	913 701,97
Pensões de Reforma – 6%	1 011	1 574 400,87	16 478 751,45
Pensões de Reforma – 4%	1 399	1 102 769,30	11 844 062,97
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 479	820 281,96	10 592 156,76
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 110	11 377 819,02	581 573,05
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	3 074	20 007 989,72	1 687 869,16
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	74	417 537,34	42 690,04
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	79	85 663,45	11 299,87
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	100 213	352 011 456,92	91 473 739,72
Capitais de Previdência a Prazo	131	1 700 792,21	1 252 201,67
Capitais para Jovens	7 811	38 144 753,72	27 748 969,04
Pensões para Deficientes	22	59 578,47	408 293,64
Capitais Temporários por Invalidez	109	698 901,54	19 665,35
Rendas de Sobrevivência	33	77 099,94	602 431,31
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	26	124 791,63	38 681,40
Capitais para Estudos	1 026	520 168,40	4 447 957,45
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 876	32 089,65	345 856,15
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	3 917,25
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	683,76
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	5 050,65
			273 309 004,74
Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	1	161,76	2 937,88
Capitais de Previdência	1 369	195 438,60	1 449 862,60
Pensões de Reforma – 6%	1 875	3 227 808,36	27 760 741,32
Pensões de Reforma – 4%	696	784 552,92	8 084 642,86
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	179	202 908,12	2 658 005,62
Capitais para Jovens	221	351 530,04	701 517,20
Pensões para Deficientes	3	2 128,08	33 813,91
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	160 625,08
Capitais para Estudos	415	202 114,42	1 359 102,80
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	8 321,15
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	160	342 679,20	2 734 084,31
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	178	459 419,40	5 673 524,07
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	7	5 991,36	85 470,89
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 230	34 635,12	220 624,91
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	38	680,40	4 313,35
			50 937 587,95
Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias – 6%	104	194 237,08	690 946,39
Rendas Vitalícias – 4%	463	1 915 128,07	11 376 538,32
Rendas Vitalícias – 3%	146	334 219,21	4 650 147,43
			16 717 632,14
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias – 3%	5	12 730,37	297 298,50
			297 298,50
Total			341 261 523,33

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

Benefícios em Formação	N.º de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	866	14 736,16	7 511,37
Pensões de Reforma – 3%	743	2 217,82	25 081,18
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	70 120	879 553,12	670 398,27
Capitais para Jovens – 3%	7 447	197 508,04	153 511,66
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	86	638,02	51,82
Capitais de Previdência	7 092	34 302 408,17	20 701 062,00
Subsídio por Morte	1 435	1 018 093,62	736 257,76
Pensões de Reforma – 6%	1 011	904 428,57	6 610 366,91
Pensões de Reforma – 4%	1 399	67 371,49	556 952,90
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	118	644,08	7 500,37
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	74	153 524,41	12 427,97
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	77	2 662,09	290,07
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	88 391	10 338 427,27	3 759 223,17
Capitais de Previdência a Prazo	131	134 862,30	114 434,88
Capitais para Jovens	7 808	2 458 551,10	2 164 465,29
Pensões para Deficientes	22	13 867,58	114 263,17
Capitais Temporários por Invalidez	108	59 538,81	4 646,27
Rendas de Sobrevivência	33	6 384,69	64 936,93
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	26	5 225,80	2 120,72
Capitais para Estudos	1 026	27 880,01	267 475,38
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 876	893 596,49	10 609 836,60
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 850,42	14 787,79
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	934,89	7 393,70
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	13 030,94	12 384,83
			46 617 381,01
Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	1	0,24	4,35
Capitais de Previdência	1 369	552 846,24	3 594 599,70
Pensões de Reforma – 6%	1 875	2 123 121,24	16 666 994,36
Pensões de Reforma – 4%	696	70 790,28	695 680,43
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	30	100,32	1 407,96
Capitais para Jovens	221	97 774,32	181 179,88
Pensões para Deficientes	3	278,52	3 882,92
Rendas de Sobrevivência	3	624,24	10 574,79
Capitais para Estudos	415	30 820,37	172 551,75
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	4 191,16
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	137	37 111,44	263 999,31
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	145	9 055,68	129 215,05
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	3	24,24	331,53
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 230	1 362 216,72	8 176 501,41
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	38	7 022,25	43 768,16
Total			29 944 882,76
Total			76 562 263,77

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Benefícios em curso	N.º Pensões	Import. anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência	31	461,64	4 102,23
Pensões de Sobrevivência e Dotes	274	3 076,80	12 041,94
Total			16 144,17

Em 31 de dezembro de 2012, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 341 261 523,33 euros, tendo-se registado um aumento de 13 340 378,58 euros em relação a 2011 (+4,1%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2012	31/12/2011	Variação anual
Benefícios em formação	273 309 004,74	263 831 674,42	9 477 330,32
Benefícios em curso	50 937 587,95	46 263 705,33	4 673 882,62
Rendas Vitalícias	16 717 632,14	17 825 765,00	-1 108 132,86
Rendas Temporárias	297 298,50	0,00	297 298,50
Total	341 261 523,33	327 921 144,75	13 340 378,58

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 875 008,65 euros, situando-se em 31 de dezembro de 2012 nos 76 562 263,77 euros (-3,6%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2012	31/12/2011	Variação anual
Benefícios em formação	46 617 381,01	49 510 840,04	-2 893 459,03
Benefícios em curso	29 944 882,76	29 926 432,38	18 450,38
Total	76 562 263,77	79 437 272,42	-2 875 008,65

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2012, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2012	31/12/2011	Variação anual
Benefícios em curso	16 144,17	17 962,90	-1 818,73
Total	16 144,17	17 962,90	-1 818,73

Em 31 de dezembro de 2012, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias atingiu os 417 839 931,27 euros, tendo registado um aumento de 10 463 551,20 euros durante o ano de 2012 (+2,6%).

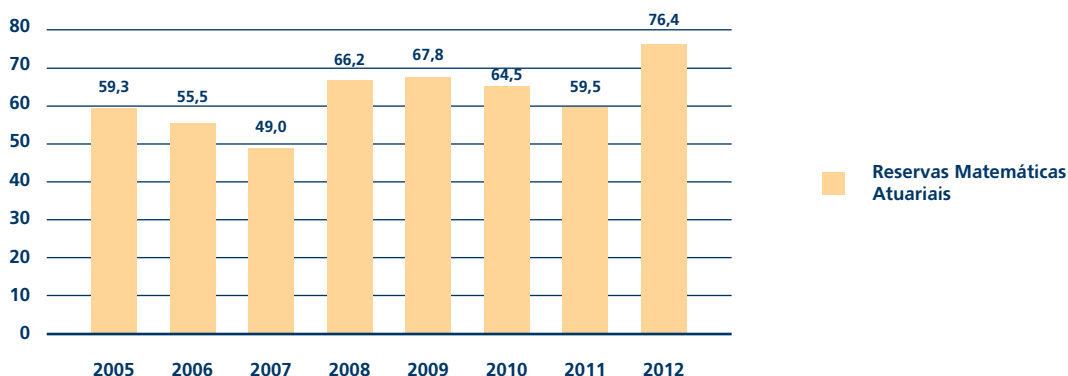
3.2. Reservas Matemáticas Atuariais

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 17 343 280,60 euros e libertou 473 245,20 euros da provisão adicional constituída. O valor acumulado da provisão adicional ascendeu a 76 398 343,42 euros em 31 de dezembro de 2012, ou seja, mais 16 870 035,40 euros do que em data homóloga.

O gráfico seguinte apresenta a evolução anual da provisão adicional que a AM tem vindo a constituir desde 2005.

PROVISÃO ADICIONAL DE RESERVAS MATEMÁTICAS

(milhões de euros)



Da sua análise constata-se que, após um período de sucessivas libertações de parte da provisão adicional constituída em 2005, que resultaram de sucessivas subidas das taxas de juro de longo prazo, as Reservas Matemáticas Atuariais foram reforçadas em 2008 e 2009, resultado, essencialmente, da descida das taxas de juro.

Refira-se que, até 2009 (inclusive), no teste anual de adequação das responsabilidades, era utilizada apenas uma taxa técnica de juro para todas as modalidades.

A partir de 2010, com a concordância dos Auditores Externos, foi adotada uma nova metodologia relativamente à taxa técnica de juro a utilizar, que resultou na aplicação de taxas diferentes, em função do prazo médio das responsabilidades associadas a cada modalidade.

Na tabela seguinte apresenta-se, por modalidade, os valores das Reservas Matemáticas Atuariais a 31 de dezembro de 2012, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2011.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31/12/2012

Modalidades	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2012	31/12/2011	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma – 6%	39 984 493,77	37 091 682,84		2 892 810,93
Pensões de Reforma – 4%	5 480 747,58	4 997 876,57		482 871,01
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	617 827,27	650 157,98	-32 330,71	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	10 243 792,60	2 727 761,83		7 516 030,77
Capitais de Previdência a Prazo	251 005,77	90 346,67		160 659,10
Capitais para Jovens	3 996 456,37	1 437 877,32		2 558 579,05
Pensões para Deficientes	67 881,47	16 084,61		51 796,86
Capitais para Estudos	1 113 891,69	399 116,01		714 775,68
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	17 390,58	15 414,64		1 975,94
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 754 339,37	2 250 107,27		504 232,10
Pensões de Sobrevivência e Dotes	7 458 791,35	5 014 881,16		2 443 910,19
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	64 710,03	49 317,13		15 392,90
Subsídio de Morte – Lutuosa Nacional	246,07			246,07
Rendas Vitalícias – 6%	344 798,43	425 957,61	-81 159,18	
Rendas Vitalícias – 4%	4 001 971,07	4 361 726,38	-359 755,31	
Total	76 398 343,42	59 528 308,02	-473 245,20	17 343 280,60

Em 2012, a AM constituiu um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais no montante de 17 343 280,60 euros, destacando-se o reforço de 7 516 030,77 euros na modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção.

De destacar também as modalidades Pensões de Reforma (6%), Capitais para Jovens e Pensões de Sobrevivência e Dotes que registaram um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais, no valor de 2 892 810,93 euros, 2 558 579,05 euros e 2 443 910,19 euros, respetivamente.

O reforço registado nestas modalidades resultou, fundamentalmente, da descida das taxas técnicas de juro utilizadas no teste de adequação das responsabilidades. Na modalidade Pensões de Reforma (6%), o reforço de Reservas Matemáticas Atuariais resultou também da correção da mortalidade das pensões que passaram da fase de formação para curso durante o ano.

Já na modalidade Pensões de Reforma (4% TV88/90) foi possível proceder à libertação de 32 330,71 euros. Esta libertação deveu-se, essencialmente, ao facto de não ter sido necessário corrigir a mortalidade das pensões desta modalidade com início em 2012.

Também nas Rendas Vitalícias (6% e 4%) se verificou uma libertação de Reservas Matemáticas Atuariais de 440 914,49 euros, resultado, essencialmente, da manutenção da taxa técnica de juro utilizada no teste de adequação das responsabilidades e do facto de nas Rendas Vitalícias apenas existirem benefícios em curso.

Globalmente, o teste de adequação das responsabilidades originou um reforço, em termos líquidos, de 16 870 035,40 euros.

Relativamente às modalidades atuariais com dívida ao Fundo de Reserva Geral, as modalidades Pensões de Reforma (4% TV88/90) e Pensões de Capitais de Reforma (6%), bem como as Rendas Vitalícias (6% e 4%) conseguiram repor parte dos valores em dívida a 31 de dezembro de 2011.

Por outro lado, as modalidades Pensões de Reforma (6%), Pensões de Reforma (4%) e Pensões de Capitais de Reforma (4%) agravaram a sua dívida à Reserva Geral por via da cobertura do saldo negativo do Fundo Disponível. Também as modalidades Capitais para Estudos e Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas utilizaram valores do Fundo de Reserva Geral.

No final de 2012, a dívida total das modalidades atuariais ao Fundo de Reserva Geral situava-se nos 24 687 075,44 euros.

MODALIDADES ATUARIAIS – DÍVIDA À RESERVA GERAL POR MODALIDADE (31/12/2012)

(euros)

Modalidades/Rendas Vitalícias	Dívida Acumulada à Reserva Geral		
	31/12/2012	31/12/2011	Variação anual
Pensões de Reforma – 6%	11 196 100,33	10 489 183,76	706 916,57
Pensões de Reforma – 4%	3 473 499,90	3 071 827,74	401 672,16
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	1 883 049,95	1 941 658,01	-58 608,06
Capitais para Estudo	107 359,02		107 359,02
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	19 269,23	20 780,09	-1 510,86
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	1 910 409,55	1 460 239,13	450 170,42
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	1 423,74		1 423,74
Rendas Vitalícias – 6%	684 053,48	791 243,29	-107 189,81
Rendas Vitalícias – 4%	5 411 910,24	5 725 037,00	-313 126,76
Total	24 687 075,44	23 499 969,02	1 187 106,42

3.3. Total das Reservas Matemáticas

No final de 2012, o total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 494 238 274,69 euros, ou seja, mais 27 333 586,60 euros (+5,9%) do que em 2011.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2012 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	631 750,21		631 750,21
Pensões de Reforma – 3%	3 131 490,28		3 131 490,28
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	386 712,84		386 712,84
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	75 925 166,62		75 925 166,62
Capitais para Jovens – 3%	14 721 871,09		14 721 871,09
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	4 214,59		4 214,59
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	5 802 739,12		5 802 739,12
Pensões de Poupança Reforma – 3%	85 802,42		85 802,42
Total	100 689 747,17		100 689 747,17

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2012 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA

Modalidades de subscrição fechada	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 617 369,51		36 617 369,51
Subsídio por Morte	1 649 959,73		1 649 959,73
Pensões de Reforma – 6%	67 516 854,04	39 984 493,77	107 501 347,81
Pensões de Reforma – 4%	21 181 339,16	5 480 747,58	26 662 086,74
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	13 259 070,71	617 827,27	13 876 897,98
Restituição de Quotas – 6%	581 573,05		581 573,05
Restituição de Quotas – 4%	1 687 869,16		1 687 869,16
Adicional de Invalidez – 6%	55 118,01		55 118,01
Adicional de Invalidez – 4%	11 589,94		11 589,94
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	95 232 962,89	10 243 792,60	105 476 755,49
Capitais de Previdência a Prazo	1 366 636,55	251 005,77	1 617 642,32
Capitais para Jovens	30 796 131,41	3 996 456,37	34 792 587,78
Pensões para Deficientes	560 253,64	67 881,47	628 135,11
Capitais Temporários por Invalidez	24 311,62		24 311,62
Rendas de Sobrevivência	838 568,11		838 568,11
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	40 802,12		40 802,12
Capitais para Estudos	6 247 087,38	1 113 891,69	7 360 979,07
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	12 512,31	17 390,58	29 902,89
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 998 083,62	2 754 339,37	5 752 422,99
Pensões de Sobrevivência e Dotes	19 364 861,01	7 458 791,35	26 823 652,36
Capitais de Previdência Favor de Pessoas Certas	18 705,04		18 705,04
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	56 158,97	64 710,03	120 869,00
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	17 435,48	246,07	17 681,55
Total	300 135 253,46	72 051 573,92	372 186 827,38

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2012 – RENDAS VITALÍCIAS

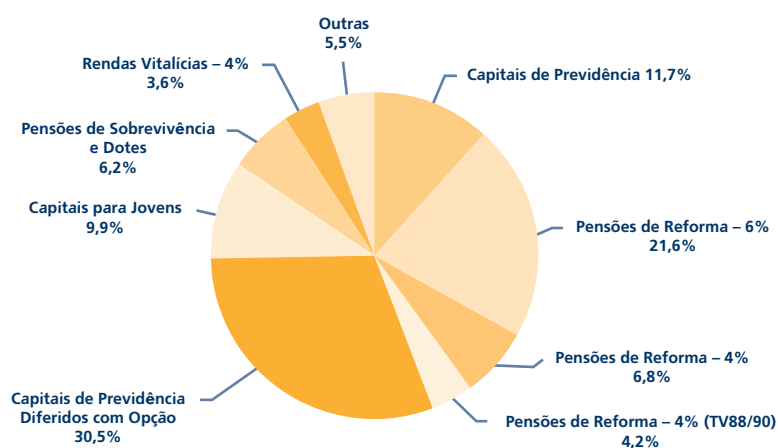
Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	690 946,39	344 798,43	1 035 744,82
Rendas Vitalícias – 4%	11 376 538,32	4 001 971,07	15 378 509,39
Rendas Vitalícias – 3%	4 650 147,43		4 650 147,43
Total	16 717 632,14	4 346 769,50	21 064 401,64

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2012 – RENDAS TEMPORÁRIAS

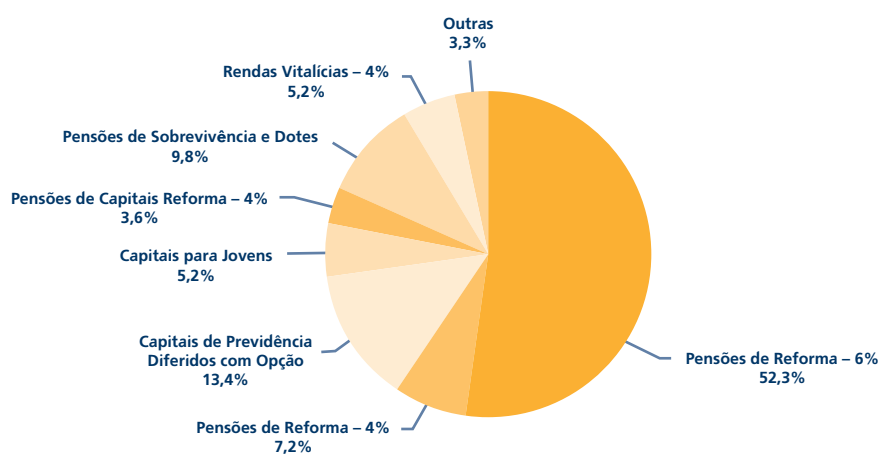
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias – 3%	297 298,50		297 298,50
Total	297 298,50		297 298,50

Nos gráficos seguintes, é possível constatar que, em 31 de dezembro de 2012, as reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) das modalidades e rendas vitalícias encerradas a novas subscrições estavam concentradas num grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o peso de 52,3% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) detém no total das Reservas Matemáticas Atuariais (i.e. provisão adicional de reservas matemáticas, decorrente do teste anual de adequação das responsabilidades), quando comparado com os 21,6% que representa no total das Reservas Matemáticas Estatutárias das modalidades encerradas a novas subscrições.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DA AM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Atuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais atualizados, tendo-se procedido ao reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

No seu conjunto, o montante de responsabilidades da AM está integralmente coberto pelo volume do ativo líquido, pelo que a AM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2013

A Atuária,

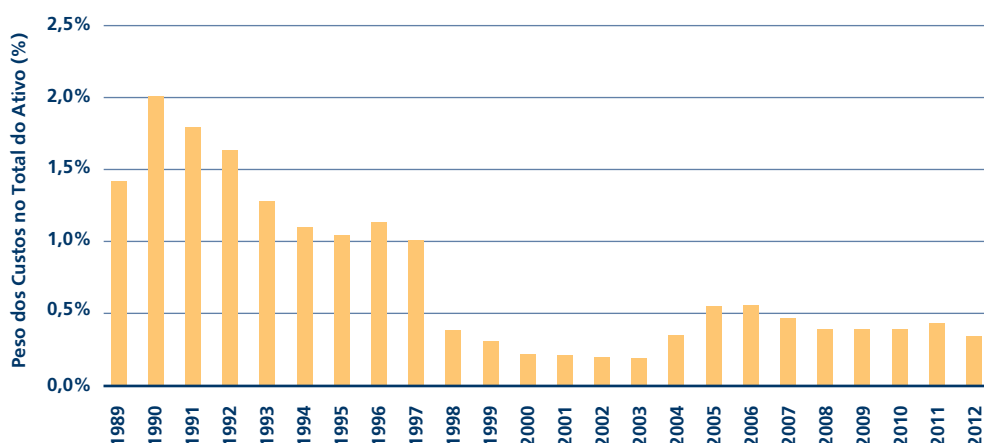
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

15.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

Em 2012, a Associação Mutualista suportou cerca de 11,452 M€ de custos administrativos e outros custos operacionais no desenrolar da sua atividade, que compara com 12,333 M€ registados no ano anterior. Aquele valor representa cerca de 0,35% do volume de Ativo Líquido, em 31 de Dezembro de 2012, ligeiramente abaixo do valor observado em 2011 (0,43%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS E OUTROS ENCARGOS OPERACIONAIS NO TOTAL DO ATIVO (VALORES DE FINAL DE ANO)



A componente de custos administrativos e de outros custos operacionais é composta pelos seguintes valores:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 9,992 M€ (3,534 M€ em 2011);
- Custos com Pessoal (CP) – 0,0 M€ (6,675 M€ em 2011)
(em 2012, o valor correspondente à rubrica de custos com o pessoal encontra-se refletido em Fornecimentos e Serviços Externos, na rubrica de «Custos com Cedência de Pessoal», no valor de 5,438 M€, na sequência da reclassificação contabilística efetuada);
- Outros Custos Diversos (OCD) – 1,460 M€ (2,124 M€ em 2011).

Pela sua natureza e especificidade, alguns destes custos são considerados custos próprios das modalidades e rendas e, por conseguinte, suportados pelas respetivas contas de exploração (3,366 M€ em 2012 e 3,439 M€ em 2011); por outro lado, existem também outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns às modalidades e rendas (8,086 M€ em 2011 e 8,871 M€ em 2011). Estes custos são imputados a cada uma delas com base nos seguintes critérios:

- Custos Gerais – 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho – calculados com base no valor dos encargos com o pessoal e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho pelas diferentes modalidades e rendas, agruparam-se as seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (CRPC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar/Capitais de Reforma; Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência (Atuariais) – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção da Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos (GPE).

Os Custos Gerais e os Custos com Trabalho, relativos aos exercícios de 2011 e 2012, foram os seguintes:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador	Fundo Permanente (€)			Custos Gerais (€)			
		CRPC	Capitalização	Atuariais	CRPC	Capitalização	Atuariais	Total
2010	0,10%	334 000 000	1 531 000 000	522 000 000	334 000	1 531 000	522 000	2 387 000
2011	0,10%	539 000 000	1 409 000 000	504 000 000	539 000	1 409 000	504 000	2 452 000
2012	0,10%	958 000 000	1 340 000 000	644 000 000	958 000	1 340 000	644 000	2 942 000

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custos Trabalho	Consumo Trabalho (% do Total)				Custos Trabalho (€)			
		CRPC	Capitalização	Atuariais	Outros	CRPC	Capitalização	Atuariais	Outros
2010	6 715 000	7,46%	45,60%	40,80%	6,14%	501 000	3 062 000	2 740 000	412 000
2011	6 419 000	10,70%	50,57%	31,28%	7,45%	687 000	3 246 000	2 008 000	478 000
2012	5 144 000	35,46%	45,91%	8,18%	10,45%	1 824 000	2 362 000	421 000	537 000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades é apurada com base na informação recolhida junto dos próprios serviços, diretamente envolvidos na gestão operacional dos processos. Por conseguinte, estes valores devem ser encarados como uma estimativa aproximada.

Refira-se, também, que: (i) no ano de 2010, a percentagem de consumo de trabalho afeto às Modalidades Atuariais justifica-se pela análise, então, realizada à sustentabilidade destas modalidades, a qual contou também com o apoio de consultores externos (Mercer); (ii) em 2011, o acréscimo do consumo de trabalho, verificado na Modalidade de Capitais de Reforma com Prazo Certo e nas outras Modalidades de Capitalização, decorre do elevado volume de reembolsos verificado ao longo do ano; (iii) em 2012, o comportamento do consumo de trabalho, em virtude das muitas séries já emitidas e do consequente aumento do número de reembolsos e processos associados, assume particular enfoque na gestão operacional da Modalidade de Capitais de Reforma com Prazo Certo.

TABELA 3 – TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (CUSTO GERAIS E CUSTOS DO TRABALHO)

(euros)

Ano	CRPC	Capitalização	Atuariais	GPE	Total
2010	835 000	4 593 000	3 262 000	429 000	9 119 000
2011	1 226 000	4 655 000	2 512 000	478 000	8 871 000
2012	2 782 000	3 702 000	1 065 000	537 000	8 086 000

No seguimento da segregação patrimonial das Modalidades, iniciada no ano de 2008, a cobertura dos custos administrativos e operacionais, comuns às várias modalidades e rendas da Associação Mutualista, passou a ser efetuada através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do Saldo médio do Fundo Permanente de cada modalidade e renda). Esta disposição está de acordo com o disposto no respetivo regulamento de benefícios das modalidades e rendas.

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	CRPC	Capitalização	Atuariais	GPE
2010	0,250%	0,300%	0,625%	1,000%
2011	0,250%	0,315%	0,475%	1,000%
2012	[0,25%-0,40]	0,280%	0,200%	1,000%

Notas:

i) Dada a natureza e particularidade da modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos (por exemplo, de não distribuir melhorias de benefícios), considera-se prudente e razoável continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

ii) A partir do ano de 2012, em função do volume de capitais recebidos nas várias séries da modalidade Montepio Capital Certo, decidiu-se aumentar a comparticipação destas modalidades para o fundo de administração tendo em conta o contexto financeiro em que ocorreram as respetivas coberturas de responsabilidades.

15.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

DESIGNAÇÃO	Pensões de Reforma 4%	Pensões de Reforma 4% TV 88/90	Pensões de Reforma 6%	Pensões de Reforma 3%	P. R. – Restituição de Quotas 4%	P. R. – Restituição de Quotas TV 88/90 4%	P. R. – Restituição de Quotas 6%
Proveitos Inerentes a Associados				964			
Jóias							
Quotizações				964			
Capitais Recebidos							
Rendas Vitalícias							
Outros Proveitos Inerentes a Associados							
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>							
Rendas Temporárias							
Custos Inerentes a Associados	(1 555)	(578)	(6 116)	(239)	(67)	(33)	(45)
Prestações	(744)	(152)	(3 123)				
Capitais Vencidos							
Subvenções e Melhorias de Benefícios	(69)	()	(2 086)				
Rendas Vitalícias							
Outros Custos Inerentes a Associados	(742)	(426)	(907)	(239)	(67)	(33)	(45)
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>	(53)	(28)	(210)	(6)	(5)	(3)	(5)
Rendas Temporárias							
1. Margem de Atividade Associativa	(1 555)	(578)	(6 116)	724	(67)	(33)	(45)
Redução Provisões Matemáticas	2 198	1 729	6 539	280	161	80	120
Aumento de Provisões Matemáticas	(2 183)	(1 670)	(8 127)	(1 076)	(2)	(2)	(2)
2. Variação de Provisões Técnicas	15	59	(1 588)	(796)	159	78	119
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	143	56	409	7	20	12	23
Outros Rendimentos e Gastos	92	146	1 444	58	25	19	36
Outros Gastos e Perdas	(13)	(13)	(133)	(5)	(2)	(2)	(3)
4. Outros Resultados de Exploração	79	133	1 310	52	22	17	32
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	618	390	4 531	55	46	20	42
6. Custos e Perdas de Financiamento		(1)	(14)	(4)	()		(1)
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor		1	232				
8. Resultados de Ativos Financeiros	326	45	962	9			(13)
9. Encargos Administrativos	(2)	(2)	(19)	()	()	()	()
Fornecimentos e Serviços Externos	(2)	(2)	(19)	()	()	()	()
Custos com o Pessoal							
10. Gastos de Depreciação e Amortização	(21)	(33)	(324)	(13)	6	(4)	(8)
11. Provisões do Exercício	()	()	(3)	()	()	()	()
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(5)	(9)	(86)	(3)	(1)	(1)	(2)
Outros Ativos	(5)	(9)	(86)	(3)	(1)	(1)	(2)
Ativos Financeiros							
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(402)	62	(707)	31	173	87	147

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

P. R. – Restituição de Quotas 3%	P. R. – Adicional de Invalidez 4%	P. R. – Adicional de Invalidez 4% TV 88/90	P. R. – Adicional de Invalidez 6%	Pensão p/ Deficientes	Pensão Sobrevivência e Dotes	Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	Rendas Sobrevivência	Capitais de Previdência 4%	Capitais de Previdência 3%
124				24	8		35	636	173
124				24	8		35	636	172
(1)	()	()	11	(4)	(1 481)	(7)	(12)	(1 629)	(17)
			(2)	(2)	(35)	(1)	(9)	(184)	()
			()	()	()	(6)	(1)	(86)	()
			()	()	(1 384)	()	(1)	(768)	()
(1)	()	()	(8)	(2)	(61)	()	(2)	(592)	(17)
1	()	()	()	(2)	(55)	()	(2)	(98)	(1)
123	()	()	11	20	(1 472)	(7)	2	(993)	156
45			10	9	1 067	4	3	1 941	35
(129)	()	()	(1)	(90)	(3 247)	(15)	(34)	(1 905)	(160)
(84)			9	(81)	(2 179)	(12)	(31)	36	(125)
2			2	5	229	1	7	405	2
()		1	4	13	222	1	23	339	17
		()	()	(1)	(20)	()	(2)	(31)	(2)
.		1	3	11	201	1	20	308	16
8	1		2	10	405	3	7	786	11
()				()			()	()	()
			2		157			1	
5			(3)		87			(64)	3
()		()	()	()	(4)	()	()	(3)	()
()		()	()	()	(4)	()	()	(3)	()
()		()	(1)	(3)	(50)	()	(5)	(76)	(4)
()		()	()	()	(1)	()	()	(1)	()
()		()	()	(1)	(13)	()	(1)	(20)	()
()		()	()	(1)	(13)	()	(1)	(20)	(1)
55	2		4	(37)	(2 639)	(15)	19	377	57

DESIGNAÇÃO	Capitais Diferidos c/ Opção 4%	Capitais Diferidos c/ Opção 3%	Capitais Previdencia a Prazo	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens 4%	Capitais p/ Jovens 3%	Capitais Diferidos Cobertura Adicional
Proveitos Inerentes a Associados	23 827	29 438	50		2 070	3 891	9
Jóias							
Quotizações	23 822	29 432	50		2 069	3 891	9
Capitais Recebidos							
Rendas Vitalícias							
Outros Proveitos Inerentes a Associados	5	7			1	1	
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>							
Rendas Temporárias							
Custos Inerentes a Associados	(36 359)	(12 194)	(193)	()	(5 156)	(149)	(16)
Prestações					(364)		
Capitais Vencidos	(32 411)	(9 823)	(107)		(3 826)	(91)	(16)
Subvenções e Melhorias de Benefícios	(1 395)	(100)	(32)		(752)	(3)	()
Rendas Vitalícias							
Outros Custos Inerentes a Associados	(2 552)	(2 271)	(55)	()	(215)	(55)	()
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>	(254)	(138)	(5)	()	(85)	(25)	()
Rendas Temporárias							
1. Margem de Atividade Associativa	(12 532)	17 244	(143)		(3 086)	3 743	(7)
Redução Provisões Matemáticas	36 203	13 050	196		5 413	199	16
Aumento de Provisões Matemáticas	(34 797)	(31 111)	(264)	()	(6 065)	(4 237)	(9)
2. Variação de Provisões Técnicas	1 406	(18 061)	(68)	()	(652)	(4 038)	7
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	1 092	209	16		374	33	
Outros Rendimentos e Gastos	803	717	50		499	114	1
Outros Gastos e Perdas	(74)	(66)	(5)		(40)	(11)	()
4. Outros Resultados de Exploração	729	651	45		459	104	1
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	1 934	1 445	29	1	672	310	2
6. Custos e Perdas de Financiamento	(16)	(49)			(1)	(4)	
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor	1	75				2	
8. Resultados de Ativos Financeiros	573	157			57		()
9. Encargos Administrativos	(10)	(7)	()		(4)	(1)	()
Fornecimentos e Serviços Externos	(10)	(7)	()		(4)	(1)	()
Custos com o Pessoal							
10. Gastos de Depreciação e Amortização	(180)	(161)	(11)		(97)	(26)	()
11. Provisões do Exercício	(2)	(2)	()		(1)	()	()
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(48)	(43)	(3)		(26)	(7)	()
Outros Ativos	(48)	(43)	(3)		(26)	(7)	()
Ativos Financeiros							
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7 052)	1 459	(136)	1	(2 304)	115	2

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais p/ Estudos	Capitais Temporários Invalidez 4%	Capitais Temporários Invalidez 3%	Subsídio p/ Morte	Subsídio p/ Morte Lutuosa Nacional	Pensões de Capitais de Reforma 4%	Pensões de Capitais de Reforma 6%	Pensões de Capitais de Reforma 3%	Pensões de Poupança de Reforma 3%	Rendas Certas /Pensão Modalidades Coletivas	Rendas Temporárias
391	4	1	22				1 261	59	2	304
390	4	1	22				1 261	59	2	
(540)	(22)	()	(52)	(1)	(392)	(3)	(370)	(4)	(16)	304
(415)	(18)		(26)		(343)	(2)	(351)	(4)	(16)	(13)
(66)	(3)		(17)		(38)	(1)	(8)	()		
(59)	(1)	()	(10)	()	(11)	()	(11)	()	()	()
(15)	(1)	()	(5)	()	(11)	()	(11)	()	()	()
										(13)
(150)	(18)	1	(30)	()	(392)	(3)	891	55	(14)	291
1 114	3		238		230	1	684	2	11	8
(1 906)	(1)	(1)	(243)	()	(504)	(2)	(1 729)	(59)	(2)	(305)
(792)	2	(1)	(5)	()	(274)	(1)	(1 045)	(57)	10	(297)
58	2		18		29		7			
36	4		26	1	33		62		8	
(3)	()		(2)	()	(3)		(6)		(1)	
33	4		23		30		57		7	
125	6		31	1	125	1	129	1	1	7
							(3)			()
	4					8	2	2		
2					42	(3)	8			
()	()		()	()	()	()	(1)		()	()
()	()		()	()	()	()	(1)		()	()
(8)	(1)		(6)	()	(7)		(14)		(2)	
()	()		()	()	()		()		()	
(2)	()		(2)	()	(2)		(4)		()	
(2)	()		(2)	()	(2)		(4)		()	
(735)	(1)	1	30	1	(450)	2	27	1	2	1

DESIGNAÇÃO	Rendas Vitalícias 4%	Rendas Vitalícias 6%	Rendas Vitalícias 3%	Subtotal	Fundo Montepio Egitanense	Garantia Pagamentos Encargos – 1988	Garantia Pagamentos Encargos – I	Garantia Pagamentos Encargos – II	Subtotal
Proveitos Inerentes a Associados			267	63 559	2	17 526	4 977	4	22 509
Jóias									
Quotizações				61 653	2	17 526	4 977	4	22 509
Capitais Recebidos				1 322					
Rendas Vitalícias			267	267					
Outros Proveitos Inerentes a Associados				13					
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>									
Rendas Temporárias				304					
Custos Inerentes a Associados	(1 948)	(197)	(344)	(69 760)		(7 993)	(1 911)	(4)	(9 908)
Prestações				(5 330)					
Capitais Vencidos				(46 821)					
Subvenções e Melhorias de Benefícios				(6 728)					
Rendas Vitalícias	(1 915)	(194)	(334)	(2 444)					
Outros Custos Inerentes a Associados	(32)	(2)	(10)	(8 425)		(7 993)	(1 911)	(4)	(9 908)
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>	(32)	(2)	(10)	(1 063)		(487)	(50)	()	(537)
Rendas Temporárias				(13)					
1. Margem de Atividade Associativa	(1 948)	(197)	(77)	(6 201)	2	9 533	3 066	()	12 601
Redução Provisões Matemáticas	1 399	257	222	73 467					
Aumento de Provisões Matemáticas		(10)	(279)	(100 166)					
2. Variação de Provisões Técnicas	1 399	247	(57)	(26 699)					
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	80	1	17	3 260	3	348	64		415
Outros Rendimentos e Gastos	253	13	73	5 130	5				5
Outros Gastos e Perdas	(23)	(1)	(6)	(471)	()	(31)			(31)
4. Outros Resultados de Exploração	229	12	67	4 659	4	(31)			(26)
5. Juros, Dividendos e Out. Rend. Similares	338	50	88	12 232	1	351	52	1	369
6. Custos e Perdas de Financiamento	(1)	(1)	(5)	(101)					
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor	34		2	523		223			223
8. Resultados de Ativos Financeiros	273	3	8	2 477		33			33
9. Encargos Administrativos	(4)	()	(1)	(61)	(29)	(4)	(131)		(164)
Fornecimentos e Serviços Externos	(4)	()	(1)	(61)	(29)	(4)	(131)		(164)
Custos com o Pessoal									
10. Gastos de Depreciação e Amortização	(57)	(3)	(15)	(1 134)	(1)				(1)
11. Provisões do Exercício	(1)	()	()	(11)	()	(13)			(13)
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(15)	(1)	(4)	(302)		(556)			(556)
Outros Ativos	(15)	(1)	(4)	(302)	()	(546)			(546)
Ativos Financeiros						(10)			(10)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	330	113	24	(11 357)	(19)	9 848	3 051	1	12 881

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais de Reforma	Capitais de Garantia	Benefícios Solidarietà Associativa	Poupança Reforma	Modalidades Coletivas	Capitais Reforma Prazo Certo	Invalidez Modalidades Coletivas	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
107 954	110	8 410	4 538	609	539 219	1		8 610 524		755 519 524
	110	8 409				1				92 681
106 163			4 493	609	538 436					651 023
										267
1 790		2	45		784			8 086		10 720
								8 086		8 086
										304
(205 724)	(4)	(1 332)	(5 639)	(1 120)	(46 915)	()				(340 402)
										(5 330)
(201 926)	(2)	(127)	(5 427)	(1 096)	(43 668)					(299 068)
										(6 728)
										(2 444)
(3 796)	(2)	(1 206)	(212)	(24)	(3 247)	()				(26 820)
(3 475)	(2)		(204)	(22)	(2 783)					8 086
										(13)
(97 770)	107	7 078	(1 102)	(511)	492 304	1		8 610		415 117
201 926			5 427	1 096	43 668					325 585
(109 469)			(4 718)	(632)	(559 159)					(774 144)
92 457			710	464	(515 491)					(448 559)
11 414	6	536	622	7			9		2 097	18 366
17 824		348	572	70			13		1 207	25 168
(1 665)		(2 379)	(53)	(6)			(1)	(56)	(110)	(4 772)
16 159		(2 031)	519	64			12	(56)	1 097	20 396
9 062	17	247	1 164	258	27 586		3	45	1 706	52 690
(12)	(1)	(2)	(22)	(7)	(3)				(1 218)	(1 365)
1 239					764				241	2 991
22 630		12	173	28	(64)				(1)	25 287
(177)		(1 043)	(7)	(1)	(1)		()	(8 526)	(11)	(9 992)
(177)		(1 043)	(7)	(1)	(1)		()	(8 526)	(11)	(9 992)
(3 982)		(77)	(128)	(15)			(3)		(267)	(5 607)
(40)		(1)	(1)	()			()		(3)	(69)
(4 618)		(21)	(72)	(4)			(1)		(3 330)	(8 904)
(3 583)		(21)	(34)	(4)			(1)		(3 272)	(7 763)
(1 035)			(38)						(58)	(1 141)
46 363	129	4 697	1 856	282	5 095	1	21	73	310	60 351

15.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Atuariais Abertas					
Capitais de Previdência	57 183			2 859	
Capitais Diferidos c/ Opção	1 458 572			72 929	
Capitais p/ Jovens	115 325			5 766	
Pensão de Reforma	31 455			1 573	
P. R. – Restituição de Quotas	55 261			2 763	
Pensões de Capitais de Reforma	27 031			1 352	
Pensões de Poupança de Reforma	671			34	
Capitais Temporários Invalidez	747			37	
Capitais Garantia	129 091			6 455	
Invalidez Modalidades Coletivas	1 118			56	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 536			77	
Rendas Temporárias	1 010			51	
TOTAL	1 879 000			93 952	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Atuariais Abertas				
Capitais de Previdência	54 324	3 118	51 206	
Capitais Diferidos c/ Opção	1 385 643	302 465	1 083 178	
Capitais p/ Jovens	109 559	63 032	46 527	
Pensão de Reforma	29 882	15 366	14 516	
P. R. - Restituição de Quotas	52 498	0	52 498	
Pensões de Capitais de Reforma	25 679	24 401	1 278	
Pensões de Poupança de Reforma	637	307	330	
Capitais Temporários Invalidez	710	21	689	
Capitais Garantia	122 636	0	122 636	
Invalidez Modalidades Coletivas	1 062	0	1 062	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 459	0	1 459	
Rendas Temporárias	959	0	959	
TOTAL	1 785 048	408 710	1 376 338	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2012	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Atuariais Abertas			
Capitais de Previdência	51 206	85 193	136 399
Capitais Diferidos c/ Opção	1 083 178	1 755 025	2 838 203
Capitais p/ Jovens	46 527	108 446	154 973
Pensão de Reforma	14 516	30 062	44 578
P. R. - Restituição de Quotas	52 498	20 296	72 794
Pensões de Capitais de Reforma	1 278	113 911	115 189
Pensões de Poupança de Reforma	330	72	402
Capitais Temporários Invalidez	689	1 527	2 216
Capitais Garantia	122 636	818 602	941 238
Invalidez Modalidades Coletivas	1 062	15 158	16 220
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 459	3 540	4 999
Rendas Temporárias	959	0	959
TOTAL	1 376 338	2 951 832	4 328 170

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Atuariais Encerradas					
<u>Taxa Técnica – 6%</u>					
Pensão de Reforma	(706 917)				(706 917)
P. R. – Restituição de Quotas	146 670			7 333	
P. R. – Adicional de Invalidez	3 786			189	
Pensões de Capitais de Reforma	1 590			1 590	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>					
Pensão de Reforma	(401 672)				(401 672)
Pensão de Reforma (TV 88/90)	61 693			61 693	
P. R. – Restituição de Quotas	173 346			8 667	
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	87 478			4 374	
P. R. – Adicional de Invalidez	1 500			75	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	465			23	
Pensões de Capitais de Reforma	(450 170)				(450 170)
Capitais de Previdência	376 519			18 827	
Capitais Diferidos c/ Opção	(7 051 907)		(7 051 907)		
Capitais p/ Jovens	(2 304 295)		(2 304 295)		
Capitais p/ Estudos	(734 611)		(627 252)		(107 359)
Subsídio p/ Morte	29 647			1 482	
Capitais Previdência a Prazo	(135 774)		(135 774)		
Pensão Sobrevivência e Dotes	(2 639 200)		(2 639 200)		
Pensão p/ Deficientes	(37 307)		(37 307)		
Capitais Temporários Invalidez	(1 336)		(1 336)		
Rendas Sobrevivência	19 380			970	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	2 081			104	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	634			32	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(14 555)		(13 131)		(1 424)
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	862			44	
TOTAL	(13 572 093)		(12 810 202)	105 403	(1 667 542)

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Atuariais Encerradas				
<u>Taxa Técnica – 6%</u>				
Pensão de Reforma			0	
P. R. – Restituição de Quotas	139 336		139 336	
P. R. – Adicional de Invalidez	3 596		3 596	
Pensões de Capitais de Reforma			0	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>				
Pensão de Reforma			0	
Pensão de Reforma (TV 88/90)			0	
P. R. – Restituição de Quotas	164 679		164 679	
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	83 104		83 104	
P. R. – Adicional de Invalidez	1 425		1 425	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	441		441	
Pensões de Capitais de Reforma			0	
Capitais de Previdência	357 693		357 693	
Capitais Diferidos c/ Opção			0	
Capitais p/ Jovens			0	
Capitais p/ Estudos			0	
Subsídio p/ Morte	28 165		28 165	
Capitais Previdência a Prazo			0	
Pensão Sobrevivência e Dotes			0	
Pensão p/ Deficientes			0	
Capitais Temporários Invalidez			0	
Rendas Sobrevivência	18 411		18 411	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1 977		1 977	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	602		602	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0		0	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	819		819	
TOTAL	800 248	0	800 248	

(euros)			
DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2012	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Atuariais Encerradas			
<u>Taxa Técnica – 6%</u>			
Pensão de Reforma	0	0	0
P. R. – Restituição de Quotas	139 336	1 913 185	2 052 521
P. R. – Adicional de Invalidez	3 596	168 939	172 535
Pensões de Capitais de Reforma			0
<u>Taxa Técnica – 4%</u>			
Pensão de Reforma			0
Pensão de Reforma (TV 88/90)			0
P. R. – Restituição de Quotas	164 6791	635 284	1 799 963
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	83 104	799 049	882 153
P. R. – Adicional de Invalidez	1 425	36 593	38 018
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	441	2 507	2 948
Pensões de Capitais de Reforma			0
Capitais de Previdência	357 693	12 296 955	12 654 648
Capitais Diferidos c/ Opção	(7 051 907)	24 823 847	17 771 940
Capitais p/ Jovens	(2 304 295)	9 331 941	7 027 646
Capitais p/ Estudos	(627 252)	627 252	0
Subsídio p/ Morte	28 165	791 290	819 455
Capitais Previdência a Prazo	(135 774)	909 250	773 476
Pensão Sobrevivência e Dotes	(2 639 200)	3 391 137	751 937
Pensão p/ Deficientes	(37 307)	196 474	159 167
Capitais Temporários Invalidez	(1 336)	311 568	310 232
Rendas Sobrevivência	18 411	88 872	107 283
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1 977	26 141	28 118
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	602	7 281	7 883
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(13 131)	13 131	0
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	819	17 483	18 302
TOTAL	(12 009 954)	57 388 179	45 378 225

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS

(euros)					
DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	112 831			112 832	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	329 607			329 607	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	23 750			1 187	
TOTAL	466 188			443 626	0
(euros)					
DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Atualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada			0		
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada			0		
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	22 562	21 358	1 204		
TOTAL	22 562	21 358	1 204		
(euros)					
DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2012	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)		
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada			0		
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada			0		
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	1 204	223 248	224 453		
TOTAL	1 204	223 248	224 453		

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização					
Poupança Reforma	1 856 180			92 809	
Capitais de Reforma	46 363 248			2 318 162	
Modalidade Coletivas	281 518			14 076	
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	5 095 016		(420 463)	1 049 580	
TOTAL	53 595 962		(420 463)	3 474 627	0

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Poupança Reforma	1 763 371	2 430 830		(667 459)
Capitais de Reforma	44 045 085	35 759 895		8 285 190
Modalidade Coletivas	267 442	258 023		9 419
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	4 465 898		4 465 898	
TOTAL	50 541 796	38 448 748	4 465 898	7 627 150

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2012	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Poupança Reforma ⁽¹⁾	(667 459)	322 141	(345 318)
Capitais de Reforma	8 285 190	23 659 013	31 944 203
Modalidade Coletivas	9 419	0	9 419
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC) ⁽²⁾	4 045 435	6 675 452	10 720 887
TOTAL	11 672 585	30 656 606	42 329 191

(1) Este défice será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da Modalidade de Capitais de Reforma.

(2) Ao longo de 2012, venceram-se as primeiras Séries desta Modalidade, emitidas em 2007. Foram três as Séries vencidas, pelo que a verba acumulada em Excedentes Técnicos foi reduzida na proporção dos montantes que foram atribuídos aos associados (Capital e Juro).

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades Atuariais, a Atualização das Rendas Vitalícias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 5 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)								
DESIGNAÇÃO	Melhorias 2006		Melhorias 2007		Melhorias 2008			
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo		
Modalidades Atuariais Abertas								
<u>Taxa Técnica – 3%</u>								
Capitais de Previdência	–		–		1,00%	9		
Capitais Diferidos c/ Opção	–		–		1,00%	32 371		
Capitais p/ Jovens	–		–		1,00%	4 416		
Pensão de Reforma	–		–		1,00%	1 155		
Pensões de Capitais de Reforma	0	229	0	11 373	1,00%	23 665		
Pensões de Poupança de Reforma	–		–		–	–		
Capitais Temporários Invalidez	–		–		1,00%	2		
(Custo em euros)								
DESIGNAÇÃO	Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011		Melhorias 2012	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais Abertas								
<u>Taxa Técnica – 3%</u>								
Capitais de Previdência	1,00%	146	1,00%	3 182	1,00%	4 502	0,50%	3 118
Capitais Diferidos c/ Opção	1,00%	113 135	1,00%	240 255	1,00%	440 737	0,50%	302 465
Capitais p/ Jovens	1,00%	19 435	1,00%	46 878	1,00%	83 441	0,50%	63 032
Pensão de Reforma	1,00%	3 751	1,00%	9 227	1,00%	14 734	0,50%	15 366
Pensões de Capitais de Reforma	1,00%	31 411	1,00%	36 654	1,00%	40 696	0,50%	24 401
Pensões de Poupança de Reforma	–	–	1,00%	67	1,00%	279	0,50%	307
Capitais Temporários Invalidez	1,00%	5	1,00%	18	1,00%	33	0,50%	21

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2006		Melhorias 2007		Melhorias 2008	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais Encerradas						
<u>Taxa Técnica – 6%</u>						
Pensão de Reforma	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–	903	–		–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		–	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>						
Pensão de Reforma	–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90)			–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	1,00%	68	1,10%	71	–	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)			1,10%	36	–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		–	
Capitais de Previdência	1,00%	340 768	1,10%	383 090	0,50%	177 590
Capitais Diferidos c/ Opção	1,00%	1 007 890	1,10%	1 146 142	0,50%	552 136
Capitais p/ Jovens	1,00%	358 557	1,10%	410 140	0,50%	186 136
Capitais p/ Estudos	1,00%	43 151	1,10%	53 559	0,50%	26 965
Subsídio p/ Morte	1,00%	16 567	1,10%	18 298	0,50%	8 409
Capitais Previdência a Prazo	1,00%	19 230	1,10%	23 487	0,50%	9 030
Pensão Sobrevivência e Dotes	1,00%	234 057	1,10%	249 718	0,50%	
Pensão p/ Deficientes	1,00%	3 646	1,10%	4 382	0,50%	2 117
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	–	17	1,10%	16	0,50%	6
Capitais Temporários Invalidez	1,00%	668	1,10%	664	0,50%	266
Rendas Sobrevivência	0,00%		1,10%	5 649	0,50%	2 770
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1,00%	671	1,10%	770	0,50%	263
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	1,00%	159	1,10%	181	0,50%	85
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	–		1,10%	801	0,50%	355
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1,00%	166	1,10%	183	0,50%	84

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011		Melhorias 2012	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais Encerradas								
<u>Taxa Técnica – 6%</u>								
Pensão de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensões de Capitais de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
<u>Taxa Técnica – 4%</u>								
Pensão de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensões de Capitais de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais de Previdência	0,50%	180 028	0,25%	91 132	–	–	–	–
Capitais Diferidos c/ Opção	0,50%	557 918	0,25%	274 860	–	–	–	–
Capitais p/ Jovens	0,50%	180 643	–	–	–	–	–	–
Capitais p/ Estudos	0,50%	28 669	–	–	–	–	–	–
Subsídio p/ Morte	0,50%	8 192	0,25%	4 114	–	–	–	–
Capitais Previdência a Prazo	0,50%	7 539	0,25%	3 609	–	–	–	–
Pensão Sobrevivência e Dotes	0,25%	53 152	–	–	–	–	–	–
Pensão p/ Deficientes	0,50%	2 322	0,25%	1 241	–	–	–	–
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	0,50%	3	–	–	–	–	–	–
Capitais Temporários Invalidez	0,50%	200	0,25%	80	–	–	–	–
Rendas Sobrevivência	0,50%	2 968	0,25%	1 933	–	–	–	–
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,50%	265	0,25%	130	–	–	–	–
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,50%	87	0,25%	45	–	–	–	–
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,50%	325	0,25%	149	–	–	–	–
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	0,50%	85	0,25%	43	–	–	–	–

TABELA 7 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2006		Atualização Melhorias 2007		Atualização Melhorias 2008	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 3%) – Ativa	–	–	–	–	1,00%	17 413

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2009		Atualização Melhorias 2010		Atualização Melhorias 2011		Atualização Melhorias 2012	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias								
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Téc – 3%) – Ativa	1,00%	22 498	1,00%	31 302	1,00%	40 624	0,50%	21 358

TABELA 8 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2006		Rendimento Garantido 2007		Rendimento Garantido 2008	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	3,00%	947 981	3,24%	1 343 260	3,30%	1 594 866
Capitais de Reforma	3,00%	37 512 447	3,24%	42 862 484	3,30%	44 014 347
Modalidade Coletivas	3,00%	219 799	3,24%	213 955	3,30%	224 492
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	(a)	936 657	(a)	4 460 894

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2006		Rendimento Complementar 2007		Rendimento Complementar 2008	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	0,70%	221 413	0,76%	246 084	0,50%	241 354
Capitais de Reforma ⁽¹⁾	0,70%	8 322 610	0,76%	7 547 760	0,50%	6 229 958
Modalidade Coletivas	0,70%	51 307	0,76%	59 215	0,50%	37 415
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes)

Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2009		Rendimento Garantido 2010		Rendimento Garantido 2011		Rendimento Garantido 2012	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	0,68%	396 368	0,40%	280 032	0,65%	506 422	0,28%	224 839
Capitais de Reforma	[0,68%-2,25%]	15 202 494	[0,4%-2,25%]	8 555 366	[0,65%-2,25%]	8 736 726	[0,29%-0,58%]	3 305 857
Modalidade Coletivas	0,68%	55 162	0,40%	33 708	0,65%	54 392	0,28%	22 804
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	(a)	8 522 320	(a)	6 477 605	(a)	10 853 859	(a)	20 723 592

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2009		Rendimento Complementar 2010		Rendimento Complementar 2011		Rendimento Complementar 2012	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	2,07%	1 212 751	2,10%	1 470 169	2,60%	2 028 358	2,97%	2 430 830
Capitais de Reforma ⁽¹⁾	[0,5%-2,07%]	21 738 238	[0,25%-2,1%]	25 581 611	[1,00%-2,60%]	31 144 908	[2,67%-2,96%]	3 305 857
Modalidade Coletivas	2,07%	168 436	2,10%	176 966	2,60%	217 856	2,97%	258 023
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes)

Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

15.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	84	257	37
ÁGUEDA – Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	315	5	310	17
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 R/C	347	72	275	41
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	511	112	399	53
ALCAINS – Largo Santo António, 11	108	2	106	7
ALFRAGIDE – Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	7 245	118	7 127	452
– Urb. Quinta Grande, 60, R/C Esq.	639	10	629	34
– Rua A, Lt. 11 – Corpos A/B-C/D	5 130	756	4 374	318
ALGÉS – Rua de Olivença, 9 A	613	10	603	34
– Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	1 039	2 902	415
ALHANDRA – Av Afonso de Albuquerque	332	5	327	23
– Rua Augusto Marcelino Chamusco, 5	18	15	3	-25
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 109-115	126	67	59	-24
– Rua Passos Manuel, 128-140	213	114	100	-30
ALMADA – Rua Capitão Leitão, 83	1 380	22	1 358	83
– Rua Galileu Saúde Correia, 11-B R/C e 16-A, Loja	391	115	276	65
– Rua Padre António Vieira, 46, R/C	895	15	880	49
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	97	347	45
ALPENDURADA – Av.Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center – Bl. A, R/C	301	74	227	33
ALVERCA – Av. Cap. Almeida Meleças, 46, R/C	347	6	341	21
– Rua José António Virrissimo da Silva, 1 e 2	540	9	531	35
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B R/C Dto. – Venda Nova	658	214	444	66
– Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	699	11	688	29
– Av. Artur Semedo, Lt 69, Loja A, Vila Chã	275	18	257	25
AMARANTE – Av. 1.º de Maio, Lote 18	416	7	409	23
AMORA – Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	375	6	369	23
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	7	2	5	0
– Rua de São João, 106-114	397	6	391	26
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azevedo	351	85	266	38
ARMACAO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8, Loja A	319	24	295	27
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	70	268	34
– Rua Angola, 22, 1.º	597	104	493	61
– R. Cónego Maia, 196 R/C Esq.	285	80	205	26
– Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16-18	177	3	174	11
– Rua Alberto Souto, 23-25	588	10	578	32
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, R/C Dto. – C/V	399	100	299	45
BARREIRO – Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	637	10	627	41
– Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	20	182	17
– Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	183	3	180	10
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	400	122	278	51
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	86	273	43
– Rua do Caires, 291/309	8	2	6	2
– Rua do Caires, 285 – Bloco A – Loja 1 R/C	707	11	696	39
– Rua S. Vicente, 174/176	351	84	267	37
– Rua do Souto, 65/71	1 278	543	735	139
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	379	327	71
CACÉM – Praça das Comunidades	164	3	161	7
– Rua Elias Garcia, 153/155 R/C Esq.	457	118	339	50
CALDAS DAS TAIPAS – Rua Banda da Musica, 272	371	6	365	20
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	370	92	278	40
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	531	105	426	50

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186-A	477	79	398	45
CASTELO BRANCO – Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	394	411	40
– Praça Rainha D. Leonor, 4 – Loja	539	155	384	68
– Rua Sr.ª Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 4	246	4	242	75
– Rua Sr.ª Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 5	246	4	242	0
– Rua Sr.ª Piedade / Rua Cadetes Toledo	696	11	685	0
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2-A – Palhais	676	136	540	68
CHAVES – Rua do Olival e Longas – C. Com. Charlot, R/C – Lj 6	23	4	19	2
– Rua Olival e Longas, Lj 4 Fracção EP	180	3	177	28
– Rua Olival e Longas, Lj5 Fracção EQ	165	3	162	0
– Rua Olival e Longas, Lj 8 Fracção ET	90	1	89	0
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	31	64	13
– Av. Sá da Bandeira, 81 R/C	644	105	539	61
– Lg Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	3 086	1 093	1 993	100
– Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 R/C – Estrada da Beira	491	105	386	53
– Urbanizacao Quinta da Romeira	7 993	360	7 633	1 051
COIMBRA – CELAS – Largo da Cruz de Celas	1 292	21	1 271	78
COSTA DA CAPARICA – Rua António Correia, 1 C/V	190	3	187	11
– Rua Gil Eanes, 2/2B	529	111	418	53
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 – Lj 1-2	551	59	492	44
COVAS – Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	351	6	345	0
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	98	384	48
CUCUJÃES – Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	206	3	203	12
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B / Rua Jose Estevao, 11 – Loja	489	128	361	74
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	543	108	435	54
ENTRONCAMENTO – Rua 5 de Outubro	498	8	490	0
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	88	322	41
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	29	126	14
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, R/C	461	94	367	46
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	154	143	11	8
– Rua Alarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	449	303	41
– Rua Fernando Seno, 28	614	103	511	57
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	697	76	621	60
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	123	453	56
FARO – Rua Alportel, 20/22	911	371	540	149
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	113	285	52
– Rua Jornal Correio do Sul, 22 – CV. / Dt.	482	79	403	45
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 – 1.º E	60	10	50	0
– Rua Sol, 16/18	208	154	54	3
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	177	524	77
FIGUEIRA DA FOZ – Rua Bombeiros Voluntarios, 15-21	690	11	679	41
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 R/C	486	130	356	52
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91 A/D	748	234	514	87
– Rua Dr. João Brito Câmara – Frac. «A» e «B»	814	174	640	91
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	100	385	49
– Jardins Forum Plaza II – Piso 0 – Bloco 3	577	65	512	50
– Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	665	75	590	48
– Rua da Sé, 16-18	828	13	815	46
FUNDÃO – Rua Três Lagares, Lote 3	513	8	505	28
GONDOMAR – Rua Dom Afonso Henriques, 129 – Areosa	900	15	885	50
– Av. 25 de Abril, R/C	536	9	527	35
GANDARA – Rua 25 Abril, 438/438-A	362	35	327	27

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	93	315	44
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35-37	1 322	225	1 097	-3
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	34	141	6
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	49	201	3
GUIMARÃES – Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	303	5	298	17
– Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro – Loja 1	626	132	494	79
– Lugar da Igreja, Lote 1, R/C Esq. E Dt.º	312	62	250	30
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	138	358	54
INFANTADO – Av. das Descobertas, Lote 74 – Lojas 3 e 4	556	42	514	46
LAGES DO PICO – Rua de São Francisco	79	1	78	5
LAGOS – Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 R/C	362	109	253	40
LARANJEIRO – Rua Dr. António Elvas, 24-A (Loja)	476	8	468	29
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	152	424	71
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 836	598	1 238	235
– Rua Camilo Korrodi, 5	2 747	45	2 702	165
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz – Lote 1 – Piso 1	690	140	550	75
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	149	566	78
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	603	201	32
– Av. António Augusto Aguiar, 124/124-B / R. Carlos Testa	2 484	1 699	785	170
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 887	2 606	567
– Av. do Brasil, Lojas	331	195	136	51
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	629	228	80
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 302	939	115
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	1 596	346	1 250	85
– Av. Óscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	74	476	47
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	555	489	116
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	996	513	483	86
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	873	471	402	100
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	815	172	643	88
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	166	701	92
– Praça João Rio, 777-A	905	664	241	18
– Rua 4 Infanteria, 85/85-H	1 685	881	804	77
– Rua Alexandre Braga, 19	300	231	69	-16
– Rua da Graça, 2 A/B	436	7	429	24
– Rua do Carmo, 54 / 62	8 026	130	7 896	383
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	641	807	153
– Rua Artur Lamas, 24	285	17	268	-2
– Rua Artur Lamas, 26	15	1	14	-1
– Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	18 221	7 675	10 546	1 798
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	14 786	4 510	10 276	1 403
– Alameda Linhas de Torres, 94-A	645	10	635	35
– Rua Vale de Santo António, 74	318	5	313	17
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	519	1.203	243
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	26	46	10
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	98	187	-49
– Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	603	301	302	47
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	1 241	2 918	300
– Rua da Graça, 2-F, Loja	202	48	154	22
– Rua Inácio Sousa, 19/23	939	483	456	41
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	676	141	535	66
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	108	233	56
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	15
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A / Av. Rio de Janeiro	186	82	104	11

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 873	1 177	696	269
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	419	3 371	276
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	650	132	518	66
– Rua da Prata, 76/86	1 675	993	682	47
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	179	41	-11
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	12	63	10
– Travessa das Verduras, 6 – CV Dto./Esq.	50	13	37	-1
– Rua Amílcar Cabral, 11	1 083	18	1 065	60
– Rua José Duro, 25 – C/D	329	5	324	18
– Av. Liberdade – Garagem (C.C. LIBERSIL)	147	2	145	8
– Rua Tomás Ribeiro, 6 – C	444	7	437	24
– Rua Augusta, 206	12 781	208	12 573	703
– Av. da República, 60	931	15	916	51
– Av. Marques de Tomar, 5 – A	870	14	856	48
– Rua de Campolide, 55 B/C	484	8	476	27
– Rua Castilho, 5	32 700	491	32 209	1 523
– Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fração A)	503	8	495	48
– Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fração B)	251	4	247	0
LOULÉ – Av. 25 de Abril, Bloco A – R/C	552	9	543	30
LOURES – Rua da República 64 / 66	727	12	715	44
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B – R/C	326	67	259	52
LOUSADA – Av. General Humberto Delgado, 146	295	5	290	19
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3 – Piso 1	512	130	382	52
MADALENA – Largo Jaime Ferreira, 1 – Pico (Antigo Lg. Matriz)	409	7	402	27
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 – 13 D, r/c (Fração B e C)	462	107	355	49
– Av. da Liberdade, 3-A – Loja 3	122	13	109	0
MAIA – Rua Augusto Simões, 1433 – R/C	883	14	869	53
– Rua Nova dos Altos, 13 – Parqueamento – Vermoim	25	5	20	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5 – R/C – Alagoa Pequena	486	99	387	48
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, R/C	455	104	351	48
MARCO DE CANAVEZES – Ed. Triunfo, lote 6 – Lojas 14 e 16	526	109	417	53
– Rua Amália Rodrigues, 242	366	6	360	24
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13R/C e Cave	385	116	269	44
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	372	89	283	13
– Rua Direita Massama, 120, Lj 5	517	42	475	42
MEALHADA – Av. Dr. Manuel Lousada	255	4	251	15
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	121	268	44
MOITA – Mercado Municipal, Loja 28	141	2	139	9
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	339	26	313	27
MONTIJO – Av. Pedro Nunes, Afonsoeiro, Montijo	10 348	155	10 193	1
MOSCAVIDE – Av. Moscavide, 30 / 48	454	7	447	25
MATOSINHOS – Rua Brito Capelo, 694	1 047	17	1 030	58
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio – Bloco A – Lj / R/C	545	53	492	45
NORDESTE – Praça da República	200	3	197	12
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2, Lt 12 – Loja	425	32	393	35
– Rua Francisco Relvas Marques, 3	378	6	372	25
OEIRAS – Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	684	11	673	38
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	116	246	49
– EN 125, 3	324	5	319	21
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36 R/C	280	80	200	30
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 R/C	51	9	42	0
OSSEIRA – Rua José Bento Pereira, 957	223	4	219	13
PALMELA – Av. da Liberdade, Lote 7 – Loja A	418	7	411	23

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	128	482	65
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2 – R/C	576	160	416	63
– Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	263	4	259	14
– Rua Marquês de Pombal, 6 e 6-A	8 283	128	8 155	0
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N – R/C	480	123	357	52
PEDROSO – Av. Dr. Moreira de Sousa	265	4	261	15
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 – Loja 4	572	173	399	65
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	38	10	28	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	19	51	0
– Av. Infante D. Henrique, 25	2 616	118	2 498	-3
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	101	311	45
PORTALEGRE – Largo António José Lourinho, 12	316	5	311	19
PORTIMÃO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21 – Lojas 1, 2, 3	460	101	359	49
– Rua da Hortinha, 38 / 48	731	12	719	40
– Rua Dom Carlos I, Lote H 4	356	6	350	20
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 362	2 084	2 278	224
– Rua do Almada, 411 / 413	240	4	236	12
– Av. Fernão Magalhães (Lojas)	456	7	449	25
– Rua Costa Cabral, 849 / 855	790	13	777	43
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	106	246	45
– Rua do Breyner, 96-128-136-156	9 609	564	9 044	732
– Rua Campo Alegre, 1620 – Loja	349	26	323	29
– Rua de Ceuta, 38/44/48	844	523	321	-6
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	311	577	120
– Rua do Heroísmo, 342 / 360	736	12	724	40
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	64	19	45	5
– Rua Júlio Dinis, 656	2 466	1 571	895	58
– Rua Júlio Dinis, 674/678	553	162	391	89
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	906	271	635	106
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	29	61	-97
– Rua Mártires da Liberdade, 142	75	24	51	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	26	5	21	1
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	99	402	53
– Rua das Doze Casas, 235 a 237, 4.º (Bomfim) Fração I e H	55	1	54	-1
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5 R/C – Esq.	354	80	274	36
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8 r/c, Lojas 3/4	729	174	555	78
PÓVOA VARZIM – Praça Almada, 59 / 60	641	10	631	35
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	115	425	24
PRAIA DA VITÓRIA – Rua de Jesus	173	3	170	11
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	117	296	46
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	89	536	58
– Rua Heliodoro Salgado, 61 (Loja)	491	8	483	29
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	107	425	53
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	365	43	322	33
– Rua do Rosário, 13 (Maia)	112	2	110	7
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	112	407	54
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 CV	289	83	206	32
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 359 Fr F	444	91	353	19
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	442	97	345	44
SANTA MARIA DE LAMAS – Rua Bairro da Mata, 34	177	3	174	10
SANTARÉM – Av. Dom Afonso Henriques, 1	316	5	311	19
– Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 214	485	729	85
SANTIAGO CACÉM – Praça Mercado, 7 – Loja	290	22	268	24
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A. Pereira / Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	324	88	236	35

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
SÃO JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr Renato Araújo, 259 Fr B	531	9	522	29
SÃO MAMEDE INFESTA – Rua Godinho Faria, 332 R/C	571	9	562	31
SÃO ROQUE – Lugar da Igreja, Bloco C	221	4	217	13
SEIA – Av. 1.º Maio, 18 – Loja	486	123	363	53
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B – Loja – Torre da Marinha	478	136	342	53
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 864	1 840	3 024	279
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	15	34	3
– Praça de Portugal, Lote 2	476	8	468	29
– Vale do Cobro, Lote 34 R/C Dto.	28	7	21	-1
SINTRA – Rua Heliodoro Salgado, 42/42 A	736	12	724	40
SINES – Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	223	45	178	9
SEVER DO VOUGA – Av. Comendador Martins Pereira	255	4	251	15
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três – Lote 1A, Lojas 1/2	507	135	372	55
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	87	299	41
TOMAR – Alameda 1 Março, Lote P	748	12	736	41
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 R/C	711	198	513	112
TORRES VEDRAS – Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	354	6	348	27
– Rua Santos Bernardes, 30-A Fr C	102	2	100	0
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	14	66	8
– Rua Abade Inácio Pimentel, Fr G	631	10	621	38
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 R/C	362	81	281	9
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	85	308	40
VALE DE CAMBRA – Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	350	6	344	23
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	106	375	51
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	121	400	62
VILA NOVA DE FAMALICÃO – Av. 25 Abril, 94	508	8	500	33
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	616	169	447	71
– Av. da República, 728 / 732	930	15	915	51
– Av. da República, 2531	487	140	347	61
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr BH	204	3	201	11
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr CQ	136	2	134	8
– Rua Fernando Lopes Vieira, 273	6 998	350	6 648	557
– Av. da República, 1473	895	15	880	53
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 R/C	311	76	235	33
VISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4 377	1 916	2 461	367
– Rua Dr. Álvaro Monteiro, Lote 11 R/C – Marzovelos	432	96	336	52
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	83	264	38
BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA RENDIMENTO	5 319	490	4 829	
TOTAL (1)	328 734	62 154	266 580	22 543
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
PORTO – Terreno na Pasteleira	50		50	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HERÓÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	3 045		3 045	
TOTAL (2)	3 180	0	3 180	0
3. MAUSOLÉUS				
Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
TOTAL (3)	1	1	0	0
TOTAIS	331 915	62 155	269 760	22 543

15.7. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MONTEPIO – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	2012
ATIVO	
Ativo Não Corrente	
Ativos fixos tangíveis	
Investimentos financeiros	202 402
Ativo Corrente	
Caixa e depósitos bancários	876 944
Total do Ativo	1 079 346
PASSIVO	
Outras contas a pagar	213 268
Total do Passivo	213 268
FUNDOS PATRIMONIAIS	
Fundos	498 789
Reservas	302 773
Reservas de justo valor	
Resultados transitados	
Resultado líquido do período	64 507
Total do Fundo de Capital	866 078
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	1 079 346

FUNDAÇÃO MONTEPIO – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	2012
RENDIMENTOS E GASTOS	
Fornecimentos e serviços externos	11 070
Outras imparidades	
Outros rendimentos e ganhos	1 593 691
Outros gastos e perdas	1 518 084
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	64 537
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	41
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	64 496
Juros e rendimentos similares obtidos	11
Resultado Líquido do Período	64 507

OUTRAS FUNDAÇÕES – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
Ativo Não Corrente					
Ativos fixos tangíveis		18 707			
Investimentos financeiros	20 964	161 132	6 615	2 234	19 431
Ativo Corrente					
Caixa e depósitos bancários	26 698	351 869	3 020	5 254	8 125
Total do Ativo	47 662	531 708	9 635	7 488	27 556
PASSIVO					
Outras contas a pagar					
Total do Passivo					
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	39 360	497 945	6 494	5 081	6 716
Reservas de justo valor	1 955	9 493	1 594	723	2 939
Resultados transitados					
Resultado líquido do período	760	15 292	51	108	443
Total do Fundo de Capital	47 662	531 708	9 635	7 488	27 556
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	47 662	531 708	9 635	7 488	27 556

FUNDAÇÃO MONTEPIO – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos		26			
Outras imparidades	249				
Outros rendimentos e ganhos	466	9 904	13	19	259
Outros gastos e perdas	4	100	3	4	4
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	213	9 778	10	15	255
Gastos / reversões de depreciação e de amortização					
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	213	9 778	10	15	255
Juros e rendimentos similares obtidos	547	5 514	41	93	188
Resultado Líquido do Período	760	15 292	51	108	443

PRÉMIOS – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
ATIVO								
Ativo Não Corrente								
Ativos fixos tangíveis								
Investimentos financeiros	6 971	21 276	53 079	24 527	99 817	27 306	48 204	
Ativo Corrente								
Caixa e depósitos bancários	3 230	10 739	20 994	27 542	25 885	33 500	29 520	4 848
Total do Ativo	10 201	32 015	74 073	52 069	125 702	60 806	77 724	4 848
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	7 482
Reservas	6 352	16 602	52 453	24 103	49 500	20 457	25 441	
Reservas de justo valor	1 847	1 925	6 072	2 207	5 235	1 404	3 002	
Resultados transitados				(168)	(6 139)		(1 214)	(2 298)
Resultado líquido do período	7	1 018	584	987	2 286	637	614	(336)
Total do Fundo de Capital	10 201	32 015	74 073	52 069	125 702	60 806	77 724	4 848
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	10 201	32 015	74 073	52 069	125 702	60 806	77 724	4 848

PRÉMIOS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012

(euros)

	Santa Joana	Herminia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
RENDIMENTOS E GASTOS								
Fornecimentos e serviços externos								
Outras imparidades								
Outros rendimentos e ganhos	3	691	280	616	1 456	789	534	
Outros gastos e perdas	32	4	4		3	800	504	350
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(29)	687	276	616	1 453	(11)	30	(350)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(29)	687	276	616	1 453	(11)	30	(350)
Juros e rendimentos similares obtidos	36	331	308	371	833	648	584	14
Resultado Líquido do Período	7	1 018	584	987	2 286	637	614	(336)

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2012
do
MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Grifos – *Artes Gráficas*



Montepio

Valores que crescem consigo.